

**VALTER FERNANDES DA CUNHA FILHO**

**CIDADE E SOCIEDADE:  
a gênese do urbanismo moderno em Curitiba (1889-1940)**

Dissertação apresentada à banca argüidora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em História, opção em História, Cultura e Poder, do Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, sob orientação do Professor Doutor Dennison de Oliveira.

**CURITIBA  
1998**

## AGRADECIMENTOS

5

Esta pesquisa não teria saído do projeto se não fosse o envolvimento de uma infinidade de pessoas e instituições que facilitou sua concretização. Aproveito este espaço para agradecer, não a todos, por ser impossível, mas àqueles que durante este tempo de trabalho estiveram mais próximos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - pelo suporte financeiro que me foi dispensado.

Ao Professor Dr. Dennison de Oliveira, do DEHIS / UFPR, pela orientação que me iniciou na pesquisa histórica.

Aos professores, funcionários e alunos / colegas dos Cursos de Pós-Graduação em História da UFPR, entre eles: Prof<sup>o</sup>. Dr. Luiz Carlos Ribeiro, Prof<sup>o</sup>. Dr. Ronald Raminelli, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Etelvina Maria de Castro Trindade, Norma (obrigado!), Aparecida, Isabel, Semi, Janaína e Antônio César de Almeida dos Santos, pelas críticas e sugestões.

Aos professores-visitantes que especialmente deram contribuições a esta investigação: Prof<sup>o</sup>. Dr. Edgar S. de Decca, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Stella M. Bresciani e ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Yves Lecan.

À D. Helena, do Museu Paranaense, pela paciência e ajuda.

Aos bibliotecários da Seção Paranaense, da Biblioteca Pública do Paraná, pela atenção que me foi dispensada.

Ao Círculo de Estudos Bandeirantes que, na pessoa do Professor Cyro Pereira da Cunha Filho, pôs uma enormidade de valiosos documentos à minha disposição, bem como à Pontifícia Universidade Católica do Paraná por me garantir o livre acesso ao acervo de sua Biblioteca Central.

Ao casal Oscalina e Santo Hipólito, meus tios, pela acolhida durante minha estada em São Paulo.

Ao Alexandre, pela correção, auxílio e amizade.

Ao Eduel, amigo que ajudou na pesquisa e companheiro assíduo para assistir aos recentes “massacres” promovidos pelo Verdão, no Alto da Glória.

Aos meus pais, Valter e Madalena,  
que nunca deixaram de investir na  
educação de seu único filho.

**“Veritas est factum”**  
*Giambattista Vico*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1 - DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO: uma contribuição ao estado atual da arte.....	06
2 - CIÊNCIA E CIDADE: o surgimento do urbanismo moderno.....	29
2.1. Os Antecedentes.....	29
2.2. A Revolução Científica.....	32
2.3. O Urbanismo Moderno.....	51
3 - UMA INSERÇÃO NA CONJUNTURA HISTÓRICA: a crise econômica e a ideologia da modernização.....	71
4 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO URBANISMO MODERNO EM CURITIBA.....	91
4.1. Prelúdio.....	91
4.2. De 1889-1910: a prevalência dos grupos de interesse na questão urbana.....	94
4.3. De 1911-1920: os “problemas urbanos” como problema estatal.....	117
4.4. De 1921-1940: prevalência do poder estatal na questão urbana.....	139
CONCLUSÃO:.....	162
FONTES:.....	165
BIBLIOGRAFIA:.....	166

## Introdução

Curitiba mereceu uma menção especial na conferência “*Colloque Sur L’Environnement Urbain*”, que reuniu prefeitos e representantes de 108 cidades do mundo, em Marseille, na França. A cidade foi citada pelo pesquisador Robert Jourmard, do Instituto Nacional de Pesquisas sobre Transporte Urbano da França, como “um modo de correta gestão urbana”. (Gazeta do Povo-16/04/95).

Inúmeras referências têm, nas últimas décadas do século XX, colocado Curitiba em destaque na área de urbanismo. Foi considerada várias vezes por organismos internacionais como sendo “uma das melhores cidades para se viver”. Seus projetos de gestão urbana têm sido estudados por muitos pesquisadores, devido sua eficácia. Realmente, nesses anos recentes viveu-se o *boom* do urbanismo curitibano.

Sob os confetes que caem sobre a cidade alguns cientistas sociais têm buscado pelas causas de tanto sucesso<sup>1</sup>. Ao pretenderem investigar o urbanismo curitibano, remontam suas primeiras manifestações à 1943, quando da elaboração do primeiro plano diretor de Curitiba, pelo urbanista francês Alfred Donat Agache. Ora, se o poder público conseguiu implementá-lo ao longo de uns anos, tanto que hoje ainda se nota suas marcas pela cidade, foi porque possuía maturidade suficiente para fazê-lo.

Com efeito, o presente trabalho procura responder à duas perguntas básicas: quando e em que circunstâncias se deu o processo de institucionalização do urbanismo moderno em Curitiba? Isto é, quais as origens do atual sucesso? Crê-se existir evidências suficientes para se dizer que o surgimento e estabelecimento das modernas intervenções urbanas, estatais e contínuas, não tiveram sua gênese em 1943, principalmente após a

---

<sup>1</sup> Trabalhos interessantes foram elaborados com esse intuito, entre eles: IUPERJ/MINTER. **Dimensões do Planejamento Urbano de Curitiba: o caso de Curitiba**. Secretaria Geral do MINTER, 2 v., 545p., 1974; FERNANDES, A. **Planejamento Urbano de Curitiba: a institucionalização de um processo**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, UFRJ, 1979; GARCIA, Fernanda E. S. **Curitiba, Imagem e Mito: reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano, IPPUR/UFRJ, 1993; e, FACHINI, J. **A Significação Social do Planejamento Urbano: estudo do caso de Curitiba**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 1975.

análise de recentes investigações em algumas grandes cidades brasileiras<sup>2</sup>. De fato, a partir delas pode-se perceber claramente que o desenvolvimento do urbanismo no Brasil se deu num período anterior ao que se tem cogitado para Curitiba.

Se de um lado os pesquisadores se remetem à década de 1940, de outro, os próprios promotores do atual sucesso urbanístico curitibano se responsabilizam pela adoção e implantação do urbanismo moderno nesta capital. Assim, para esses técnicos, a opção pelas intervenções urbanas foi uma escolha “técnica” de responsabilidade dos próprios técnicos, datando o nascimento das modernas intervenções urbanas na capital, em princípios da década de 1970. Deste modo, à sociedade é passada a idéia de que Curitiba é o que é hoje, por causa da ação de um grupo de especialistas que renunciaram à política, aos conchavos, às propinas, e à satisfação de interesses privados, para porem em execução um plano urbanístico, cientificamente “neutro”. Realmente, grande parte da sociedade é levada a pensar que as mudanças porque passou e continua a passar a cidade são decorrentes da vontade e da capacidade técnica dessa equipe de especialistas, amparados por eficientes recursos tecnológicos que os tornam os únicos capazes de intervir “racionalmente” sobre o meio urbano.

Apesar disso, este trabalho não conceberá as transformações do espaço da cidade como mera decorrência da ação de especialistas detentores de um saber técnico-científico sobre o urbano. Em recente tese de doutoramento, Oliveira<sup>3</sup> chamou atenção para o fato de que, no caso do atual planejamento urbano de Curitiba, as intervenções possuem um caráter, muitas vezes, mais político do que técnico. Não espanta, portanto, se grande parte

---

<sup>2</sup> Entre outras, ver: ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **O Plano Saturnino de Brito para Santos e a Construção da Cidade Moderna no Brasil**. Espaço & Debates, n. 34, 1991, pp. 55-63; LEME, Maria Cristina da Silva. **A Formação do Pensamento Urbanístico, em São Paulo, no Início do Século XX**. Espaço & Debates, n. 34, 1991, pp. 64-70; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. **O Setor de Obras Públicas e as Origens do Urbanismo na Cidade de São Paulo**. Espaço & Debates, n. 34, 1991, pp. 71-74.

<sup>3</sup> Ver: OLIVEIRA, Dennison. de. **A Política do Planejamento Urbano: o caso de Curitiba**. Tese de Doutorado em Ciência Política, UNICAMP / IFCH, Campinas, 1995.

desses técnicos responsáveis pelo sucesso urbanístico de Curitiba não resistem à tentação de se tornarem políticos, concorrendo às eleições e assumindo cargos nos poderes executivo e legislativo.

Certamente esta observação também é válida para a análise dos primórdios das intervenções modernas sobre o espaço urbano. Partir-se-á de 1889, data da ocorrência de grandes transformações a nível institucional que refletirão sobre modo no objeto de estudo, e ir-se-á até 1943, data de elaboração do primeiro plano diretor, quando a burocracia estatal ligada às ações urbanísticas obtém uma grande vitória ao procurar impor um projeto que há muito se vinha tentando implementar.

A presente investigação procurará mostrar, ainda, que o desenvolvimento do urbanismo como atividade estatal permanente sob o comando de especialistas não se deveu apenas à ação de técnicos, nem tão pouco à benevolência do poder público. Também, a tensão entre ciência e política será um tema que permeará esta pesquisa do início ao fim, tanto devido à sua natureza como na tentativa de trazer alguma contribuição ao esclarecimento de um fenômeno que ajudou a caracterizar o século XX: a progressiva invasão de especialistas às agências estatais para o aconselhamento científico das ações governamentais.

No primeiro capítulo, procurar-se-á fazer uma discussão teórico-metodológica em torno do assunto. Serão abordadas as principais interpretações existentes, bem como seus avanços e limites, para a análise do objeto. Depois, tratar-se-á de discorrer sobre o plano teórico-metodológico deste trabalho, especificando cada um de seus elementos constituintes.

No segundo, far-se-á uma exposição das transformações ocorridas no paradigma científico, a fim de se conceituar o urbanismo moderno. Pois entende-se que o



desenvolvimento das modernas intervenções urbanas só podem ser verdadeiramente compreendidas dentro do desenvolvimento da história das ciências. Depois, será realizada uma exposição sobre alguns casos de manifestações do urbanismo recente na Europa e em algumas cidades brasileiras, para que se possa estabelecer comparações analíticas com a realidade curitibana.

O terceiro capítulo abordará a conjuntura histórica na qual se insere o objeto. Os aspectos econômicos, políticos e sociais terão destaque neste espaço. Além do que, a análise da ideologia que produzirá importantes efeitos sobre o caso estudado despende boa parte de atenção.

O capítulo de número quatro, conterá a investigação do objeto propriamente dito. Isto é, se fará a análise do processo de institucionalização do urbanismo moderno em Curitiba. Aqui serão apontados os limites da técnica na elaboração de planos de ação urbanística. Em outros termos, procurar-se-á pelos fatores que concorreram no estabelecimento das modernas intervenções urbanas.

À título de finalização, cabe ressaltar que a atual investigação tentará se desfazer de uma tônica que tem caracterizado certas análises. Nelas, muitas vezes, os equipamentos urbanos e as reformas das cidades que marcaram o período entre os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX, se acham estigmatizados como “métodos de dominação do proletariado”. Aqui, os implementos técnicos e os recursos científicos que produzem o conforto urbano serão vistos pelo autor como artefatos humanos que, depois de criados, se tornam indispensáveis à continuidade da vida<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Sobre isso, diz Arendt: “O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelo homem; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos. Além das condições nas quais é dada ao homem na terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito da sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais”. Ver: ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7 ed, 1995, p. 17.

De fato, o autor pensa serem necessários a maioria dos técnicos que produzem o bem-estar das pessoas na cidade. A técnica no trato das coisas da natureza pode trazer inumeráveis benefícios aos homens. No entanto, o que deve ser discutido é se os caminhos que o conhecimento técnico-científico deverá explorar devem ou não ser decididos com base exclusiva nos critérios propostos por técnicos, especialistas e cientistas. Pois da clonagem de seres humanos à imposição de planos urbanísticos, ocorrem decisões cujos reflexos extrapolam a instância meramente técnica e incidem sobre os assuntos humanos. Certamente que essas questões não podem ser decididas por especialistas, já que transcendem o terreno puramente científico e invadem a esfera da política.

## 1. Debate Teórico-Metodológico: uma contribuição ao estado atual da arte

A cidade tem sido objeto de estudo e de inúmeras discussões entre os cientistas sociais, há pelo menos um século e meio, ou ainda, desde que se começou a colher os primeiros “frutos” sociais urbanos da Revolução Industrial. No Brasil, entretanto, a historiografia passou a lidar efetivamente com este objeto, com maior ênfase, somente após a década de 1980.

Várias são as perspectivas teóricas que têm informado os estudiosos brasileiros nas investigações sobre a cidade. Não se pretende aqui fazer delas uma análise exaustiva, mas apenas apontar as que parecem mais relevantes para esta pesquisa. No entanto, aqueles que se dedicam a pesquisar o processo de urbanização pelo qual passaram boa parte das cidades do país no início do século, têm optado, com raras exceções, por quatro modelos analíticos.

O primeiro a ser destacado é aquele identificado como sendo o *tradicional*. Através dele a urbe que se vê é resultante do “progresso” levado a cabo por uma elite empreendedora que, muito provavelmente, se acreditava ser portadora da “missão histórica” de colocar o país no patamar da civilização das nações européias. Historiadores e escritores como Rocha Pombo, Romário Martins e Nestor Victor viam as transformações urbanas de sua época como provas do que a ordem e o progresso técnico poderiam oferecer à sociedade civilizada. Procuraram discorrer sobre o aumento populacional e as contribuições culturais trazidas pelos imigrantes “industriosos”, sobre a proliferação de veículos, o progresso arquitetônico dos prédios que se levantavam a cada dia, ou seja, falavam, na opinião de Ribeiro<sup>5</sup>, de uma “cidade ideal” onde não havia esgotos a céu aberto, deficiências no abastecimento d’água, carência de transporte coletivo e ruas

---

<sup>5</sup> RIBEIRO, Luiz Carlos. **Memória, Trabalho e Resistência**: Curitiba - 1890 / 1920. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH / USP, São Paulo, 1985.

cobertas de mato, quando não lamacentas. Do mesmo modo que nenhum descontentamento da população pode ser percebido com relação a administração municipal, no que tange às políticas públicas.

“A administração dos negócios públicos, tanto do Estado como do Município, prima pela sistematização da ordem e pelo incitamento das realizações progressistas e goza da consideração, da estima e do apoio da coletividade”.<sup>6</sup>

Por essas análises parece não ter havido qualquer contradição na ação dos poderes públicos quando da implementação de políticas que visavam a promoção do desenvolvimento material e espiritual da sociedade. E se o trabalhador, a prostituta e pobre chegaram a ser mencionados nesses relatos, o foram como inimigos do projeto modernizador que levaria à conquista do “progresso” e da “civilização”.

Apesar desse tipo de discurso ter alcançado hegemonia em sua época e sido historicamente importante, não pode satisfazer as inquietações posteriores, decorrentes da dinâmica histórica. Na medida em que os questionamentos foram aumentando, novas formas interpretativas da realidade social urbana iam aparecendo.

Entre elas, a teoria marxista foi a mais utilizada na análise das modernas transformações urbanas porque passaram as cidades brasileiras no período “entre séculos”, dando início à segunda forma interpretativa: a *crítica*.

Esta vertente analítica trouxe importantes contribuições ao estudo das cidades. Por ela ficou claro que as políticas públicas que incidem sobre o meio urbano são de natureza política<sup>7</sup>. Isto é, ficou evidente que tais políticas, além de se constituírem num projeto de ação, são resultantes dos fluxos e refluxos nas relações entre dominantes e dominados.

<sup>6</sup> MARTINS, Alfredo Romário. **Curitiba de Outr’ora e de Hoje**. Curitiba: Edição da Prefeitura Municipal de Curitiba, Comemorativa da Independência do Brasil, 1922, pp. 144-145.

<sup>7</sup> Esta frase, que num olhar de relance pareceria ser desprovida de sentido, seria melhor entendida se escrita em inglês. Neste idioma existem dois vocábulos para designarem fenômenos que em português são nomeados apenas por *política*: *policy* e *politics*. A primeira, entendida como programa político ou plano de ação governamental; a segunda, como artimanhas partidárias para a conquista do poder, disputas que visam a

De fato, para a interpretação de cunho crítico importa apresentar as reformas urbanas, ocorridas entre o final do século XIX e início do XX, dentro da dicotomia burguesia-proletariado, existente no interior do conceito de luta de classes. Além da patente influência de uma dada linha teórica do marxismo, pode-se distinguir ainda a mais duas vertentes críticas, inspiradas em outros dois autores: Michel Foucault e Edward Palmer Thompson. Deste modo, as intervenções sobre as cidades são vistas apenas como um plano idealizado pelos burgueses para disciplinar a classe operária, tornando-a mais dócil e educada para o trabalho. Eis, ainda, uma evidência dos conceitos foucaultianos para esses estudos. Daí a ênfase dada às análises do papel das polícias, dos médicos e educadores na tarefa de ora reprimir velhos costumes ora incutir novos hábitos na população humilde.

Por vezes, esta forma de interpretação não apenas procura mostrar de maneira crítica o embate ocorrido entre burguesia e proletariado, no âmbito das reformas urbanas, como também, em certos casos, toma por objeto de investigação o olhar dos “oprimidos”, dos “vencidos”, dos “marginalizados”, etc. Inspirados principalmente no conceito thompsoniano de *experiência*, estes estudos destinavam-se a entender a racionalidade inerente aos hábitos, aos costumes, valores e crenças dos grupos subalternos da sociedade. Com isso, fizeram avançar a análise existente nas interpretações tradicionais, para as quais qualquer manifestação de práticas e usos do contingente humilde da população era sinônimo de irracionalidade, contrário ao “progresso” e aos bons costumes da “civilização”. Ao contrário, as análises críticas apontam para a existência de um componente racional na expressão cultural dos pobres. Ora, se resistiam a implementação de certas políticas urbanas era porque a cultura formal e científica se contrapunha à outra, não menos cultural que ela, isto é, à cultura dos operários, dos vagabundos, dos pobres.

---

satisfação ou a manutenção de interesses. Assim, na frase em questão, a primeira palavra política tem por análogo o vocábulo *policy*, enquanto a segunda pode ser substituída seguramente por *politics*.

Ocorre, ainda, que a interpretação crítica foi pioneira em visualizar a presença decisiva de um corpo de técnicos ligados as disciplinas afetas a saúde e a urbanização, no que se refere às atividades de intervenção do poder público sobre o espaço urbano. Destacam o discurso científico sobre a pobreza e seus efeitos na cidade, elaborados por esses “cientistas”. Amparados no argumento de que só as respostas técnicas são confiáveis, principal crença das sociedades modernas, médicos e engenheiros se apresentaram como sendo os únicos elementos capazes de solucionar os “problemas urbanos”.

Contudo, a interpretação crítica deixa algumas questões sem respostas. Talvez isso ocorra simplesmente pelo fato dessas indagações não terem objeto de preocupação no momento das investigações. Bem por isso, alguns estudiosos têm adotado uma outra alternativa metodológica que não dispensa os avanços das tradições críticas ao conjecturar novas hipóteses que busquem elucidar com maior fidelidade o processo de urbanização porque passaram as cidades brasileiras. Entretanto, isso não impede que se faça alguns apontamentos sobre possíveis “deficiências” de análise da realidade das políticas urbanas.

A primeira dessas “falhas”, e a que mais interessa no momento, é que na interpretação crítica as intervenções humanas sobre o espaço da cidade são entendidas dentro do binário burguesia/proletariado. Deste modo, tanto os médicos-higienistas quanto os engenheiros-urbanistas, incluindo seus discursos sobre a urbe, são vistos como instrumentos a serviço da classe dominante. Mesmo os avançados recursos organizacionais e os modernos métodos de ação técnica sobre a cidade por eles usados, são tidos como “sofisticados mecanismos tecnológicos do exercício da dominação burguesa”<sup>8</sup>. Neste caso é preciso indagar: o processo de institucionalização do urbanismo moderno foi, assim,

---

<sup>8</sup> RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da sociedade disciplinar - Brasil 1890 / 1930*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985, p. 14. Outro trabalho que ao lado deste pode ser considerado uma das maiores expressões desse modelo interpretativo, é: SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, Col. “Tudo é História”, 1984.

politicamente tão simples a ponto de se poder interpretá-lo dentro de um rígido esquema bipolar?

Por menos significativa que esta pergunta possa parecer, nela está encerrada uma questão de suma importância para o esclarecimento do plano teórico-metodológico que será proposto. Pois a sociedade nascida de 1889 se via num jogo em que certas regras deviam ser obedecidas. Isto é, se durante o Império as decisões políticas se encontravam atadas a um grupo de proprietários que centralizavam em si o poder, sob o novo regime, a descentralização e a nova ideologia oficializada pelo poder constituinte revolucionário tendiam a dar às tais decisões um caráter mais descentralizado. Ainda que sob a férrea presença das oligarquias o regime republicano propiciou uma participação mais ampla de setores que antes possuíam quase nenhuma forma de expressão política. Mesmo que alguns estratos sociais tenham assistido “bestializados” a tantas transformações é inegável que, devido a emergência de novos atores sócio-políticos, o jogo decisório adquiriu maior complexidade, não podendo ser apreendido, portanto, mediante um esquema reducionista que só admite duas classes sociais antagônicas como sendo os únicos agentes políticos possíveis.

A terceira vertente interpretativa parece que acabou por romper com o binômio burguesia/proletariado, tão caro à interpretação crítica. Em seu estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro sob as transformações que sofreu no final do século passado e início do atual, Araújo<sup>9</sup> propiciou um grande avanço não somente no apontamento para novos fatores constituintes da realidade social urbana, mas também na concepção teórico-metodológica.

Se dispondo a analisar o processo de implementação de um conjunto de reformas que visava a disciplinarização de parte da sociedade carioca, de modo a adequá-la tanto aos

---

<sup>9</sup> De longe uma das maiores representantes desta linha interpretativa. Ver: ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

novos parâmetros de convívio coletivo ditados pela ideologia positivista como ao uso dos modernos equipamentos urbanos que começavam a ser implantados, a autora apreendeu com maior propriedade os múltiplos fatores que concorreram para a realização das reformas urbanas ocorridas na virada do século.

Um deles, já rapidamente mencionado, foi a inclusão de um terceiro elemento no embate bipolar entre burguesia e proletariado. No campo historiográfico, talvez seja esta a contribuição que mais notabiliza o trabalho de Araújo no que se refere ao estudo das políticas urbanas modernas. Ponderação verdadeiramente diotimiana<sup>10</sup>, a inserção da classe média no palco das disputas urbanas parece ter vindo mostrar que aquele que não é rico não é forçosamente pobre, ou o que não é proletário não é fatalmente burguês. Em outras palavras, indicou a existência de outras categorias socialmente relevantes entre a burguesia e o proletariado.

De fato, o estudo que a autora empreendeu no caso do Rio de Janeiro é menos reducionista na medida em que não apreende a classe dominante e a classe dominada como sendo cada qual um grupo homogêneo. Ora, no interior da burguesia havia uma multiplicidade de opiniões e estratégias que concorriam e se conflitavam entre si, no caso do Rio, capital da República, por ser o centro de decisão política existia uma fabulosa disputa de interesses entre as elites, principalmente no que tangia aos assuntos da cidade.

Como se não bastasse a heterogeneidade da burguesia, Araújo mostrou que a existência de uma classe média foi de importância fundamental na implementação das políticas no Rio do entre séculos.

“Além de concentrar um maior número de políticas, uma capital reúne funcionários públicos, diplomatas, advogados, jornalistas e

---

<sup>10</sup> Diotima, mulher de Mantinéia, parece ter sido quem, em 440 a.C., fez um sacrifício para afastar a peste que assolava Atenas no início da guerra do Peloponeso. Nesta época, quando Platão entrava na casa dos trinta, ensinou-lhe o recurso intelectual da ponderação: “Acaso pensas que o que não for belo, é forçoso ser feio? (...) E também se não for sábio é ignorante? Ou não percebeste que existe algo entre a sabedoria e a ignorância?” Ver: PLATÃO. *O Banquete*. In: PLATÃO. *Diálogos*. São Paulo: Abril Cultural, Col. “Os Pensadores”, 1983, p. 33.



outras categorias ocupacionais em maior escala que em outras cidades”.<sup>11</sup>

Esta classe média também se identificava com os planos que a classe dominante elaborava para a cidade. A ela interessava o embelezamento do quadro urbano, o ajardinamento, o arruamento, a moderna pavimentação, a reformulação arquitetônica dos prédios, a demolição de casebres e a conseqüente evacuação dos pobres para a periferia. Vê-se, portanto, que não foi de pouco significado a participação da classe média no âmbito das reformas urbanas. Pois um sistema político que adota o liberalismo como ideologia e a liberdade política como objetivo pouco visualizado, nenhum plano de ação estatal é implementado com sucesso sem o apoio de pelo menos uma parcela relevante da população. Isto é, por mais que se tenha frustrado a extensão da cidadania a outros setores da sociedade carioca<sup>12</sup>, o jogo político no sistema republicano estava preso a determinadas compromissos que impediam que as decisões mais autoritárias fossem impostas sem nenhum respaldo de parte significativa da população. A heterogeneidade de opiniões não se verificava somente entre os burgueses. Araújo menciona que a reforma de Pereira Passos provocou uma crise habitacional sem precedentes, nos bairros populares, onde a demolição de 1.800 prédios, cortiços e estalagens produziu uma massa de desabrigados que chegou perto de 20.000. Porém, fora estes diretamente atingidos, “a própria população que não fora afetada pela crise de moradia colaborava com a política pública de controle das irregularidades no setor habitacional”<sup>13</sup>. Mediante denúncias a população pobre que habitava dentro dos padrões estabelecidos também contribuía para a erradicação das moradias irregulares.

---

<sup>11</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer**: ..., op. cit., p. 27.

<sup>12</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>13</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer**: ..., op. cit., p. 237.

Deste modo, percebe-se quanto avanço este modelo analítico guarda em relação ao anterior. Quebrou com a rigidez do esquema dual e aumentou a possibilidade de análise de outros fatores que também podem determinar as decisões políticas, e que devem ser relevados pela investigação.

A quarta variante interpretativa que não se pode deixar de mencionar é resultante de uma série de pesquisas que visam resgatar o modo pelo qual se constituiu o Urbanismo enquanto disciplina científica de intervenção sobre o espaço urbano<sup>14</sup>. Isto é, estas investigações têm como objetivo a apreensão do modo pelo se manifestou a “ciência urbana”, o Urbanismo, proveniente da Arquitetura, no mundo atual, e suas reflexões não se dirigem às classes, mas à categoria profissional e o processo de definição do campo científico.

Com isso, acabaram por demonstrar que os interesses profissionais são também fator determinante na institucionalização das políticas públicas urbanas. Tal conclusão ficou patente quando os cientistas perceberam que os chamados “problemas urbanos” só passaram a existir como tal na medida em que um grupo de intelectuais começaram a ver na cidade um objeto passível de análise científica.

Somente eles possuíam um conhecimento pretensamente científico voltado especificamente para a cidade. Baseados nisso, começaram uma verdadeira campanha por todo o mundo a fim de “conscientizarem” as autoridades públicas da indispensabilidade de sua atuação na solução dos “problemas” da cidade. Devido a isso, pouco a pouco, passaram a se inserir nas agências estatais de obras públicas e urbanismo, exercendo cada vez mais influência sobre as políticas urbanas. Assim, parece que o espaço que os urbanistas conseguiram no interior do Estado era necessário para o desenvolvimento tanto da ciência

---

<sup>14</sup> Para se conhecer as conclusões de algumas destas investigações, consultar os artigos organizados em: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz *et* PECHMAN, Robert (orgs). **Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

como da profissão. Pois ao lidarem diretamente com os interesses vigentes na cidade, só poderiam cumprir seus objetivos fazendo uso da autoridade estatal.

Desta maneira, talvez os únicos que precisavam de urbanismo, segundo Pechman, “eram os urbanistas”<sup>15</sup>. A invenção dos “problemas urbanos” possibilitou a geração da necessidade de urbanismo sempre legitimada por um discurso científico sobre a cidade. Para isso os urbanistas se utilizaram de todos os instrumentos e métodos que dispunham: fundaram revistas, criaram museus, realizaram congressos e etc. Tudo com o intuito de divulgar uma certa imagem da cidade e com ela as soluções científicas para seus “problemas”. O que resultou na formação de um novo campo de atuação profissional e no surgimento de uma nova disciplina coma pretensão de ciência: o Urbanismo.

Em linhas gerais as pesquisas sobre as intervenções públicas no espaço da cidade têm, com poucas exceções, adotado uma ou outra destas interpretações. Estão, por isso, entre os mais importantes referenciais teórico-metodológicos de que se dispõe sobre o assunto. O primeiro, mais identificado com o “olhar das elites” sobre a cidade, têm como porta-vozes um bom número de historiadores e escritores. Os dois seguintes, mais identificados com as teorias sociais, são quase que exclusivamente do domínio dos historiadores. O quarto, porém, tem sido trabalhado não somente por sociólogos da questão urbana mas principalmente por arquitetos. Caberia mencionar, ainda, uma outra forma de se abordar o tema das cidades: aquelas que dizem respeito às análises arquitetônicas. Estas, no entanto, apesar de salientarem a historicidade dos estilos, não interessam muito ao presente trabalho por muitas vezes não transcenderem seu caráter eminentemente técnico (cálculo, desenho, matemática das formas, etc).

Embora a presente investigação tenha por objeto um fenômeno que se manifesta na sociedade e com a participação de segmentos desta, seu foco não incide sobre o papel

---

<sup>15</sup> Ibidem, p. 359.

desempenhado pelas classes sociais. Com efeito, este trabalho pretende enfocar o fenômeno<sup>16</sup> da institucionalização das modernas intervenções urbanas como um processo político, privilegiando o papel que desempenharam nesse processo os agentes do Estado e as categorias profissionais envolvidas.

O espaço urbano comporta uma teia onde se entrelaçam e se chocam diversos interesses de grupos, cada qual concorrendo para a sua satisfação. É dentro desta ótica que o presente trabalho irá tratar de seu objeto: a institucionalização das modernas intervenções sobre o espaço das cidades, e as disputas e tensões entre os agentes envolvidos. Isto porque muitas vezes os interesses da elite política podem não coincidir com os da burguesia, no âmbito da institucionalização das reformas urbanas, nem os objetivos do empresariado tendem a ser os mesmos dos profissionais envolvidos nas ações públicas sobre a cidade. O produto final, isto é, a institucionalização das políticas urbanas, pode até ter sido o mesmo, porém os interesses que se conjugaram para a sua realização e o grau de atendimento de suas demandas foram diversos. Talvez por resultarem num único fenômeno se têm achado que os interesses que concorreram eram homogêneos.

Deste modo, neste trabalho, o processo de decisão política que resultou no aparecimento e estabelecimento do urbanismo moderno será concebido como um jogo político. Fala-se em “jogo” porque, como em qualquer jogo, existe uma inter-relação tal entre os agentes e a capacidade de se influenciarem reciprocamente é tamanha que, muitas vezes, chega a fugir a previsão de qualquer diploma legal<sup>17</sup>. Encarar, portanto, o processo

---

<sup>16</sup> Aqui, esta palavra deve ser entendida no sentido original em que os gregos a empregavam, isto é, como *Τα φαινόμενα*. Assim, como sendo um dado da realidade sensível que salta aos olhos do homem. É a aparição da coisa, pura e simplesmente. Tanto que, em inglês, da palavra *phenomenon* se deriva o vocábulo *phantom* (fantasma). Ver: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1962, pp. 415-416.

<sup>17</sup> É importante salientar que certos teóricos das Ciências Jurídicas não consideram tal problema. Profundamente influenciados por Kelsen acham, como ele, que o Estado é a ordem jurídica, demonstrando uma profunda crença de que o Poder Constituinte Originário pode prever todas os fenômenos possíveis que possam aparecer tanto no nível social quanto no estatal e, através do elemento metafísico “norma fundamental”, garantir a sua validade e cumprimento.

de decisão política como um “jogo” é, em última análise, investigar a interação permanente e recíproca entre os agentes políticos.

Como por em marcha uma pesquisa que visa determinar a inter-relação entre titulares de interesses no processo decisório que levou à criação das modernas intervenções urbanas? Quais estratégias utilizar para se apreender o jogo político do qual resultam as decisões e implementações de políticas públicas urbanas? Para se processar a análise do fato histórico em sua dimensão política é necessário que, para efeitos dedutivos, se proceda a sua decomposição como objeto nas diversas partes pelas quais é formado. Neste caso, a presente investigação fará a seguinte divisão: 1º) A Conjuntura Histórica; 2º) A Ideologia; 3º) Os Agentes; e 4º) O Contexto Institucional.

*A Conjuntura Histórica.* As modernas intervenções urbanas são decorrentes, em certo aspecto, de dadas particularidades da configuração histórica do momento no qual se insere. É neste sentido que intensos processos de reforma urbana acabaram por fortalecer o poder político e melhorar a inserção social dos profissionais comprometidos com as realizações urbanísticas. Com efeito, é inegável, como alguns autores têm apontado, que as devastações nas cidades européias, ocasionadas pelas duas guerras mundiais, em muito contribuíram para o desenvolvimento e fortalecimento das políticas urbanas naquele continente. Por outro lado, no Rio de Janeiro, a nova ordem republicana impunha à jovem capital a tarefa de ser o “portal do Brasil”, por ser de onde se tirava a primeira impressão do resto do país. Para isso e para readequar a cidade à nova simbologia republicana, Pereira Passos foi incumbido de transformar o Rio na “Paris americana”.

Desta forma, a análise dos aspectos políticos, econômicos e sociais podem ser de grande valia para o estudo das intervenções urbanas. As transformações ocorridas no período entre séculos são de fundamental importância para a compreensão deste fenômeno. A formação de um novo mercado de trabalho, a industrialização, o advento da nova ordem

política, a modernização da sociedade, o surgimento das classes, o incremento do comércio, da circulação de mercadorias, a opção pela educação técnico-científica e, principalmente, a adoção de um novo estilo de vida circunscrito na cidade, podem dar à investigação maiores possibilidades de entendimento do fato histórico em questão.

Há, porém, uma outra variável analítica que permanece subjacente a todas dantes citadas. Muitas vezes é ela quem imprime a face e configura a imagem que caracteriza uma dada época. Daí tomar-se o cuidado de mencioná-la separadamente.

*A Ideologia*<sup>18</sup>. Não são poucos os autores que têm destacado a importância desse conjunto de idéias, que determinadas sociedades concebem sobre si próprias, para a compreensão do fenômeno das intervenções urbanas. De fato, a julgar pelas recentes investigações, a ideologia tem sido responsável por boa parte da diferença existente entre as políticas urbanas européias e estadunidenses.

Enquanto o velho mundo obteve um respeitável sucesso na política de remodelação das cidades e na implementação de políticas sociais urbanas, no maior país do novo mundo verificou-se uma significativa fragmentação das políticas sociais<sup>19</sup>. Isto porque na Europa há uma maior tradição de intervenção do estado nos diversos setores da sociedade demonstrando uma nítida faceta estatizante, por outro lado, nos Estados Unidos, reinam as concepções individualistas e privatistas, as políticas sociais ou uma presença mais forte do governo na forma de intervenções urbanas reguladoras ou ordenadoras parecem contradizer a imagem que a sociedade tende a fazer de si própria. Por isso, *“the emphasis on private interests in urban development reflects the commitment to*

---

<sup>18</sup> Aqui, este termo está sendo utilizado no sentido “fraco”, dado por Bobbio, isto é, “um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”. Já o sentido “forte”, entendido como falsa idéia da relação de domínio de classe, é totalmente dispensável por trazer a noção de verdade da realidade histórica. Ver: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2. ed, 1996, p. 585.

<sup>19</sup> FEINSTEIN, N. *et* FEINSTEIN, S. **National Policy and Urban Development**. In: Social Problems, n. 26, 1978, p. 125.

*individualism and limited government that have characterized so much of america's political tradition*"<sup>20</sup>.

Com efeito, a análise da ideologia é imprescindível a qualquer estudo que vise abordar as políticas urbanas modernas. As opções entre o transporte coletivo ou automóvel; pelo rígido controle público da terra ou pela permissividade vantajosa à especulação imobiliária; pela inclusão ou banimento das classes humildes do perímetro urbano; por um modo de intervenção de natureza prática, pontual, esporádica e privatizada ou por outro de natureza científica, integrada, permanente e burocratizada, podem ser entendidas com relação à ideologia que impera na sociedade<sup>21</sup>.

*O Contexto Institucional.* Com o advento da industrialização e a conseqüente alta na taxa de urbanização, verificadas primeiramente na Europa e depois nos outros continentes, novas questões passaram a ser postas pela sociedade. Dentre elas, a que se refere aos "problemas urbanos" passou a ocupar um lugar de destaque. Na maioria dos países, mesmo naqueles onde se achava que o mercado deveria dar feição à cidade, as autoridades governamentais foram incumbidas, em maior ou menor grau, por alguns setores sociais de apresentar e aplicar as soluções a esses "problemas".

Vale, então, indagar pelos instrumentos de ação dos quais podem dispor os formuladores de políticas (*policymakers*). Em primeiro lugar, a conjugação de poderes pode imprimir maior ou menor eficiência na ação dos homens de governo, isto é, qual a forma de governo da Prefeitura? A composição política da Câmara e sua interação com o Prefeito pode refletir de modo significativo sobre as políticas urbanas. Pois onde um

---

<sup>20</sup> "A ênfase no interesse privado no desenvolvimento urbano reflete o compromisso do individualismo e governos limitados tão caracterizado na tradição política americana". Ver: HEIDENHEIMER, A. J.; HECLO, H. et ADAMS, C. T. **Comparative Public Policy: the politics of social choice in Europe and America**. Chapter 8: Urban Planning, pp. 278.

<sup>21</sup> É interessante salientar que alguns pesquisadores brasileiros também vêm demonstrando a relevância da apreciação da ideologia para o bom entendimento da questão urbana no país. Ver: WEIMER, Günter. **A Cidade do Positivismo**. In: PANIZZI, W. M. & ROVATTI, J. F. (orgs). Estudos Urbanos: Porto Alegre e seu Planejamento. UFRGS / PMPA, pp. 119-132.

prefeito possui mais autonomia e independência em relação ao legislativo, ou seja, onde o executivo for “forte” pode predominar um tipo de política, talvez mais integrada e identificada com aquilo que se imagina ser a “vontade geral”. Por outro lado, onde a Câmara tem maior poder no jogo de decisão política as intervenções urbanas podem ser mais fragmentadas e desarticuladas com o interesse coletivo, pois o legislativo está mais propenso a representar os interesses das minorias votantes (bairros, grupos de interesses, categorias sociais, etc).

Em segundo, a eficácia do governo na implementação de políticas para a cidade dependerá também de sua propriedade sobre bens e serviços urbanos. Deste modo, se o poder público tem a incumbência de implementar e administrar diretamente equipamentos relacionados ao transporte coletivo, circulação, saneamento, ajardinamento e limpeza, ele terá maiores chances de impor uma forma de política pública e ser mais resistente às pressões de grupos de interesse. Também a propriedade pública da terra pode ser um fator decisivo para o aumento do poder regulador do governo sobre a cidade. Deste modo, ele pode estimular ou não o desenvolvimento de determinadas regiões. Além disso, a concessão de certos benefícios de propriedade estatal à população pode ser útil ao governo municipal na administração da cidade. Este é o caso do instrumento do subsídio para a promoção de crescimento em regiões desejadas (“*carrots*”), que vão da oferta de empréstimos com baixas taxas de juros até a concessão de impostos<sup>22</sup>.

O terceiro instrumento diz respeito às leis disponíveis pelo poder público para intervir na cidade. Ora, se crescimento urbano é originado pelas várias iniciativas privadas de especuladores imobiliários, construtores, usuários, inquilinos e proprietários, então, uma ferramenta eficaz para a regulamentação e ordenamento das ações individuais sobre a cidade pode ser a lei. Qual a natureza do poder que legisla sobre a cidade? Para a ciência

---

<sup>22</sup> HEIDENHEIMER, A. J., HECLO, H. & ADAMS, C. T. **Comparative Public Policy**:..., op. cit., p. 268.



política clássica os Estados podem ser simples ou compostos. Nestes, onde vigora a divisão em estados independentes, existe autonomia para cada uma destas partes legislarem, sendo estendida também aos seus municípios. Ao contrário, “o Poder Legislativo de um Estado simples é único, nenhum outro órgão existindo com atribuições de fazer leis nesta ou naquela parte do território”<sup>23</sup>.

Esta distinção se torna importante na medida em que pode refletir, em maior ou menor grau, na autonomia e diversidade políticas públicas urbanas. Pois no Estado simples as leis que regem as atividades nos municípios emanam do Poder legislativo Nacional, significando que as autoridades locais só podem intervir sobre a cidade nos casos previstos e dos modos prescritos em lei, que não são nem regionais nem locais. Diferentemente, os Estados compostos, como as Federações de Estados, as autoridades locais e regionais possuem autonomia para legislar sobre seus espaços administrativos, dando maior liberdade de ação aos poderes públicos locais. Se o primeiro facilita a intervenção planejada e a coordenação entre as instâncias de governo, propiciando uma certa “independência” das diferenças políticas regionais, o segundo, pode ser mais “sensível” as disputas partidárias e facilitar a fragmentação das políticas.

Entretanto, o sucesso das intervenções estatais sobre o espaço urbano pode depender ainda da disposição, por parte das autoridades locais, de um corpo de funcionários com mentalidade científica e profissional que dê amparo técnico às políticas de transformação da cidade. Sua importância aumenta na medida em que as decisões político-administrativas são tomadas cada vez mais com base em critérios técnico-científicos. A burocracia, que compreende tanto os funcionários especializados encarregados de “pensar” na aplicação racional das políticas (chefes de departamento, secretários e outros funcionários de alto escalão das repartições públicas), quanto a maioria dos empregados da

---

<sup>23</sup> AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Editora Globo, 18 ed., 1979, p. 364.

administração que executam funções específicas e repetitivas ( são os funcionários do escalões inferiores do governo), têm sido exigidos progressivamente para o aconselhamento científico nas decisões políticas<sup>24</sup>. As experiências trazidas pelos estudos das políticas públicas urbanas têm mostrado que a participação desses profissionais na administração das cidades podem afetar em maior ou menor grau a eficiência das políticas.

Cabe mencionar, ainda, que o orçamento municipal pode constituir um instrumento de ação do poder executivo, no que tange às questões urbanas<sup>25</sup>. Pois mediante sua distribuição o governo poder estimular ou desencorajar determinados tipos de políticas estatais.

Grande parte das análises do jogo político e da elaboração de ações governamentais, como se verá na sequência, são recorrentemente entendidas como demandas originadas na sociedade civil. Neste sentido, os agentes do Estado seriam meros executores das demandas de determinados grupos sociais. Os homens que elaboram as políticas públicas (*policymakers*) são, segundo essas análises, caracterizados pela sensibilidade de que são dotados para responderem com políticas aos anseios, carências, pressões e reivindicações da sociedade. Mesmo que os formuladores de políticas pareçam decidir a ações estatais adequadas, estas são vistas apenas como um cumprimento dos desejos dos diferentes segmentos sociais. Pelo fato do poder executivo ser eleito, na maioria dos casos, pelo voto da maioria, quando este decide implementar certa política entende-se que esta parcela da população participou do processo de elaboração da política.

*Os Agentes.* Essa última afirmação é, porém, muito genérica. Pois para se envolver de forma mais decisiva no debate político é necessário uma série de requisitos como

---

<sup>24</sup> Estas duas partes que compõem a burocracia estatal são definidas por Caputo como *Staff e empregados de linha* (*line employees*), respectivamente. Ver: CAPUTO, David A. **Urban America: the policy alternatives**. San Francisco: W. H. Freeman and Company, 1982, pp. 102-104.

<sup>25</sup> Ibidem, pp. 108-110.

condição *sine qua non* para a eficiência da participação. De fato, um número limitado de participantes conseguem atuar como grupo de influência sobre o processo de decisão política, porque são os poucos que possuem tempo, dinheiro, capital cultural e social para fazê-lo. Isso não significa, contudo, que o público votante não participa do processo de decisão política, pois a via eleitoral ainda é uma das formas mais poderosas de se exercer influência sobre o jogo político. Entretanto, para Lindblom:

“Entre os formuladores de políticas e os cidadãos comuns há muitos outros participantes especializados no processo de decisão política, que têm um desempenho variável, de sistema para sistema: são os líderes de grupos de interesse, membros ativistas dos partidos, os jornalistas e outros formadores de opinião, homens de negócios, terroristas, ...”<sup>26</sup>.

Com efeito, mesmo intervir sobre o espaço da cidade em um sistema com arremedo de democracia liberal, como o Brasil do início do século, significa atuar entre meio a interesses diversos. Os agentes interessados são aqueles que procuram de variadas formas exercer algum tipo de pressão sobre os formuladores de políticas e, desta maneira, participar do processo de decisão com o intuito de gerar, manter ou extinguir demandas.

Alguns grupos têm maior acesso às pessoas que tomam as decisões políticas do que outras. Daí a importância de se perguntar pelo porquê desse acesso facilitado, como ele é possível e porque ele se dá. Pois a agenda das políticas públicas é elaborada, na maioria das vezes, dentro do jogo político onde ocorre a interação entre os formuladores e os agentes interessados. Daí a necessidade de se investigar o papel dos participantes em sintonia com a elaboração da agenda política.

Como se disse, algumas investigações têm mostrado que os profissionais ligados ao urbanismo tiveram uma importância decisiva na adoção e desenvolvimento das políticas públicas urbanas. Ora, sendo o processo decisório caracterizado por uma complicada

---

<sup>26</sup> LINDBLOM, Charles Edward. **O Processo de Decisão Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 40.

concorrência de forças que produzem determinados efeitos, aos quais chama-se “políticas públicas”, então pode-se fazer algumas indagações. Qual o grau de participação da imprensa na formulação de políticas públicas urbanas? Dos industriais? Dos comerciantes? E dependendo da conjuntura histórica por que passa a cidade alguns podem exercer mais pressão e possuir mais poder de persuasão sobre o governo do que outros.

De fato, já foi dito que os participantes do processo de decisão política têm capacidades diferenciadas de influenciar as tomadas de decisão. Os que possuem um elevado capital cultural podem obter melhores vantagens que os têm um baixo nível educacional. Assim, o conhecimento confere um alto grau de persuasão mediante a capacidade adequação de suas demandas à um convincente discurso argumentativo, que pode ser veiculado de diferentes formas. Também os empresários têm uma posição privilegiada no processo de decisão, já que podem barganhar vantagens com o poder público. Assim, numa sociedade capitalista, em que a riqueza está baseada na indústria e no comércio, e não mais na propriedade agrária, a elite detentora do capital e os homens de negócios obtêm vantagens no jogo do poder recompensando sob diferentes formas as decisões tomadas a seu favor.

Por exemplo, a experiência histórica tem mostrado que os ideais de liberdade e da democracia tiveram seu desenvolvimento mais apurado, no que se refere a concretização, sob a economia de mercado capitalista. Por isso, nesses regimes é dada, de um modo geral, aos cidadãos maior autonomia para defender seus interesses diante das autoridades estatais constituídas. Estas, porém, precisam buscar constantemente novos investimentos, criarem postos de trabalho e etc, para tentarem promover o bem-estar geral da comunidade. Neste processo eles se obrigam a permitir o acesso, em certo grau, dos proprietários privados dos meios de produção ao sistema de decisão política. Daí a vantagem que os homens de negócios levam em comparação aos outros grupos de interesse.

Precisamente por não possuírem autoridade governamental para modificarem os rumos das políticas públicas, os grupos de pressão fazem uso de atividades variadas que visam “colaborar” na formulação de planos de ação estatal.

“A variety of tactics are used by these groups. They may try to influence policy decisions indirectly by privately contacting decision-makers and indicating their preferences; they may try to influence them publicly by appearing at appropriate public meetings and making their position known; or they may launch a concerted campaign to achieve widespread public support for their position and thus increase public pressure on local decision-makers”<sup>27</sup>.

De fato, o estudo dos agentes políticos na análise do processo de decisão política urbanas é de importância fundamental. Pois dependendo do grau de interação do governo com determinado grupo de interesse, a política terá uma direção diferente do que teria se estivesse sob influência de outro grupo. Além do que, a eficácia de alguns agentes no processo de elaboração de políticas podem depender do tipo de pressão que exerce sobre o poder público.

Contudo, como foi mencionado à páginas atrás, este tipo de análise considera as políticas públicas como emanções da vontade da sociedade, ou pela ação isolada do Estado como poder representativo, ou ainda, pela participação de agentes interessados na formulação de políticas. Assim, nas interpretações comuns do jogo de decisão política os formuladores de programas de ação governamental ( o titular do poder executivo e seus secretários, do poder legislativo, altos funcionários do judiciário e detentores de cargos “políticos” do serviço público) manifestam os interesses da sociedade quando da proposição de políticas. Neste caso, os funcionários de departamentos seriam meros

---

<sup>27</sup> CAPUTO, David A. **Urban America**:..., op. cit., p. 107. Numa tradução livre, seria: “Uma variedade de táticas são utilizadas por esses grupos. Estes podem tentar influenciar as decisões políticas indiretamente, contatando, os políticos para indicar suas preferências. Estes podem tentar influenciar os políticos publicamente, através de uma abordagem que force seu posicionamento; ou eles podem promover campanhas para atingir e buscar apoio público para suas posições, aumentando assim a pressão sobre os políticos locais”.

executores de planos de ação estatais que, obviamente, estariam correspondendo aos interesses de “toda” a sociedade.

Porém, importantes investigações têm mostrado que o ramo administrativo do governo (burocracia), onde está seu maior contingente e cuja função é implementar políticas, também pode atuar como agente no processo de decisão política. Isto porque, “a maioria dos atos administrativos fazem ou alteram políticas ao procurar implementá-las”<sup>28</sup>. Daí a necessidade de se estudar a implementação como fator constituinte do processo decisório. Pois a execução cria políticas. De fato, é praticamente impossível a elaboração de uma política em forma, por exemplo, de decreto ou lei, que considere tanto os imprevistos como os fatos contingentes, por isso, é alterada pelos administradores. Nenhum texto legal prevê todos os casos possíveis<sup>29</sup>. Por vezes, ainda, os administradores podem padecer de insuficiência de autoridade ou outros provimentos necessários (pessoal e recursos) para executar as políticas. Como os formuladores não oferecem as condições necessárias à implementação, são os burocratas quem decidem, em última hora, quais as prioridades na execução. Além desse ‘natural’ poder de decisão da administração sobre as políticas públicas, no ato de sua execução, ela pode se utilizar de outros métodos para influenciar as políticas.

“Métodos empregados tanto singularmente como em comparação com outros participantes. Em certo ponto, os burocratas se aliam a outros administradores... É comum que o burocrata se alie a um grupo de interesse”<sup>30</sup>.

Ocorre, inclusive, se juntar ao titular maior do executivo (prefeito, governador ou presidente) para adquirir mais autoridade no processo decisório. Deste modo, e

---

<sup>28</sup> LINDBLOM, Charles Edward. **O Processo de Decisão Política**, op. cit., p. 59.

<sup>29</sup> Lindblom exemplifica dizendo que o Congresso norte-americano orienta a Comissão Federal de Comunicações a permitir o funcionamento de canais de televisão tendo como parâmetro “a necessidade e a conveniência públicas”. Ora, em última instância quem decide o que é “necessidade” e “conveniência” são os burocratas da Comissão. Ver *Ibidem*, p. 60.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 63.

contrariando interpretações já consagradas sobre o jogo político, faz-se a seguinte indagação: pode o Estado imprimir ações que não correspondam nem aos interesses da maioria votante nem às reivindicações dos grupos de interesses? Isto é, pergunta-se pela possibilidade de o aparelho estatal elaborar e executar políticas públicas que, primeiramente, perseguem seu próprio interesse.

Já se disse que as investigações sobre as ações governamentais, até um tempo atrás, estavam centradas no papel da sociedade e raramente consideravam o Estado como agente. Estavam informadas, principalmente, pelas teorias pluralistas e estrutural-funcionalistas comuns entre cientistas políticos e sociólogos norte-americanos, nas décadas de 1950-1960. Fundadas sobre um conceito determinado de Estado estas interpretações eram inspiradas em estudos jurídico-formalistas de orientação constitucional e de âmbito nacional.

Com efeito, o Estado era entendido como complexo de regras racionais, com uma “ordem jurídica” estabelecida, onde grupos de interesses e movimentos sociais ora contendiam ora se uniam para influírem na agenda do governo e decidirem os rumos das políticas sem, porém, perceberem que *“alguns dos participantes deste jogo têm poderes que não estão especificados nas regras escritas de governos”*<sup>31</sup>. Essas pesquisas não notavam, ainda, que os formuladores de políticas estatais tomavam decisões “políticas” que iam muito além das reivindicações dos eleitores ou dos grupos de pressão, pois o Estado não era concebido como ator independente.

Após a segunda metade da década de 1960, os chamados “neo-marxistas” começaram a polemizar o Estado capitalista. Apesar de terem elaborado conceitos importantes e feito indagações pertinentes, continuaram a analisar as ações governamentais como sendo originadas apenas na sociedade. Somente depois da década de 1970 começou-

---

<sup>31</sup> Ibidem, p. 40.

se a dar a importância devida ao crescimento que sofreram os Estados contemporâneos após a “revolução keynesiana”.

“Los Estados, concebidos como organizaciones que reivindican el control de territorios y personas, pueden formular y perseguir objetivos que no sean un simple reflejo de las demandas o los intereses de grupos o clases sociales de la sociedad”<sup>32</sup>.

De fato, estas investigações têm percebido que os funcionários estatais podem desenvolver formas peculiares de políticas públicas, atuando continuamente por longo tempo. Mesmo em Estados de sistemas políticos tradicionalmente constitucionais este fenômeno tem se verificado com certa frequência. Segundo Hugh Heclo,

“...los gestores de la administración pública de Gran Bretaña y Suecia han efectuado de forma constante aportaciones más importantes al desarrollo de la política social que los partidos políticos o los grupos de interés”<sup>33</sup>.

Entretanto, estes estudos têm mostrado que nenhuma dessas ações autônomas da burocracia estatal é desprovida de interesse. Pois elas se investem de formas que possam reforçar a autoridade, a durabilidade política e o controle social das organizações governamentais que conceberam tanto a política quanto a idéia de intervenção permanente. Assim, conclui Skocpol,

“Podemos planear la hipótesis de que una característica (oculta o manifesta) de todas las acciones autónomas del Estado será el fortalecimiento de las prerrogativas de los colectivos de funcionarios del Estado”<sup>34</sup>.

Este aspecto é particularmente importante para a compreensão das transformações pelas quais passa o Estado quando das intervenções urbanas. Pois, ao contrário do que se pode crer, o corpo de funcionários da administração estatal pode elaborar e implementar políticas visando primeiramente seus próprios objetivos: a expansão e a autopreservação de seu poder e manutenção da sua condição social.

<sup>32</sup> SKOCPOL, Theda. **El Estado Regresa al Primer Plano**: estrategias de análisis en la investigación actual. Zona Abierta, n. 50, Enero-Marzo, 1989, p. 91.

<sup>33</sup> Citado por, Ibidem, p. 91.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 98.



É, portanto, na perspectiva do “jogo” que o processo de decisão política que resultou na institucionalização do urbanismo em Curitiba será analisado. Isto é, como as intervenções foram se tornando progressivamente uma política governamental permanente mediante os diversos interesses que gravitam em torno das questões da cidade. Lembrando sempre que o Estado, aqui, não será considerado uma entidade neutra podendo ser mais ou menos autônoma, executando políticas mais coerentes ou menos fragmentadas mediante a composição de forças estabelecida na sociedade. Contudo, parte-se do pressuposto da administração ser um agente político dotado de capacidade volitiva de imprimir ações que busquem satisfazer seus próprios interesses.

## 2. CIÊNCIA E CIDADE: o surgimento do urbanismo moderno

### 2. 1- Os antecedentes:

O neologismo “urbanismo”, criado pelo arquiteto espanhol Cerda, por volta da segunda metade do século XIX, ainda não se converteu em ponto pacífico entre os estudiosos. A mesma palavra tem sido utilizada em dois sentidos: um amplo e outro restrito. O urbanismo *latu sensu*, para alguns autores, refere-se às práticas e recursos empregados pelo homem no âmbito de sua relação com a cidade. Por se tratar de uma definição bastante genérica o urbanismo *latu sensu* não chega a constituir um anacronismo, pois mesmo na antigüidade os homens já se destacavam pela maneira com que organizavam os espaços e buscavam sua adaptação ao meio urbano. Os problemas que os antigos habitantes das cidades enfrentavam não eram de todo diferentes de muitos que hoje se enfrenta. Daí o cuidado de não se desprezar as ricas relações que os cidadãos da antigüidade mantinham com o meio urbano.

Na Grécia, pôr exemplo, as primeiras tentativas consistentes de se intervir sobre a cidade de modo a promover sua adaptação às necessidades humanas datam dos últimos anos do século VII até o final do VI a.C., quando os núcleos urbanos passaram a ser comandados pelos tiranos. Em Atenas, Pisístrato e seus filhos Hípias e Hiparcos se entregaram à realização de importantes obras que visavam à melhoria das condições de vida da população urbana. Deram enorme atenção às reservas d’água destinadas ao consumo da cidade, construíram a famosa fonte de Pirene, em Corinto, e do complexo de abastecimento d’água de Samos, em Atenas. Ainda nesta cidade, os pisistrátidas foram mais adiante ao elaborarem um programa de obras que incluía a adoção de um

gigantesco sistema de esgotos na região do *ágora*, o reordenamento do traçado das ruas e a construção do primeiro templo de *Atená* sob a *Acrópole*.

Após a queda dos tiranos, porém, as melhorias urbanas não tiveram a mesma prioridade. Somente no século V a. C. voltaram a florescer, com a reconstrução da cidade de Mileto, destruída pela Guerra do Peloponeso, em 494 a. C.. Aí assistiu-se, pela primeira vez, a construção de um plano ortogonal, sendo este, portanto, de origem jônica, donde nasceu a primeira escola filosófica grega. O plano ortogonal de Mileto não foi outra coisa senão a aplicação urbanística das especulações sobre o modelo de organização política ideal e das meditações filosófico-matemáticas com as quais se encontravam envolvidos os pensadores da cidade.<sup>35</sup>

Quanto ao urbanismo entre os romanos alguns aspectos também não podem ser desconsiderados. A fundação das cidades romanas obedecia a costumes bastante antigos herdados, ao que parece, dos etruscos. Após a certificação de que os deuses não eram contrários à criação da cidade, operava-se a *orientatio*, que consistia em traçar o dois maiores referenciais da cidade, ou melhor, as duas ruas principais que se cruzavam formando um ângulo reto: o *decumanus* (Leste-Oeste) e o *cardo* (Norte-Sul). Finalmente, processava-se a *limitatio*, pela qual se delimitava o espaço da cidade por meio de uma marca sulcada na terra, criando assim uma linha de proteção espiritual, o *pomerium*, que impedia a passagem de entidades malignas.

Essas cidades passaram, principalmente no Alto Império, a obedecer ao plano ortogonal. Adotavam o aspecto de um quadrado ou retângulo dos quais o *decumanus* e o *cardo* eram medianas. As ruas secundárias eram traçadas paralelamente a esses dois

---

<sup>35</sup> Sobre o urbanismo na antiga Grécia, ver: HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo**. Campinas: Papirus, col. "Ofício de Arte e Forma", 1990, pp.: 11-21.

eixos referenciais formando pequenas unidades retangulares ou quadradas. Este parecia ser o modo mais eficaz de se adaptar a cidade ao meio natural.<sup>36</sup>

De fato, os antigos dominavam saberes e práticas que lhes permitiam conformar suas necessidades às características do ambiente urbano. Disso decorre que as cidades obedeciam ao primado do convívio pacífico e harmônico com a natureza. Não é, porém, apenas o urbanismo antigo que cabe na amplidão da classificação de urbanismo *latu sensu*. Também o chamado “urbanismo medieval” com sua pretensão de solucionar problemas concretos sem a adoção de qualquer sistema, no entanto, de consideráveis êxitos no âmbito estético, está incluído nela. Do mesmo modo, dela faz parte o “urbanismo clássico” do Renascimento que, sem deixar de lado as preocupações práticas, buscou um modelo ideal de cidade, bem como ensaiou formular os princípios de uma estética urbana de validade universal.

No entanto, as variadas formas de manifestação do urbanismo tomado no sentido extenso, apesar de diferirem entre si, costumam ser radicalmente separadas daquele tipo entendido no sentido estrito. Muito provavelmente, isto se deve ao fato de que os mesmos que inventaram a palavra “urbanismo”, também inventaram a classificação que dividia esta habilidade humana de atuar sobre o espaço urbano entre *latu sensu* e *strictu sensu*. Taxando a si mesmos de modernos acabaram por estabelecer uma separação entre o urbanismo que não se pautava por valores contemporâneos e aquele que é fruto e orgulho dos modernos. Daí a identificação do urbanismo *strictu sensu*, que não é outra coisa senão uma forma bastante específica dos modernos resolverem as questões do meio urbano, com o urbanismo moderno. Ora, o que é isto, o urbanismo moderno? De saída se percebe que ele difere dos outros urbanismos por

---

<sup>36</sup> Sobre o urbanismo na antiga Roma, ver: Ibidem, pp.: 22-32.

conter algo que lhe confere uma especificidade tal, a ponto de dividir a história do urbanismo em “moderno” (*strictu sensu*) e “não-moderno” (*latu sensu*). De fato, o urbanismo dos modernos é *sui generis* por vir acrescido de um *plus*, isto é, de um “algo mais”, que o difere das modalidades anteriores. É precisamente na determinação desse elemento específico, que torna as intervenções urbanas uma prática moderna, que se deve buscar conceituar tal fenômeno. E para tal é necessário que se remeta aos tempos da Revolução Intelectual, a quase quatrocentos anos.

## 2. 2-A Revolução Científica:

Na realidade, a grande transformação que fez os modernos se orgulharem dessa autodenominação pode ser resumida como um esforço fenomenal que levou a substituição de uma então indesejada forma de produção do conhecimento por um método que, segundo se cria, levaria o homem seguramente ao conhecimento da verdade. Por volta dos séculos XVI e XVII pairava sob a intelectualidade européia uma profunda desconfiança em relação aos conhecimentos oriundos das escolas medievais: o pensamento escolástico. Até o século XIII, época do nascimento das primeiras universidades, as escolas eram *monacais* (anexas a uma abadia), *episcopais* (nas dependências de uma catedral) ou *palatinas* (juntas à corte: *palatium*). Em geral, se dedicavam ao estudo das “sete artes liberais”: o *trívio* (gramática, retórica e dialética) e o *quatrívio* (aritmética, geometria, astronomia e música)<sup>37</sup>. Os escolásticos privilegiavam o método contemplativo para a produção do conhecimento. Principalmente após a incorporação de certos elementos da filosofia aristotélica ao

---

<sup>37</sup> REALE, Giovanni *et* ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulinas, v. I, 1990, pp.:478-479.

pensamento teológico-católico por Alberto Magno (1206-1280) e Tomás de Aquino (1225-1274). A partir de então dogmatizou-se a cosmologia concebida por Aristóteles.

“...afirmavam ser o universo uma esfera cheia de matéria, em todo o seu volume, sendo o vácuo impossível, por requererem todas as atividades um contato físico, direto ou indireto, entre a força atuante e o corpo envolvido. A primeira prova de Santo Tomás de Aquino sobre a existência de Deus era dada pela necessidade de os movimentos das esferas celestes terem um Primeiro Motor, isto é, Deus. A ação de Deus não se manifestava diretamente nestas: os desenvolvimentos dos corpos celestes eram produzidos por intermédio de seres angélicos, postulados por Dionísio no século V”.<sup>38</sup>

Dai a insistência dos escolásticos em afirmarem categoricamente a perfeição dos corpos celestes em oposição a corrupção do mundo terrestre. Para eles o “mundo lunar” era perfeito, tanto pela forma esférica e lisa de seus objetos quanto pelo estado de eternidade que gozavam. Estes descreviam movimentos perfeitos e constantes, isto é, circulares (o que ajudava a explicar os movimentos aparentes do céu), em oposição a imperfeição da terra, que permanecia imóvel no centro do universo. No céu nada mudava, nada se corrompia. Toda essa construção intelectual do cosmo, impregnada de religiosidade, fora realizada à revelia da experiência. Pois o que conferia validade e aceitabilidade a tal interpretação cosmológica era a autoridade religiosa dos que a pregavam.

É verdade que neste mesmo século XIII houve um pequeno surto de pesquisa experimental. Neste particular, destacou-se Roger Bacon (1214-1294), franciscano da Universidade de Oxford. Empreendeu inúmeras pesquisas em Alquimia e Óptica, bem como criticou os estudiosos que apoiavam suas afirmações sobre autoridades falíveis e sobre o valor do costume, e que ocultavam a ignorância com argumentos retóricos. Outro de Oxford, Guilherme de Ockham (1295-1346), questionou a validade da prova

<sup>38</sup> MASON, S. F. **História da Ciência**: as principais correntes do pensamento científico. Porto Alegre: Globo, 1962, p. 92.

da existência de Deus através do argumento do *Primum Mobile*, dada por Tomás de Aquino. Dando o exemplo da ação do ímã sobre um corpo constituído de ferro, Ockham negou que um objeto em movimento requeria necessariamente o contato físico e constante com um motor. Além disso, admitiu que o mesmo poderia ocorrer no vácuo. Certamente foi um duro golpe na física escolástica.

Entretanto, ainda que baseadas na pesquisa experimental, essas contribuições se achavam por demais impregnadas de recursos verbais, crenças e suposições pouco razoáveis, como a teoria do *impetus*, de João Filoponos. Foi contra esse conhecimento incerto e pouco esclarecedor que os modernos de insurgiram. Principalmente após o Renascimento, quando ficou demonstrado que a atividade empírica tinha muito a oferecer às conjecturas teóricas. O próprio Leonardo da Vinci chegou a afirmar que...

“Ao tratar de um problema científico, faço em primeiro lugar várias experiências, uma vez que meu propósito é resolver o problema de conformidade com a experiência, e depois mostrar porque os corpos são compelidos a agir de tal maneira. Esse é o método que deve ser seguido em todas as pesquisas a respeito dos fenômenos da natureza”.<sup>39</sup>

O caminho para a chamada Revolução Científica, no entanto, foi aberto por Nicolau Copérnico (1473-1543), cujas idéias acarretaram importantes conseqüências no âmbito do desenvolvimento de um novo modelo de conhecimento e para a destruição de crenças antigas. O cientista polonês trouxe à luz um novo sistema cosmológico onde o sol, e não a terra, ocupava o centro do universo. Para ele, o planeta dos homens, ao contrário do que se cria, não se encontrava imóvel, mas possuía três movimentos: uma

---

<sup>39</sup> Citado por: ibidem, p. 86. Parece realmente ter havido um grande interesse pelo desenvolvimento das Ciências Naturais dotando-a, principalmente, do método experimental. Contudo, é correto afirmar que a valorização do conhecimento baseado na experiência também começava a ocorrer nas ciências que mais tarde viriam ser chamadas *humanas* ou *sociais*, apesar de, naquela época, despertarem pouco interesse. Ao oferecer sua obra a Lorenzo de Médicis, Maquiavel escreve que esta havia sido realizada com base no “conhecimento das ações dos grandes homens apreendido por uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas...”. Assim, o conhecimento do homem começava a ser produzido não mais pelas concepções metafísicas ou religiosas, mas pelas análises das ações concretas dos homens entre si. O conhecimento passava a advir da experiência. Ver: MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, col. “Os Pensadores”, 1996, p. 32.

volta diária em seu próprio eixo, um giro anual em torno do sol, e uma oscilação de seu eixo polar, para explicar a precessão dos equinócios. É importante salientar que para fundamentar sua teoria Copérnico utilizou argumentos de natureza matemática, os quais deviam satisfazer duas condições: explicar os fenômenos sensíveis e se conformar aos postulados pitagóricos da uniformidade e circularidade da trajetória dos movimentos dos corpos celestes.

A importância do esquema copernicano para a história da ciência se dá por vários motivos. Um deles, é que tal sistema invalidou a crença na divindade do céu e na corrupção da terra. Esta executa os mesmos movimentos circulares dos astros que, nos sistemas anteriores, eram atribuídos apenas aos corpos celestes, perfeitos e eternos. Ao admitir o movimento como característica natural e espontânea dos corpos esféricos geometricamente perfeitos, como a terra e os astros, Copérnico acabou por negar as teorias do *Primum Mobile* e do *impetus*, por considerá-las não-naturais. Outro motivo, é que a partir de seus trabalhos passou-se a discutir a importância da matemática para o método de investigação científica.

A genialidade de Johann Kepler (1571-1630) consistiu em não apenas lançar mãos das conclusões matemáticas de Copérnico e Tycho Brahe (1546-1601) mas, principalmente, em esgotar as possibilidades de sua aplicação. Isto ficou evidente quando o astrônomo alemão deduziu que o movimento elíptico, e não o circular, melhor satisfazia as previsões e a explicação das aparências, também quando formulou suas *Leis da Mecânica Celeste*: a primeira, que cada planeta descrevia um movimento em forma de elipse, tendo o sol num dos focos; a segunda, que a linha traçada do sol ao planeta percorre áreas iguais em tempos iguais; e a terceira, que os quadrados dos



tempos ocupados pelos planetas para completarem suas órbitas, são proporcionais aos cubos de suas distâncias médias em relação ao sol.

Parece evidente, portanto, que a atmosfera intelectual começava a se desvencilhar da simples contemplação para submeter as observações ao rigor do procedimento matemático. Tratava-se de negar as concepções de realidade previamente estabelecidas que imprimiam ao raciocínio um caminho tortuoso, segundo eles, já que necessitava conformar as impressões às crenças. É o que havia acontecido com os sistemas cosmológicos anteriores, que partiam de idéias preconcebidas como a perfeição do céu e corrupção da terra, desenvolvendo, a partir daí, argumentos inverídicos. Por isso, para evitar tais erros, era necessário que se partisse de concepções baseadas em dados empíricos da realidade, bem como que se traduzisse esse conhecimento para uma linguagem universal, exata e que não admitisse contradições. Foi mais ou menos nesses termos que Galilei (1564-1642) evidenciou a mesma necessidade:

“A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto”.<sup>40</sup>

Entretanto, o papel que Galilei destinou à matemática é diverso daquele que destinaram Copérnico e Kepler. Enquanto estes se utilizavam de uma matemática carregada de axiomas pitagóricos e platônicos, e de um forte caráter metafísico (os corpos deviam ser necessariamente esféricos e seus movimentos circulares ou derivados deles), aquele, seguindo os cientistas da mecânica, admitia a matemática como um

---

<sup>40</sup> GALILEI, Galileu. **O Ensaíador**. São Paulo: Nova Cultural, col. “Os Pensadores”, 1996, p. 46.

instrumento de pesquisa e não como um modelo apriorístico da natureza dos objetos. A partir de Galilei a matemática tornou-se efetivamente útil à ciência, na medida que se podia aplicá-la a matérias físicas concretas. Além disso, o professor de Pádua se dedicou a demolir as verdades aristotélicas que diferenciavam os corpos terrestres do celestes, em composição e propriedade. Com base em suas observações astronômicas, provou o contrário, mostrando que constantemente novas estrelas surgiam, que as manchas solares existiam, e que a lua era acidentada.

Os trabalhos desses primeiros cientistas tornaram-se tão famosos que outros não menos importantes foram ofuscados. De fato, o anseio por pôr à prova as crenças dos antigos não inquietou apenas esses poucos pesquisadores. Uma boa ilustração disso é dada pelo exemplo inglês. Caracterizada por um forte espírito empirista, a Inglaterra acabou por reforçar um dos pilares de sustentação da ciência moderna: a experiência.

Segundo Hill, os oitenta anos que antecederam 1640, foram caracterizados por um fabuloso aumento das pesquisas e do conhecimento científico entre os ingleses, fazendo do país um dos mais avançados nesta matéria. Muito antes das descobertas de Galilei serem anunciadas, os astrônomos ingleses já realizavam observações telescópicas. Em 1639, o jovem astrônomo Jeremiah Horrocks, foi o primeiro homem a observar o trânsito de Vênus. Entretanto, como se disse, todo esse avanço foi desprezado pelos mais renomados círculos de divulgação científica europeus.

“Em seus estágios iniciais, esta revolução intelectual foi virtualmente ignorada pela *intelligentsia* oficial. A ciência do reinado de Elisabete foi obra de mercadores e artesãos, não de doutores, praticada em Londres, não em Oxford e Cambridge, em vernáculo, não em latim”.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> HILL, Christopher. Origens Intelectuais da Revolução Inglesa. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 27.

De fato, a citação mostra o sentido empirista que caracterizou os primórdios da ciência inglesa. Todo o conhecimento era direcionado para fins práticos. Nesta época, era comum as publicações científicas, que não eram poucas, virem dedicadas aos homens que, no exercício de suas tarefas, fariam bom uso de seu conteúdo e muito seriam ajudados por ele. Realmente, um grande esforço estava sendo feito para que os conhecimentos científicos chegassem ao público leigo. Isto acarretou o aumento dessas publicações em vernáculo, para que o maior número de pessoas pudessem ter acesso, e que eram “superiores, em alcance e qualidade, aos mais modernos usados nas universidades”. Mais de dez por cento dos títulos relacionados no *Short Title Catalogue*, entre 1475 e 1640, versavam sobre as chamadas ciências naturais, e pelo menos noventa por cento deles eram escritos em inglês.<sup>42</sup>

Tudo isso não passava de um esforço por ultrapassar os métodos consagrados pela ciência antiga. O abandono do latim, o movimento de educação de adultos e a defesa da experiência dos “mecânicos e marinheiros, em oposição aos eruditos conhecedores daquelas ciências (matemáticas) ... trancados em seus gabinetes e cercados de livros”, nas palavras de Robert Norman<sup>43</sup>, constituíam uma prática emergente de se fazer ciência. O privilégio que gozava a “experiência dos artífices” perante o novo modelo de produção do conhecimento contrastava com o desprezo à contemplação que originava o saber dos antigos. Assim, o recurso ao método experimental não foi outra coisa senão a oferta de um contraponto à doutrina escolástica que, por herança da antigüidade, estabelecia uma diferenciação qualitativa entre o trabalho manual e o intelectual, sempre glorificando o último em detrimento do primeiro.

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>43</sup> Citado por: Ibidem, p. 33.

O que os ingleses deixaram claro com a fundação de instituições de pesquisa e ensino científico, como o Gresham College (que durante muito tempo foi superior a Oxford e Cambridge<sup>44</sup>) foi a relevância do empirismo, do contato direto com a natureza, para a elaboração de um conhecimento seguro da realidade. Também concordavam com a idéia de que a matemática devia ser a linguagem da nova ciência, daí a atenção a ela dispensada. Nas universidades de então ela era ministrada apenas com base nos textos antigos e sem qualquer transposição para a realidade concreta, permanecendo um estudo meramente intelectual. Isto explica a imensa disposição dos novos agentes do conhecimento científico em tornar a matemática um competente instrumento de operacionalização das pesquisas empíricas<sup>45</sup>. Esse casamento entre os dados de ordem experimental e a linguagem matemática foi de importância fundamental para o desenvolvimento da ciência.

Muitas das concepções científicas que marcaram a obra de Francis Bacon (1561-1627) já se faziam presente entre os cientistas ingleses. Sua originalidade, contudo, se evidenciou na tradução conceitual das idéias já vulgarizadas. Bacon, fiel a tradição inglesa, dava grande importância à experiência, na medida que somente do contato empírico com o mundo concreto se poderia obter a verdade. Para isso o homem

---

<sup>44</sup> O Gresham College, fundado por Sir Thomas Gresham, mercador e financista inglês, teve entre seus integrantes nomes ilustres que as universidades desprezaram: Samuel Foster ( - 1652), Jonatham Goddard (1617-1675), Robert Boyle (1627-1691), William Petty (1623-1687), entre outros. Ver MASON, S. F. *História...*, op. cit., p. 204. Enquanto em Oxford e Cambridge o ensino da Medicina se reduzia a comentários de obras dos antigos, como Hipócrates e Galeno, nesses novos institutos médicos, barbeiros-cirurgiões e boticários (o equivalente aos farmacêuticos de hoje) se reuniam para dissecar cadáveres e buscar as causas das doenças.

<sup>45</sup> Isto fica mais evidente se se fizer atenção ao esforço feito para por os homens práticos (artífices, mecânicos, marinheiros, ...) em contato com a matemática. Robert Record, “o fundador da escola inglesa de matemática”, transferiu-se para Londres por não ter sido admitido em nenhuma universidade, onde passou a escrever, em inglês, livros didáticos populares. Sendo que sua aritmética (*The Ground of Arts*) foi editada vinte e seis vezes, num prazo de vinte e dois anos. Também John Dee fez, em 1570, as notas e o prefácio da tradução da obra de Euclides feita por Henry Billingsley. Para Dee, a tradução serviria principalmente para auxiliar os “simples artífices” que com a “habilidade e a experiência que já possuem, poderão (através dessas boas contribuições e informações) descobrir e conceber novas obras, máquinas e instrumentos invulgares, cuja aplicação servirá aos mais diversos propósitos da comunidade”. Ver: HILL, Christopher. *Origens Intelectuais ...*, op. cit., pp. 29-30.

precisava se libertar de alguns enganos que o intelecto poderia cometer. A eles Bacon chamou “ídolos” e recomendou todo o cuidado ao se aplicar o raciocínio às coisas, já que eles podem iludir a razão.

Se, de um lado, Bacon era tributário do empirismo, de outro, não deixou de reconhecer a importância dos antigos. Algo bastante incomum entre os intelectuais da época, que os atacavam sem nenhum pudor. Talvez Aristóteles tenha se convertido num alvo tão visado dos modernos pelo fato dos escolásticos terem realizado uma leitura e vulgarização bastante particularizada, estreita e seletiva de suas obras, promovendo sua adequação à teologia da Igreja. Deste modo, ao que parece, a aversão ao aristotelismo se deu muito mais por causa do “batismo” de Aristóteles feito pelos teólogos católicos do que pelo conteúdo de seus trabalhos em si. Isto levou ao assentimento geral à sentença do médico francês, grande inimigo da escolástica, Jean Fernel (1497-1558): “nossa época não tem motivo algum para invejar as que a antecederam”<sup>46</sup>. Com isso, desautorizavam Aristóteles, Platão, Ptolomeu, Hipócrates, Galeno, e tantos outros. Ora, sabe-se que os antigos afirmaram um grande número de verdades que os modernos só tiveram o trabalho de confirmá-las. Além do que, segundo Rivaud, “*Aristote, comme tous les Anciens, disposant d'instruments insuffisants, a sous-estimé les distances stellaires (...) Le monde est infiniment plus grand que nos devanciers l'avaient soupçonné*”<sup>47</sup>.

Partindo, então, do reconhecimento da importância dos antigos, Bacon procurou estabelecer, e daí talvez sua originalidade como filósofo, o perfeito equilíbrio entre o exagerado empirismo dos ingleses e a exacerbada intelecção dos antecessores.

---

<sup>46</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>47</sup> “Aristóteles, como todos os Antigos, dispunham de instrumentos insuficientes, para subestimar as distâncias estelares (...) O mundo é infinitamente maior do que os nossos antecessores haviam suspeitado”. Ver: RIVAUD, Albert. **Histoire de la Philosophie**. Paris: Presses Universitaires de France, col. “Logos”, Tome III, 1950, p. 57.

Para ele, a “escola empirista”, ao afastar-se das “doutrinas sofisticadas”, se entregava totalmente à experiência tendo dificuldades para elaborar leis e princípios gerais, e quando o faziam acontecia com “Precipitação” e “impaciência”.<sup>48</sup> Assim, Bacon achava que caberia a razão enunciar os princípios a partir dos dados da experiência, já que o empirismo puro tinha um pequeno poder de generalização.

Mesmo Descartes (1596-1650), representante da tradição mais intelectual dos pensadores franceses, tantas vezes acusado de desprezar a atividade empírica, dava não pouca importância à experiência. Apesar de haver partido do ponto de chegada de Bacon, isto é, primeiramente procurou os princípios gerais, as causas primeiras, de tudo o que existe, Descartes delegou à experiência, nos diversos campos, a tarefa de confirmar ou corrigir a atitude racionalista primeira. Segundo ele, no tocante às experiências, “elas são tanto mais necessárias quanto mais avançada a gente está no conhecimento”<sup>49</sup>. Desta maneira, a experiência é tida como uma atitude necessária em face ao método dedutivo, servindo, muitas vezes, de recurso para o esclarecimento e certificação no caso de opiniões contraditórias.

Aos poucos a nova ciência se constituía. A linguagem matemática garantia não-contraditoriedade, e a experiência punha o homem em contato direto com a realidade, donde a verdade se revelaria. Do método indutivo de Bacon e do dedutivo de Descartes, foi o primeiro que se firmou entre a comunidade científica moderna. O cientista devia realizar um número extenuante de experiências para que finalmente pudesse estabelecer conclusões mais genéricas, que englobasse uma universalidade de

---

<sup>48</sup> BACON, Francis. **Novum Organum**: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. São Paulo: Nova Cultural, col. “Os Pensadores”, 1988, p. 33.

<sup>49</sup> DESCARTES, René. **Discurso do Método**: para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. São Paulo: Nova Cultural, col. “Os Pensadores”, 1996, p. 117.

objetos da mesma classe. Qualquer semelhança com as idéias do execrado Aristóteles não é mera coincidência. Para o discípulo de Platão:

“L’art naît lorsque, d’une multitude de notions expérimentales, se dégage un seul jugement universel, applicable à tous les cas semblables. En effet, former le jugement que tel remède a soulagé Callias, atteint de telle maladie, puis Socrate, puis plusieurs autres pris individuellement, c’est le fait de l’expérience; mais juger que tel remède a soulagé tous les individus de telle constitution, rentrant dans les limites d’une classe déterminée, atteints de telle maladie, comme, par exemple, les phlegmatiques, les bilieux ou les fiévreux, cela révèle de l’art”.<sup>50</sup>

Pode-se perceber que nas palavras de Aristóteles se encontra diluída uma idéia que também foi uma constante entre os modernos e que acabou por se constituir numa das características mais marcantes da ciência contemporânea: a idéia da utilidade. Com efeito, o mais famoso discípulo de Platão já achava que a ciência baseada na experiência possui um valor infinitamente maior, do ponto de vista prático, do que aquela assentada somente sobre a teoria. Certamente que o resultado prático é mais desejável do que a compreensão. Assim, para Aristóteles, a ação é mais útil que a contemplação.

“La cause en est que l’expérience est une connaissance de l’individuel, et l’art, de l’universel. Or, toute pratique et toute production portent sur l’individuel: ce n’est pas l’homme, en effet, que guérit le médecin traitant, sinon par accident, mais Callias ou Socrate, ou quelque autre individu ainsi désigné, qui se trouve être accidentellement un homme. Si donc on possède la notion sans l’expérience, et que, connaissant l’universel, on ignore l’individuel qui y est contenu, on commettra souvent des erreurs de traitement, car ce qu’il faut guérir c’est l’individu”.<sup>51</sup>

<sup>50</sup> “A arte nasce quando, de uma multidão de noções experimentais, se retira um só julgamento universal, aplicável a todos os casos semelhantes. Com efeito, formar o julgamento de que tal remédio aliviou Cálias, acometido de certa doença, em seguida Sócrates, após vários outros tomados individualmente, é trabalho da experiência, mas julgar que tal remédio aliviou todos os indivíduos de certa constituição, dissimulados nos limites de uma classe determinada, acometidos de certa doença, como, por exemplo, os fleumáticos, os biliosos ou os febris, é marca da arte”. ARISTOTE. *La Métaphysique*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, Bibliothèque des Textes Philosophiques, Tome I, 1991, p. 05.

<sup>51</sup> “A razão disso é que a experiência é um conhecimento do individual, e a arte, do universal. Ora, toda a prática e toda a produção incidem sobre o individual: não é o homem, com efeito, que o médico cura, senão por acidente, mas Cálias ou Sócrates, ou qualquer outro indivíduo assim designado, que se acha ser acidentalmente um homem. Se então se possui o conhecimento sem a experiência, e que, conhecendo o universal, se ignora o individual que aí está contido, se cometerá sempre erros no tratamento, pois é ao indivíduo que precisa curar”. Ver: *Ibidem*, pp. 06-07.

Vê-se que a valorização da ciência empírica, voltada para os casos particulares, devido a sua serventia para a vida humana, vem sendo praticada desde a antiguidade. Mesmo que a filosofia aristotélica não tenha dado grandes resultados concretos<sup>52</sup> (e isso se deve mais à concepção antiga de que os trabalhos manuais ou mecânicos eram inferiores aos do intelecto, do que à obra deste filósofo considerada em particular), Aristóteles não deixou de reconhecer a importância do conhecimento originado da prática e voltado para a facilitação da vida.

Neste caso, o acréscimo de Bacon a esse aspecto da teoria do conhecimento foi dar uma importância maior à ciência advinda do contato empírico com a realidade. “Saber é poder”, dizia ele. Disso decorre que o conhecimento prático da natureza, de suas propriedades e leis, dá ao homem o poder de transformá-la em seu proveito. Dominando o funcionamento de seu fluxo vital, que garante sua continuidade, pode-se manuseá-la, trabalhá-la, em benefício da humanidade<sup>53</sup>. Até mesmo Descartes via em seu método uma alternativa que traria vantagens aos homens<sup>54</sup>.

É, no entanto, interessante notar que tais idéias já se encontravam, como se disse, disseminadas entre os cientistas da época, mas que, encontraram em Bacon e Descartes sua forma teórica mais acabada. De fato, os pesquisadores, ao contato com os resultados práticos da ciência experimental, haviam percebido quão aumentadas foram as possibilidades de transformação da natureza. Grande parte das obras filosóficas desse período, com raras exceções, não fizeram outra coisa senão dar coerência às idéias já

---

<sup>52</sup> Nas palavras de Bacon: “Os gregos, com efeito, possuem o que é próprio das crianças: estão sempre prontos para tagarelar, mas são incapazes de gerar, pois, a sua sabedoria é farta em palavras, mas estéril de obras”. Ver: BACON, Francis. **Novum Organum**: ..., op. cit., p. 41.

<sup>53</sup> “Na natureza o homem não pode mais do que unir e separar corpos. O restante realiza-o a própria natureza, em si mesma”. Ver: *Ibidem*, p. 13.

<sup>54</sup> “Pois elas (suas noções) me fizeram ver que é possível chegar a conhecimentos que sejam muito úteis à vida (...) poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza”. Ver: DESCARTES, René. **Discurso** ..., op. cit., p. 116.



consagradas entre a comunidade científica, adequando-as harmonicamente a um corpo teórico-filosófico. Havia, na verdade, uma grande disposição dos filósofos para subordinarem suas idéias aos resultados científicos da época<sup>55</sup>.

Não se deve, portanto, desprezar o fato de que o século que antecedeu o XVII e os que vieram depois dele foi de intensa produção científica. De certa maneira, foi nesses tempos que se iniciaram os primeiros ensaios de definição das disciplinas de domínio científico. Entre esses novos campos que surgiam podem ser citados a Cartografia e a Náutica, a Química, a Óptica, a Mecânica, a Matemática, a Astronomia, a Botânica, a Zoologia, a Medicina, entre outros.

Um movimento científico tão vasto como esse e de conseqüências práticas tão expressivas não podia deixar de influenciar os intelectuais da época. Uma questão, porém, é necessária ser posta: se a exaltação dos resultados práticos da pesquisa experimental já se encontrava presente na antigüidade, porque, então, só vieram aparecer na era moderna, mais precisamente em torno do século XVII? Ora, já foi mencionado que os antigos (isto é, a tradição grega) não viam com bons olhos os trabalhos manuais, e talvez por isso não tenham tido grandes êxitos nas atividades práticas que, mais tarde, deram ao homem a supremacia sobre seu próprio mundo. Sendo assim, parece bastante admissível advogar que as condições objetivas em que viviam os intelectuais gregos e, mais adiante, dos escolásticos, não lhes permitiam ver qualquer dignidade nas atividades que colocavam o homem em contato direto com a natureza. Viviam numa sociedade escravocrata, onde as ações práticas do dia-a-dia se

---

<sup>55</sup> São esclarecedoras as palavras de Arendt: “A dependência do pensamento moderno face às descobertas fatuais das Ciências Naturais mostra-se com máxima clareza no século XVII. Nem sempre ela é admitida tão facilmente como por Hobbes, que atribui sua filosofia exclusivamente aos resultados da obra de Copérnico e Galileu, de Kepler, Gassendi e Mersenne, e que denunciou toda a filosofia passada como absurda ...”. Ver: ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 87.

encontravam nas mãos dos escravos. Certamente que as relações sócio-culturais nas quais se achavam inseridos impedia-os de exercer qualquer atividade física de cunho prático ou produtivo.<sup>56</sup>

Do mesmo modo, é possível que a exaltação das atividades práticas como substrato do conhecimento científico, possa estar ligada às condições sócio-culturais do momento. Ora, é sabido que uma série de mudanças ocorreram na Europa Ocidental, a partir do século XII, contribuindo para o enfraquecimento do sistema feudal. Duas delas são dignas de nota: a progressiva urbanização da sociedade e o desenvolvimento de novas técnicas (novas fontes de exploração de energia, minas, têxteis, agricultura, etc.). Com isso, a vida material passou a ter um valor infinitamente maior do que antes: dada a sua evolução, novas funções, posturas e atividades, começaram a surgir.

De grande significado histórico foi o aparecimento dos empreendimentos comerciais, industriais e financeiros. Tal transformação trouxe também duas outras inovações importantes: novos hábitos sociais foram interiorizados e novos personagens apareceram. Essas mudanças levaram ao surgimento de uma outra mentalidade cuja primeira grande expressão foi o Renascimento italiano. As cidades mais prósperas, como Veneza e Florença, tornaram-se não apenas centros culturais de elevada envergadura, mas também grandes núcleos econômicos. A ênfase era dada às atividades práticas, objetivas, das quais se podia tirar alguma forma de lucro. A mentalidade empresarial que se instituía em Gênova, na região de Flandres, Metz, Bavária, e Bruges,

---

<sup>56</sup> Aristóteles, além de depreciar o labor físico e incentivar o esforço intelectual, achava que a ciência, para ser livre, não devia estar subordinada a utilidade, como o homem livre não está subordinado a outrem. Para ele, a atividade do ócio (que, na visão dos gregos, de modo algum significava ausência de atividades) era essencial à produção do conhecimento, não apenas porque o proprietário de escravos estaria livre da pressão da necessidade, mas também porque os “os obreiros são comparados a certas coisas inanimadas que efetivamente trabalham, mas sem saber o que fazem, como o fogo que queima ...”. Assim, como o animal age por instintos, o trabalhador manual constrói, mas em função do hábito, sem conhecer as coisas pelas causas. ver: ARISTOTE. *La Méthaphysique*, op. cit., p. 07.

em muito contribuiu para que o realismo se fizesse presente na sociedade. Todo o conhecimento devia estar voltado para as coisas concretas que, de algum modo, oferecesse oportunidades de ganho. Eis, também, o aparecimento de um novo racionalismo que desse conta das novas necessidades postas: lucro, crescimento, produção, organização, eficiência, etc. No momento em que se desenvolve o racionalismo burguês e mercantil, a ciência, no aspecto moderno, torna-se uma alternativa e uma necessidade. Pois o homem de negócios deseja sempre estar lúcido, saber, compreender e ver claro. Querem estar bem informados dos fatos e conhecendo a natureza para tirar-lhes proveito.

“Por isso, desde o surgimento do sistema capitalista, os cientistas nele ocupam uma posição bastante particular e ambígua: de um lado, aparecem como pesquisadores totalmente separados da sociedade, inteiramente isentos dos compromissos com a produção direta; do outro, passam a ser considerados como os principais agentes do sistema de produção”.<sup>57</sup>

Não espanta, portanto, que o início da Revolução Científica tenha coincidido com o auge do mercantilismo. Também Delumeau atesta que na Flândria e na Toscana do século XIV, já se conhecia, ao menos na produção têxtil, uma dissociação entre capital e trabalho. Jacob Fuger, no final do século XV, já era considerado um verdadeiro empresário capitalista: controlava as minas de cobre e prata da região do Tirol e “empregou os mais modernos métodos do tempo para o tratamento do mineral e criou três usinas de refinamento”.<sup>58</sup> Isso mostra que o avanço científico veio após uma revolução ocorrida no comércio, na indústria e nas finanças. Mesmo recentemente se tem demonstrado que o sistema de fábrica surgiu mais em decorrência de um modo peculiar de se organizar a produção do que das inovações técnico-científicas<sup>59</sup>. Estas

<sup>57</sup> JAPIASSÚ, Hilton. *A Revolução Científica Moderna: de Galileu a Newton*. São Paulo: Letras & Letras, 1997, p. 159.

<sup>58</sup> Citado por: *ibidem*, p. 157.

<sup>59</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo: Brasiliense, col. “Tudo é História”, 3 ed., 1985, pp. 22-23.

ocorreram posteriormente, talvez como forma de se aprimorar a produção. Além disso, a Revolução Científica pode ter servido a um outro propósito: dar coerência ao mundo burguês. Pois com o desmantelamento do sistema feudal veio abaixo toda uma visão de mundo baseada na religiosidade católica. A esta visão religiosa do cosmo a sociedade nascente, comandada pelos homens de espírito empreendedor, precisavam contrapor outra, mais realista, material, mundana. Coube à ciência este duplo papel: desenvolver as forças produtivas (métodos, procedimentos, instrumentos, máquinas, técnicas, instrução, etc.) e dar uma outra visão de mundo em substituição à dada pela Igreja.

Decididamente, é possível ter havido uma relação bastante próxima entre o espírito materialista e realista da burguesia mercantil, nascida a partir do século XII, e a valorização do trabalho mecânico<sup>60</sup> e das atividades empíricas pela ciência moderna. Pois pode ter sido em razão disso que esta passou a ver na experiência e na utilidade os critérios orientadores para as novas descobertas. De fato, “dizer que essas mudanças criaram as condições para o nascimento da ciência, é reconhecer o realismo dos novos empresários”<sup>61</sup>. Na mesma linha Hill afirma que “os mercadores e artífices mais inteligentes já haviam descoberto que precisavam de uma astronomia e uma matemática atualizada para que pudessem conduzir navios, drenar minas e medir terras com exatidão”<sup>62</sup>.

---

<sup>60</sup> Na concepção de mundo que vigou no Feudalismo o trabalho era tanto depreciado como sendo atividade destinada às camadas inferiores da sociedade, como também era encarado dentro da tradição judaico-cristã, que vê nele um castigo inescusável dado por Deus (Gen. 3: 19) e tido, portanto, como causa de sofrimento (Jer. 20: 18) que deve-se, quando puder, esquecer (Prov. 31: 07). No entanto, algumas ordens religiosas se dedicavam ao trabalho físico, como os Franciscanos (“*Ora et Labora*”), sem, porém, deixar de tê-lo como forma de penitência.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 158.

<sup>62</sup> HILL, Christopher. **Origens Intelectuais ...**, op. cit., p. 96. No século XVI, um rico mercador chamado William Sanderson, encomendou ao matemático Ermerly Molyneux a confecção de globos terrestres e celestes, para serem usados por navegadores (p. 97). Também a Companhia dos Comerciantes de Vinho pediu, em 1633, a William Oughtred, que concebesse um instrumento para medir com maior previsão a capacidade dos recipientes de vinho (p. 97).

Certamente, houve grande proximidade entre os agentes da Revolução Científica e os homens de negócios, que se dedicava à exploração da natureza para a obtenção de lucro. Estes não criaram a ciência mas podem tê-la dado a direção que tomou: valorização da experiência e da utilidade como critérios determinantes na criação científica. É possível que os primeiros cientistas tenham se inspirado no trabalho mecânico para realizarem suas primeiras pesquisas. E o projeto de Bacon que consistia em elaborar uma história dos ofícios, onde discorreria sobre as inovações técnico-científicas dentro das instalações de trabalho, talvez significasse uma busca pela gênese daquilo que ficou conhecido como a Revolução Científica Moderna. Pois, segundo Hill:

“... o equivalente mais próximo de um laboratório, para os cientistas do século XVI e primórdios do século XVII, eram as oficinas dos metalúrgicos, vidreiros, fabricantes de papel, tintureiros, cervejeiros e refinadores de açúcar - novas indústrias, ou indústrias em que novos processos haviam sido introduzidos”.<sup>63</sup>

Com isso não se pretende defender o determinismo econômico para a história da ciência. Mas, tão somente, admitir que a chamada Revolução Intelectual não pode ser entendida desconsiderando os aspectos sócio-econômicos entre os quais ela se desenvolveu. Deste modo, também se quer evitar a queda no determinismo idealista, que vê o aparecimento da ciência moderna apenas como resultado de transformações ocorridas no nível das idéias entre os eruditos, como se fossem independentes das condições objetivas que determinam a vida. A ciência moderna, apesar de ser uma atividade cognitiva, visa a aplicação prática, a utilidade.

Se com os homens de negócios os cientistas tinham uma grande proximidade, o mesmo não se pode afirmar com relação aos mantenedores do poder político. De fato, a aproximação com as autoridades foi buscada desde o princípio. Não apenas para se

---

<sup>63</sup> Ibidem, p. 101.

justificarem diante dos governos ( pois eram bastante combatidos pelo poder religioso), mas também na procura de apoio para seus projetos e incentivo ao desenvolvimento da ciência. Na Inglaterra, muitos cientistas se aliaram à causa parlamentarista porque viam nela uma possível garantia de liberdade de expressão. Procuravam salientar o quanto “os governos precisavam incentivar a matemática, uma vez que princípios matemáticos semelhantes tinham aplicação prática na navegação e na artilharia”<sup>64</sup>. Talvez, ainda, pela própria crença que nutriam de ser a ciência objetiva e neutra, procuraram demonstrar o quão útil seria ao Estado. Tanto que, segundo Hill, muitos pais se adiantaram à Oliver Cromwell quando aconselhou seu filho Richard, para que “estudasse matemática e cosmografia; ...ambas são apropriadas para os serviços públicos aos quais um homem deve dedicar-se”<sup>65</sup>. A tentativa de aproximação dos cientistas em relação ao Estado também se faz sentir quando Bacon defende a pesquisa científica desenvolvida dentro do aparato governamental<sup>66</sup>. O mesmo ocorreu, um pouco mais tarde, entre os revolucionários de 1789, que contavam com um grande número de cientistas, inclusive na liderança do movimento<sup>67</sup>. Este apoio às novas idéias políticas significava que a burguesia que ascendia tinha em seu projeto de sociedade um lugar de destaque para a ciência. Isto veio se confirmar imediatamente quando cientistas, enquanto tais, passaram a fazer parte do governo, e quando Napoleão promoveu uma extensa reforma no ensino secundário e superior, instituindo a Escola

---

<sup>64</sup> Ibidem, p. 88-89.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>66</sup> No livro em que procurou narrar aquilo que seria uma sociedade perfeita, a exemplo de More e Campanella, Bacon descreve uma espécie de instituto de pesquisa, a “Sociedade da ‘Casa de Salomão’ - casa ou colégio, meus irmãos, que é a verdadeira menina dos olhos deste reino”, amparada pelo poder estatal. Ver: BACON, Francis. *A Nova Atlântida*. São Paulo: Nova Cultural, col. “Os Pensadores”, 1988, p. 245.

<sup>67</sup> Um bom exemplo é Jean-Paul Marat. Segundo Coquard, “ele se interessa simultaneamente pela Medicina, Física, Óptica e Filosofia, ..., que o doutor Marat, especialista em eletroterapia, seja ao mesmo tempo filósofo e jurista, não o impede absolutamente de ser também físico. O engajamento científico é também filosófico e literário”. Ver: COQUARD, Olivier. *Marat: o amigo do povo*. São Paulo: Scritta, col. “Persona”, 1996, p. 97.

Politécnica, que almejava formar técnicos de todas as especialidades<sup>68</sup>, e que logo serviu de modelo para diversos países do mundo, inclusive o Brasil.

Finalmente, não se pode esquecer que a Revolução Científica fez surgir uma nova figura no cenário profissional: o engenheiro. Responsável por atuar entre a ciência e a técnica, tornou-se a profissão de maior prestígio perante a sociedade. Exímio operador das matemáticas, tornou-se também a autoridade máxima no ambiente de produção, após o empresário. O domínio intelectual do processo produtivo, que antes pertencia aos obreiros e artesãos, tornou-se privilégio do engenheiro, que conhecia a estrutura e o funcionamento das máquinas.

Além de ser responsável pela aplicação prática da ciência, era também seu dever garantir a melhor forma de se obter o lucro. A partir daí a própria natureza deixou de ser apenas um fator de produção e passou a ser considerada uma “força de trabalho”: “ela perde todas as suas qualidades sensíveis e suas propriedades vivas, passando a ser considerada simplesmente como combinação de forças e movimentos...”<sup>69</sup>. Ele passou a representar, desta forma, o mais mesquinho dos interesses humanos: a exploração da natureza para a obtenção de vantagem pecuniária, no âmbito da aplicação da ciência como possibilidade técnica<sup>70</sup>. Tarefa que de modo algum foi difícil, pois mesmo a ciência, como se disse, desde o início da Revolução Intelectual vinha recebendo um direcionamento utilitarista, visando a resolução de problemas práticos. Noções bastante frequentes em Mecânica ou Termodinâmica, como “trabalho” e “rendimento”, mostram

---

<sup>68</sup> HOBBSAWM, Eric J.. **A Era das Revoluções: Europa - 1789/1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 8 ed., 1991, pp. 306-307.

<sup>69</sup> JAPIASSÚ, Hilton. **A Revolução ...**, op. cit., p. 166.

<sup>70</sup> É bom que se estabeleça uma diferença clara entre uma e outra. A ciência se constitui por enunciados (leis, teorias, proposições) que possibilitam o conhecimento da realidade sem, contudo, alterá-la. A técnica, por sua vez, consiste em operações variadas que buscam resolver certas necessidades práticas, são habilidades empíricas cuja finalidade é atuar sobre a realidade para cumprir as demandas materiais do homem.

que o cientista vai à natureza com preocupações sociais bem claras. Pois ele não quer buscar o “rendimento” para a própria natureza, mas para os homens. Galilei, engenheiro assumido, com diversas patentes registrada, não deixou de se submeter às exigências sociais e utilitárias quando procurou desenvolver aquelas que seriam as disciplinas próprias do engenheiro: a Mecânica, a Cinemática, a Dinâmica, a Hidráulica, resistência de materiais, etc.<sup>71</sup>

De fato, logo que os governos passaram a reconhecer a importância da ciência (e isto aconteceu com os despóticos esclarecidos), mais pelas suas possibilidades técnicas e utilitárias do que por qualquer outra coisa, os engenheiros tiveram uma significativa promoção social. Pois a valorização da aplicação prática dos princípios científicos com fins públicos (por exemplo, a transformação do princípio físico da eletricidade em iluminação) fez aumentar em muitas vezes a importâncias desses profissionais.

## 2. 3-O Urbanismo Moderno:

É difícil estabelecer com nitidez as implicações da Revolução Científica no urbanismo devido ao fato deste campo de conhecimento sempre ter estado ligado a homens práticos, como os edificadores e os operários-construtores. Isto não significa, porém, que o urbanismo não tenha estado ligado à esse movimento que acarretou um novo posicionamento do homem diante do conhecimento.

Quando a Revolução científica ensaiava seus primeiros passos o italiano Leon Battista Alberti publicou o *De re aedificatoria*. Nele havia uma concepção do “domínio

---

<sup>71</sup> Ibidem, p. 169.



construído em sua totalidade, da casa à cidade e aos estabelecimentos rurais”<sup>72</sup>. De fundamental importância, esta obra acabou por modificar o estatuto social do arquiteto em relação aos obreiros e construtores, isto é, implicou no estabelecimento de um novo campo de atuação profissional. Como os homens de seu tempo, Alberti também era tributário do utilitarismo: “a construção foi inventada para o serviço da humanidade e deve obedecer à conveniência e ao prazer tanto quanto à necessidade”<sup>73</sup>. Pode-se distinguir no arquiteto italiano alguns traços da cultura emergente, que não admite um conhecimento sem propósito prático. Entretanto, sua principal característica moderna é a de que ...

“... utiliza as conquistas da matemática, da teoria da perspectiva e da “física” contemporâneas. (...) Para afirmar sua autoridade, não recorre às apresentações e aos ritos religiosos, aos valores transcendentais da cidade. Fornecendo um método racional para conceber e realizar edifícios e cidades, ele se dá por tarefa, e chega a estabelecer com o mundo construído uma relação que a Antiguidade e a Idade Média ignoram e somente a cultura européia terá doravante a temeridade de promover”.<sup>74</sup>

Alberti antecipou os aspectos mais marcantes do urbanismo, no auge da Revolução Científica. Durante o período barroco, notadamente entre os séculos XVII e XVIII, as intervenções sobre o espaço da cidade sofreram os reflexos deste movimento de idéias. Uma desenfreada busca por coerência e marcou a atividade dos arquitetos. A rua reta, a ininterrupta linha horizontal de tetos, e a adoção dos mesmos elementos (cornijas, lintéis, janelas,...) para as fachadas, foram perseguidas com obstinação. A desordem que perpassou a cidade antiga e medieval, e que havia sido tolerada até então, começou a dar espaço à formalidade e à clareza, porém, levadas quase sempre ao extremo.<sup>75</sup> Este movimento por clarificação e coerência demonstra a pretensão dos

<sup>72</sup> CHOAY, Françoise. **A Regra e o Modelo: sobre a teoria da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 03.

<sup>73</sup> Citado por: ibidem, p. 22.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 04.

<sup>75</sup> Nas palavras de Mumford: “Tão logo a ordem barroca se tornou propagada, uniforme e absoluta, quando nem o contraste nem a evasão eram possíveis, sua fraqueza se revelou. A clarificação cedeu lugar à

arquitetos de lançar luz ao passado que desprezavam, ainda mais quando se verifica que nesse período houve um espantoso aumento da utilização dos recursos matemáticos.

A vontade de tornar coerente todos os aspectos da vida da cidade deu ao urbanismo barroco duas características de elevada importância. A primeira, diz respeito à obediência cega aos esquemas abstratos elaborados para se agir sobre a cidade. Daí a completa submissão da realidade objetiva às composições e elementos imaginários. Houve uma supervalorização dos novos métodos de cálculo e das figuras geométricas<sup>76</sup>. Criações como a praça *Palma Nuova*, uma figura de nove lados com ruas radiocêntricas, eram comuns na época. Tudo devia estar em conformidade com os projetos abstratos: a topografia irregular devia ser aplainada e a rua não desviaria seu curso para poupar um pequeno bosque. Se houvesse qualquer conflito entre o esquema mentalmente concebido e os interesses sociais, a geometria levava a vantagem. O arquiteto Francesco Martini, como Bacon e Galilei, achava que a linguagem da natureza era a matemática e a melhor maneira de dominá-la era conhecendo-a: ele usava a geometria esférica para resolver o problema das colinas em curvas.

A segunda, está relacionada ao fato que mesmo esses esquemas imaginários obedecem a estímulos concretos, materiais e objetivos. O desenvolvimento do

---

arregimentação, a vastidão à vacuidade, a grandeza à grandiosidade". Ver: MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 3 ed., 1991, p. 381.

<sup>76</sup> Mais uma vez, é bom afirmar que este é um momento em que a Matemática e a Geometria passam por uma fantástica transformação, tanto que o espaço deste trabalho seria insuficiente para descrever todas as contribuições do período. No entanto algumas são dignas de menção. A invenção dos logaritmos por John Napier, escocês de Merchiston; e a criação da geometria das coordenadas, por Descartes. Antes deste, porém, Tartaglia apresentou a primeira solução algébrica para equações do terceiro grau, pondo de lado os antigos métodos geométricos de solucioná-la; e François Viète (1540-1603) aperfeiçoou a notação algébrica. A partir daí Descartes pôde construir uma geometria algébrica, representando graficamente por via de equações algébricas. A aplicabilidade disso, tanto na ciência como na natureza, foi enorme. Algum tempo depois, Newton e Leibniz descreveram figuras geométricas por equações algébricas representando o movimento de um ponto geométrico. Tais métodos também serviram para se estudar as relações entre massas e movimentos. Ver: MASON, S. F. **História ...**, op. cit., p. 133. Este método facilitou grandemente o trabalho de engenheiros e arquitetos, dada a facilidade que oferece para a transcrição de objetos concretos da realidade em caracteres matemáticos.

capitalismo mercantilista fez aumentar a riqueza das cidades, consubstanciadas tanto no capital estatal como nas fortunas privadas de ricos comerciantes, banqueiros e industriais. Estes, por sua vez, incrementavam o comércio interno criando desde as pequenas lojas até as extensas casas comerciais. A partir daí toda a atenção passou a ser dada à movimentação de clientes e mercadorias. O capitalismo acabou por promover uma mudança na estrutura conceitual da cidade.

“E a primeira delas foi uma nova concepção do espaço. Um dos grandes triunfos da mentalidade barroca foi organizar o espaço, tornando-o contínuo, reduzindo-o à medida e à ordem, estendendo os limites da grandeza, para abranger o extremo mente remoto e o extremamente pequeno; finalmente, associando o espaço ao movimento e ao tempo”.<sup>77</sup>

Mais uma vez as condições sócio-culturais traziam à baila as grandezas físicas apreciáveis matematicamente. Foram os italianos Alberti, Brunelleschi, Uccello e Serlio, que viviam na atmosfera realista das cidades comerciais da Itália, os primeiros a organizarem o espaço em linguagem matemática. O que não significa apenas o estabelecimento de relações entre a distância e a intensidade de luz e colorido, mas com o “movimento dos corpos através da terceira dimensão projetada”<sup>78</sup>. Isto se traduziu do desenvolvimento da linha reta de construções, transparecendo o movimento retilíneo uniforme. Desta forma, o urbanismo, por seus esquemas abstratos, adaptava a cidade aos anseios de alguns homens em ver os consumidores-pedestres transitarem livremente pelas calçadas de ruas retas, em frente às lojas. Além de retas, as ruas passaram a ser muito mais largas que as da antiguidade. Isto, porém, aliado à “generalizada geometrização do espaço”, não teria qualquer função se, ao se obedecer ao critério da utilidade prática, não servisse ao movimento do tráfego e dos transportes<sup>79</sup>.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 396.

<sup>78</sup> Ibidem.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 399. O aprimoramento que acarretou a substituição da até então usual roda sólida (inteiriça, totalmente compacta) pela constituída de partes separadas (cubo, raios, arco, mais uma quinta roda para facilitar as manobras), foi responsável pela vulgarização dos carros e carroças no interior das cidades. Já

Na confecção de ruas extensas e largas a necessidade de privilegiar o tráfego era combinada, ou as vezes suplantada, pela utilidade que devia atender em relação a mobilização de tropas. Eis outra característica do urbanismo barroco: ajudar a reforçar as marcas do poder absoluto dos reis. Ao diferenciar as ruas primárias das secundárias, Alberti denominava as primeiras de *viae militare*, pois exigiam largueza, retidão e uniformidade. Num momento de estruturação e consolidação dos Estados nacionais tornava-se preciso modificar toda a forma das vias urbanas afim de conferir a regularidade necessária à produção do efeito estético desejado nas paradas militares, e a eficiência esperada quando em atividade.

Mais concretamente, a maioria das capitais européias deste período sofreram intervenções com tais características: ora criando novas cidades ora modificando as já existente. Portugal, após ter sido vitimado por um terremoto que destruiu todo o centro de Lisboa, em 1755, adotou um plano de reconstrução, encabeçado por Pombal, que previa ruas com 20m de largura. Na Inglaterra, Londres foi quase que totalmente destruída por um incêndio, em 1666. À serviço da Coroa, o arquiteto Wren concebeu um esquema de reconstrução onde enfatizava a retidão e a uniformidade, tanto das ruas como das fachadas. Mannheim, após ter sido destruída pelas investidas de Luís XIV, foi reconstruída na forma de um quadriculado perfeito. Entretanto, o símbolo da arrogância barroca, no tocante ao poder de medir, calcular e transformar a natureza, foi a construção de São Petersburgo, por Pedro I, em 1703. Inteiramente projetada e organizada por arquitetos e engenheiros ingleses, franceses, holandeses e italianos, além de demonstrar a opulência do poder despótico, também foi concebida como uma

---

que as ruas estritas e tortuosas não eram compatíveis com a nova necessidade econômica do tráfego intenso, nem com o novo espírito que provocava a vontade de chegar o mais depressa possível em algum lugar. Apesar de algumas resistências, logo o mundo “andava sobre rodas” (Stow). Nas palavras de Mumford, “massa, velocidade e tempo eram categorias do espaço social, antes que estivesse formulada a lei de Newton” (p. 400).

combinação de base naval e centro comercial. Nascida sobre pântanos, com desenho geométrico e retilíneo, a cidade tornou-se o orgulho dos modernos por terem contemplado um “milagre” da geometria ao desafiarem a natureza.<sup>80</sup>

Outra evidência da existência de uma relação entre a Revolução intelectual e o urbanismo moderno, sem, contudo, querer estabelecer um nexos causal, pode estar na aproximação das intervenções urbanas com a Medicina, verificada quase que especificamente no século XVIII. Os progressos, bem como a ligeira profissionalização da Medicina, que vinha ocorrendo desde o século anterior, em muito pode ter contribuído para tal. A epidemia de varíola que fez um elevado número de vítimas na época, propiciou a Edward Jenner (1749-1823) e Robert Sutton (1708-1788) o aprimoramento de métodos de inoculação que, diga-se de passagem, não era novidade nem entre os chineses nem entre os turcos.<sup>81</sup> Na anatomia patológica, o italiano G. B. Morgagni, com base no estabelecimento de relações entre os sintomas apresentados por pessoas quando vivas e as conclusões tiradas após a dissecação de seus cadáveres, publicou um importante trabalho sobre a realização de diagnósticos que influenciou grandemente os clínicos de sua geração. Também os trabalhos de G. M. Lancisi (1654-1720) e Antoine Deidier, nas áreas de patologia e epidemiologia, contribuíram para o desenvolvimento da higiene. Aliás, segundo Taton, os estudos nesse campo começaram a se diferenciar justamente no século XVIII. As publicações de Frank e Tissot, de Bernardino Ramazzini (1633-1714), de J. Pringle, de John Howard, de François Thouret, de H. Haguenot, entre outros, representaram muito para a época. Aos poucos

---

<sup>80</sup> Em sua obra, Berman cita um poema escrito pelo revisor oficial de livros, na época da construção de São Petersburgo, que exprime claramente o espírito do momento: “*a geometria surgiu / a agrimensura tudo abarca / para além da medida nada existe*”. Ver: BERMAN, Marshall. **Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 171.

<sup>81</sup> GORDON, Richard. **A Assustadora História da Medicina**. Rio de Janeiro: Ediouro, 6 ed., 1996, pp. 42-45.

passou-se a falar em uma higiene do exércitos, dos hospitais e dos asilos, higiene das prisões, higiene dos cemitérios; mas, de um modo mais geral, se aperfeiçoou também a higiene profissional, escolar, das crianças, conjugal e mesmo a higiene dos Estados.<sup>82</sup>

Desta maneira, influenciados por médicos e higienistas, as autoridades logo começaram a combater os tradicionais sepultamentos nas igrejas ou mesmo próximo às moradias da cidade. Começava-se a estabelecer uma relação entre os cemitérios e as exalações que emanavam dos corpos. Assim, nas palavras de Tribaut-Payen, o cemitério tornou-se “bode expiatório no qual se cristaliza o medo das doenças e das contaminações”<sup>83</sup>. Do mesmo modo, as ruas foram convertidas em alvo de atenção. A salubridade justificou a pavimentação de todas as ruas de Paris, e foi responsável pela adoção de um sistema de esgotos, que começou com a valeta de Ménilmontant e transformada em esgoto pelo chefe dos comerciantes Michel Turgot, por volta de 1740. Estes, no entanto, só escoavam as águas das chuvas, sem ter ligação com as residências equipadas com fossas. Já no final do século, procurou-se desenvolver outra rede de esgotos para a cidade, em substituição às sarjetas que ocupavam o meio das ruas, transformando-se em “valetas intransponíveis”<sup>84</sup>.

Contudo, essas primeiras intervenções de cunho sanitário sobre o espaço urbano não se deveram apenas ao desenvolvimento da ciência, que ora criavam conhecimentos sobre a realidade da cidade obrigando a ação sobre ela ora elaborando técnicas que permitissem o aumento do poder humano de transformar tal realidade. Pois, certamente, não foram apenas os detentores do poder político ou somente os cientistas, que produziam um novo conhecimento racional da cidade, os responsáveis

---

<sup>82</sup> TATON, René (org). *Histoire Générale des Sciences*. Paris: Press Universitaires de France, v. II, 1958, pp 621-637.

<sup>83</sup> Citado por: HAROUEL, Jean-Louis. *História ...*, op. cit., p. 66.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 65.

pela a adoção dessas medidas urbanísticas. É provável que essas ações sobre o espaço urbano já fossem almeçadas por uma parte significativa da população das principais cidades européias. Isto porque ao mesmo tempo que a revolução do conhecimento da natureza ensaiava seus primeiros passos também novas normas de decoro e de comportamento social se instituíam<sup>85</sup>. Uma não pode ser entendida separadamente da outra. Ambas concorreram para a transformação da sensibilidade do homem moderno. Assim, a aversão à sujeira e o desconforto diante do ambiente insalubre são decorrências de uma mudança da percepção do homem burguês que se processava desde o Antigo Regime<sup>86</sup>.

Os anos que sucederam as última décadas do século XVIII vieram mostrar o contrário do que Marx acharia poucos anos mais tarde: isto é, que o arremedo pode vir antes da tragédia. Em termos de urbanismo, a atividade capitalista ligada ao comércio, à indústria e às finanças, que a partir do século XVII passaram a interferir constantemente sobre o traçado da cidade<sup>87</sup>, acabou por se revelar apenas um “ensaio” de dissolução do ambiente urbano, se comparado com o século XIX.

A Revolução Científica, iniciada por volta do século XVII, já havia consolidado seus primeiros princípios e começava a se especializar cada vez mais. A

---

<sup>85</sup> Ver: RIBEIRO, Renato Janine. *A Etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. São Paulo: Brasiliense, col. Tudo é História, 3 ed., 1990.

<sup>86</sup> Na segunda metade do século XVI, Montaigne dispensava bastante atenção aos odores, tanto do corpo como do ambiente. Àqueles, recomendava aromas, quanto à estes dizia: “Meu principal cuidado, quando tenho de me hospedar, é evitar os bairros onde o ar é pesado e empestado. Apesar de sua beleza, Veneza e Paris perdem muito de seu encanto a meus olhos, por causa do mau cheiro. Na primeira dessas cidades são causa disso os canais e as lagunas que a cercam, na outra a lama das ruas”. Ver: MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. São Paulo: Nova Cultural, col. Os Pensadores, v. 1, 1996, pp.: 276-277.

<sup>87</sup> É evidente que o peso do poder de decisão desses homens de negócios já vinha se fazendo sentir desde muito tempo antes em algumas cidades, pois isso dependia do estágio de avanço material em que ela se encontrava. Le Goff afirma que, certas vezes, como na Alemanha, os novos empreendedores do comércio tinham a autoridade de impor à cidade o seu projeto. H. Planitz, mercador alemão do século XIII, escreveu que “não só o mercado devia ser o centro da cidade como a cidade inteira se construía a partir desse ponto central”. Citado por: LE GOFF, Jacques. *Mercadores e Banqueiros da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, col. Universidade Hoje, 1991, p. 129.

elaboração científica com espírito utilitário propiciou um espetacular avanço das técnicas. Até o século XVII, as minas foram drenadas pelo emprego do cavalo-fôrça cedido por moinhos de vento ou d'água. No entanto, por estarem sujeitos a intempéries naturais e por nem sempre coincidir de haver um rio próximo às minas, buscou-se aperfeiçoar o modo de drenagem pela procura de uma fonte alternativa de produção de energia mecânica. Em 1698, o cap. Thomas Savery, engenheiro de Dartmonth, construiu uma bomba a vapor baseado no princípio de della Porta. Na Alemanha, Otto von Guericke (1602-1686), na trilha de Torricelli, Viviani e Pascal, fez experiências sobre a pressão atmosférica, conseguindo criar o vácuo. Sua conclusão de que “a pressão atmosférica sobre um pistão fechando um cilindro, onde havia vácuo, não podia ser superada nem pela força de vinte homens”<sup>88</sup>, demonstrou ser possível obter grande quantidade de energia mecânica a partir da pressão atmosférica. Mas foi Thomas Newcomen ((1663-1729) quem construiu a primeira máquina que utilizaria uma combinação de vapor e pressão atmosférica como fonte de energia. John Smeaton, Watt e Back, só tiveram o trabalho de aperfeiçoá-la, aplicando princípios científicos. Estes aprimoramentos, aqui exemplificados com a mecânica, também ocorreram em outros campos do conhecimento<sup>89</sup>.

De fato, o que ficou conhecido como revolução técnica do final do século XVIII não foi outra coisa senão o resultado material da aplicação prática dos princípios científicos, realizado pelo utilitarismo capitalista. Num curto espaço de tempo

<sup>88</sup> Citado por: MASON, S. F. *História ...*, op. cit., p. 219.

<sup>89</sup> A revolução que os trabalhos de John Baptist van Helmut, Jean Rey e, sobre tudo, de Robert Boyle (que elaborou uma fusão da teoria mecanicista da Química com a teoria atômica, após verificar a existência do vácuo por meio de sua bomba pneumática, bem como procurou demonstrar, através de operações químicas, a viabilidade de um racionalismo mecanicista para a interpretação da natureza afastando, desta maneira, a Química da Alquimia e do misticismo) proporcionaram um extraordinário avanço à indústria, principalmente a têxtil, além de ter sido uma das molas propulsoras da revolução técnica ocorrida neste final do século XVIII. Sobre Boyle e a Química, ver: GOLDFARB, Ana Maria Alfonso. **Da Alquimia à Química: um estudo sobre a passagem do pensamento mágico-vitalista ao mecanicismo**. São Paulo: Nova Stella / EDUSP, 1987, pp. 173-227.



conseguiu-se um desenvolvimento técnico que nunca se havia visto. Certamente que as implicações de tal transformação foram muitas, sendo a mais importante o fato de o capitalismo do século XIX ter sido radicalmente diferente daquele verificado nos séculos anteriores, a industrialização em larga escala aumentou assustadoramente o potencial produtivo. Se até então podia-se verificar algum tipo de solidariedade o patrão e o trabalhador, com a introdução progressiva de máquinas no âmbito da produção, criou-se uma relação quase impessoal entre ambos, com esta servindo de fria mediadora.

Neste tempo, o capitalismo atingiu sua forma mais pura e, portanto, mais cruel. O instituto da ajuda mútua que estava presente nas antigas corporações de ofícios, e era garantida pelos regulamentos medievais, foi abolido, e o capitalismo deixou de ter qualquer dívida com a produção: “nada havia entre o trabalhador e a fome, exceto a disposição de trabalhar ...”<sup>90</sup>. Sem a mínima preocupação com o bem-estar da comunidade urbana, a burguesia via na nova liberdade a ausência máxima do Estado. Na cidade isto significou a promoção da liberdade irrestrita ao investimento particular, e espaço ilimitado ao acúmulo privado. Daí a destruição de todo o elemento estável que se verificava nas cidades até então: a especulação trouxe a insegurança, e as invenções rentáveis destruíram a tradição que garantia a conservação do valor e a continuidade dos parâmetros da comunidade. O antigo sistema de concessão de terras por um prazo de até 999 anos (pelo menos três gerações) garantia estabilidade ao grupo, agora, no entanto, com grandes áreas à disposição do capital privado, a terra saiu do poder da comunidade (pela qual era tida como um ente vital que garantia a sua perpetuidade) para se tornar um simples produto. Stow descreveu claramente um acontecimento desta época, num lugar de Shoreditch, onde havia uma...

---

<sup>90</sup> MUMFORD, Lewis. **A Cidade ...**, op. cit., p. 446.

“... vila de belas casinhas com jardins para gente pobre decaída, ali colocadas pelo prior do dito hospital [St. Mary Spittle], cada um dos quais pagava um pênny por ano, no Natal (...) mas, após a supressão do hospital, aquelas casas em poucos anos ficaram tão estragadas, por falta de consertos, que ganharam o nome de rua Podre, e os pobres desapareceram (...) as casas, por pequena quantia de dinheiro, foram vendidas de Goddard a Russell, negociante de panos, que as reconstruiu e as alugou por bastante renda, cobrando também muitas elevadas dos inquilinos, quase tanto quanto lhes custaram as casas entre compra e construção”.<sup>91</sup>

Em muitos lugares de Nova Iorque, Paris ou Londres quanto piores eram as habitações mais rendas proporcionavam aos proprietários. A racionalidade técnico-científica também prestou seus serviços utilitários ao *laissez-faire*. O urbanismo, que no barroco estava mais interessado em atuar sobre os aspectos físicos da cidade, procurou, na primeira metade do século XIX, apenas garantir a maior facilidade de apreensão, pelo capital, dos diversos aspectos rentáveis da cidade. Eis o porquê da ampla divulgação da planta quadriculada. O capitalismo industrial transformou a cidade num tabuleiro de xadrez, onde cada quarteirão tem como unidade fundamental, não mais o padrão antigo e familiar baseado na vizinhança ou no recinto fechado, mas no lote de construção individual, que pode ser racionalmente apreciado em metros, de frente e de profundidade, promovendo a figura retangular. É o traçado mais apropriado ao homem de negócios, que precisa representar as unidades habitacionais abstratamente para destinar a cada uma o seu devido valor pecuniário. Para Mumford, “os planos não serviam para nada que não fosse uma pronta divisão da terra, uma pronta conversão das fazendas e terrenos de especulação e uma rápida venda”<sup>92</sup>.

Não há dúvida que os mais lesados eram as famílias pobres de trabalhadores. Recebendo baixos salários por extensas jornadas de trabalho, não tinham outra escolha senão deixar grande parte de seus ganhos nas mãos do locador de imóveis. A miséria e

<sup>91</sup> Citado por: ibdem, p. 452.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 457.

as más condições de vida eram sem precedentes. Os terrenos retangulares, estreitos de frente e de elevada metragem em profundidade, impediam o livre acesso à luz e ao ar. Comumente, as indústrias se instalavam no local que melhor lhes aprouvesse, representando mais um perigo aos trabalhadores que tinham que habitar nos arredores: tornou-se corriqueira a morte de crianças por estarem em permanente contato com produtos químicos. Tais coisas eram bastante comuns em cidades de grande concentração industrial como Manchester, New Hampshire, New Bedford e Fall River.

Via de regra, os pobres viviam mais ao centro da cidade, onde se localizavam as fábricas, e os mais abastados na periferia. Nos locais de moradias operárias a situação era calamitosa, acontecendo de famílias inteiras habitarem um único cômodo. Em Londres, a região de White Chapel e Bethnal Green era conhecida por Est End, pois aqueles que possuíam melhores condições de vida tinham-na por um mundo estranho, selvagem, “um diabólico emaranhado de cortiços que abrigam coisas humanas arrepiantes, ..., onde todo o cidadão carrega no próprio corpo as marcas da violência e onde jamais alguém penteia os cabelos”, nas palavras de Arthur Morrison<sup>93</sup>. Em todas as cidades proliferavam vagabundos, desempregados, crianças maltrapilhas, e mendigos em abundância. Por volta de 1830, tornaram-se presa fácil para a epidemia de cólera que não perdoou nem os bairros aristocráticos londrinos.

Com o agravamento da miséria, das doenças e das mortes, as autoridades inglesas resolveram investir contra essa situação<sup>94</sup>. Em 1840 a Coroa criou o *Select*

---

<sup>93</sup> Citado por: BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, col. Tudo é História, 8 ed., 1994, p. 26.

<sup>94</sup> Benevolo explica essa mudança de posicionamento das autoridades públicas em relação as consequências do *laissez-faire* (que também se traduziu no afastamento do próprio Estado das questões relativas à cidade), como sendo resultante das transformações políticas ocorridas nos principais países da Europa Ocidental. Conservadores de direita assumem o poder pondo de lado a política liberal que até então vigorava, e iniciando um período de intervencionismo estatal. Esses novos regimes são representados por Bismarck, na Alemanha; Disraeli, na Inglaterra; e Napoleão III, na França. Ver: BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade. São Paulo: Perspectiva, 1983**, p. 573.

*Committee on the Health of Towns*, que tinha a incumbência de investigar as condições de vida da população pobre do país. Entre 1840 e 1845 uma série de relatórios foram elaborados a serviço da comissão. Entre eles, o relatório-Chadwick<sup>95</sup> se revelou de grande importância para o desenvolvimento do urbanismo moderno na Inglaterra. Nele, Chadwick começa por apontar o custo social e econômico do desconforto urbano, devido à miséria. Marcado pela *teoria da degeneração urbana*, via no ambiente insalubre da cidade um elemento destruidor da saúde e, por extensão, obstruidor do desenvolvimento moral. Com isso ele explicava o fenômeno combinado da pobreza e os costumes “não-civilizados”. Se, de um lado, as más condições de vida produziam esse ônus social, de outro, ela oferecia um preço econômico que se traduzia tanto nas horas de trabalho perdidas por motivo de doença como pelas despesas causadas às instituições que visavam seu tratamento.

Para coibir esses males que causavam desajustes ao sistema, Chadwick propõe uma reforma na cidade, bem como nas instituições. Segundo ele, o problema só poderia ser sanado pela ação administrativa do Estado. O governo devia voltar a regular a vida da cidade, gerir seus setores. Para tanto, era necessária a contratação de técnicos especializados no tratamento do ambiente urbano. Esta necessidade se fazia presente porque Chadwick, em seu relatório, reduziu todo o espaço da cidade a componentes estritamente técnicos: os esgotos, o sistema de drenagem, o modo de limpar as ruas e coletar o lixo, a distribuição d’água, as falhas arquitetônicas, etc.

“Se o custo da doença pode ser enunciado em termos cada vez mais concretos e mensuráveis, a própria saúde torna-se

---

<sup>95</sup> *Report to her Majesty's principal secretary of state for the home department from the poor law commissioners on an inquiry into the sanitary condition of the labouring population of G. B., London, 1842.* (Relatório apresentado ao secretário do Interior de Sua Majestade pelos delegados da lei da mendicância a respeito de uma investigação sobre as condições sanitárias da população da Grã-Bretanha, Londres, 1842). Ver: BEGUIN, François. **As maquinarias Inglesas do Conforto**. In: Espaço & Debates, n. 34, 1991, pp. 39-54.

um problema técnico que podemos controlar com a ajuda de engenheiros e artefatos sanitários”.<sup>96</sup>

Percebe-se que, após a segunda metade do século XIX, as autoridades se voltam para tentar conter as arrasadoras consequências do capitalismo industrial liberal. Mais uma vez o realismo e utilitarismo dos comerciantes e industriais se revelam: a técnica, como aplicação prática da ciência, e que sempre cuidou de desenvolver a produção abastecendo-a com métodos, processos e instrumentos, se apresenta como única redentora possível para remediar uma situação causada pela própria produção. É a partir de então que as autoridades públicas começam a tomar para si a responsabilidade de gerir as coisas da cidade, não para reprimir os homens de negócios, mas para orientar e ordenar suas ações. Os engenheiros, possuidores de conhecimentos técnico-científicos, serão os novos atores, responsáveis por dotar a população pobre do mínimo de conforto urbano. No início possuíam uma visão mecânico-científica da cidade. O meio era visto como um organismo vivo, que naquele momento se encontrava doente e precisava ser curado.<sup>97</sup> Harouel chama a atenção para o fato de que Balzac, em *Illusions Perdues*, se refere à Paris como a um “cancro”.<sup>98</sup> É, certamente, admissível que os engenheiros tenham se inspirado na teoria da circulação quando da elaboração do moderno sistema de distribuição d’água sob pressão e de coleta de esgotos. Por um complexo de canos chega à casa água limpa e sai água deteriorada, esta, como o sangue venoso, aquela, como o arterial.

---

<sup>96</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>97</sup> O impacto das descobertas científicas no campo da Medicina pode ter surtido um grande efeito entre os cientistas e os intelectuais em geral. Muitos deles aplicavam os conceitos da ciência médica a qualquer aspecto da realidade, deixando claro que essas descobertas alteraram o modo dos contemporâneos perceberem a realidade. Ao prefaciá-la obra de Quesnay (1694-1774), Roberto Campos indica que é “presumível que sua noção de *circularidade* e *fluxos* produtivos tivesse algo a ver com a circulação sangüínea, a esse tempo já descoberta por Harvey (1628)”, já que o economista francês era também um cirurgião. Ver: QUESNAY, François. **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 223.

<sup>98</sup> HAROUEL, Jean-Louis. *História ...*, op. cit., p. 115.

Apesar do organicismo dominar a visão científica da cidade, os médicos foram cada vez mais perdendo importância, já que a atenção das autoridades estava voltada para a repressão das moléstias antes de sua instalação no indivíduo<sup>99</sup>. Tratava-se de realizar obras técnicas de saneamento. Contudo, ao promover a ampliação do setor público, com a criação de departamentos especializados em intervenções técnico-científicas sobre o meio urbano, procurou-se, na verdade, conferir uma certa neutralidade às ações governamentais de cunho técnico. Entretanto, é precisamente na neutralidade do cientista e no não-comprometimento do técnico com as causas políticas que reside o caráter político do urbanismo moderno. Topalov deixa claro que havia outros personagens urbanos tão interessados em solucionar a questão do desconforto da população pobre urbana quanto os engenheiros.<sup>100</sup> Em outros termos, por quê as propostas de socialistas como Fourier, na França, e Owen, na Inglaterra, não tiveram aceitação? Muito provavelmente, porque em suas alternativas houvesse algo mais que mera racionalidade técnica, já que em sua natureza estava contida uma crítica ao capitalismo, mesmo porque, tratavam o desconforto e as más condições de vida da população pobre como uma questão social. Os engenheiros, por sua vez, ao apresentarem-se como únicos capazes de dispensar um tratamento neutro ao meio urbano, propondo-o como objeto de ação racional, não fizeram outra coisa senão mascarar a questão. Pois em sua concepção o pauperismo urbano, as doenças, a falta de higiene, e a criminalidade, eram apenas questões de ajuste técnico. Não viam, portanto,

---

<sup>99</sup> Essa mudança de estratégia ocorreu principalmente por causa da vulgarização da *teoria dos miasmas* entre os especialistas. Do grego, μῑσμα (isto é, infecção, fedor, crime), *miasmas*, cria-se, eram substâncias orgânicas alteradas, voláteis, provenientes de dejetos vegetais ou animais em vias de decomposição, e transportados pelo ar, principalmente pelos calores úmidos. Entretanto, logo que Louis Pasteur (1822-1895) formulou a *teoria dos micróbios*, realizando um grande avanço na cura das infecções, a crença nos miasmas desapareceu.

<sup>100</sup> TOPALOV, Christian. *Da Questão social aos Problemas Urbanos*: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz et PECHMAN, Robert (orgs). *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 23-51.

as difíceis condições de existência do homem pobre trabalhador urbano como uma questão social (ligada às relações sociais de produção, à distribuição de renda, à divisão do trabalho, etc), mas tão somente como um “problema urbano” que devia ser resolvido pela racionalidade científica convertida em técnica. Deste modo, o urbanismo moderno, ao interpretar a questão social como “problemas urbanos”, revelou-se um movimento de grande teor político. É razoável pensar que a proposta dos engenheiros foi bem acolhida pelas autoridades estatais porque era a mais conveniente à manutenção do sistema, já que apresentava soluções para a miséria urbana sem perturbar a estabilidade social.

A ideologia da intervenção técnico-científica pelo poder estatal no tratamento dos efeitos capitalismo de orientação liberal no meio urbano, passou a fazer parte da cultura governamental de diversos países da Europa, após meados do século XIX. Viena conheceu as primeiras intervenções urbanísticas modernas a partir de 1857; também Florença em 1864, quando se tornou capital da Itália; e Barcelona, quando foi revista por um plano de 1859. O exemplo mais marcante, entretanto, dessas modernas ações sobre o espaço urbano foi o de Paris, durante o Segundo Império, entre 1851 e 1870. Benevolo aponta que o imenso poder de Napoleão III estendido à capacidade do Prefeito-engenheiro Haussmann, o alto nível dos técnicos envolvidos e a existência de duas leis bastante avançadas (uma referente à desapropriação e outra ao saneamento) propiciaram a realização de uma das mais modernas e coerentes intervenções da época.<sup>101</sup>

Novas ruas foram abertas (95Km), mais amplas e modernas, para se adequarem ao fluxo intenso dotado pelo ritmo da máquina. Novos equipamentos que

---

<sup>101</sup> BENEVOLO, Leonardo. *História ...*, op. cit., p. 589.

produzem o conforto urbano foram adotados. A Física, a Química, a Matemática e a Geometria deram aos engenheiros o instrumental necessário para que o ímpeto utilitarista criasse aquedutos; esgotos; distribuição d'água em canos de metal, baseada no princípio da gravidade e da pressão atmosférica; iluminação à gás, rede de transportes públicos, etc.

Não demorou muito e essa tendência chegou às cidades americanas, notadamente nas brasileiras. Aqui, os centros urbanos mais importantes começaram, nas primeiras décadas do século XX, um intenso processo de reformas urbanas baseadas nesse novo entendimento de ação sobre o espaço. Fenomenologicamente, o urbanismo moderno é dotado de certa característica que, em maior ou menor grau, se fizeram presente em todas as suas manifestações. Em outras palavras, indaga-se: o que é o urbanismo moderno<sup>102</sup>? Em primeiro lugar deve-se destacar a presença massiva dos especialistas, num primeiro momento somente engenheiros, depois, arquitetos.

A criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1873, foi de grande importância para a formação de um corpo técnico especializado. Mais tarde, em 1894, foi criada a Escola Politécnica de São Paulo e, em 1896, a Escola de Engenharia Mackenzie. É possível que já na virada do século houvesse um número considerável de engenheiros atuando em todo o país. Muito provavelmente, logo começaram a sentir o contraste existente entre os ensinamentos que recebiam e a realidade urbana brasileira: ausência de saneamento, enchentes devido aos rios não canalizados, água de consumo diário com alto risco de contaminação, vias urbanas em estado precário, epidemias constantes, etc. Com isso, passaram a pressionar as autoridades públicas para que

---

<sup>102</sup> Choay tem uma outra classificação: ao urbanismo anterior ao moderno (isto é, o *latu sensu*) ela chama "pré-urbanismo" e ao moderno (*strictu sensu*), "urbanismo". Este, para a filósofa, se difere do outro por ser obra de "especialistas", por estar ligado essencialmente à "prática", e por ser "despolitizado", ou seja, por não se inserir numa visão global de sociedade. Ver: CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades - uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 3 ed., 1992, p. 18.



desenvolvessem a atividade estatal de intervenção urbana. Iniciaram um processo de convencimento tanto do governo como da sociedade civil, no sentido de optarem pelo urbanismo moderno. Em São Paulo, por exemplo, os primeiros engenheiros-urbanistas se utilizaram de congressos e revistas especializadas para divulgarem suas idéias e mostrarem a necessidade da ação no combate aos “problemas urbanos”.<sup>103</sup>

Em segundo lugar, ele é caracterizado pela ideologia. Ela é responsável pela pronta aceitação, sem resistência, das modernas intervenções urbanas, por parte dos que a possuem. É ela, ainda, que não permite que se veja a questão da cidade como questão social ou política. De fato, é a ideologia que confere aos homens a crença cega na redenção pela ciência. Weimer nota que Porto Alegre, no início do século, se tornou alvo das modernas intervenções urbanas, porque “nesta época o aparelho estatal era dominado por uma elite intelectual que havia adotado a ideologia do positivismo em sua versão comtiana como diretriz governamental”.<sup>104</sup>

Em terceiro lugar, o urbanismo moderno é exclusivamente estatal e burocratizado. Se fosse de outra maneira os engenheiros jamais conseguiriam impor um plano de ação que conformasse todos os interesses que proliferam pela cidade. O Estado confere autoridade aos especialistas. Após as intervenções de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, a parte da máquina administrativa que cuidava do urbanismo ficou fortalecida. Com o passar do tempo, porém, ela se ampliou e, em 1925, a Diretoria de Obras já possuía pelo menos cinco divisões, com uma hierarquia quase militar: “engenheiros-chefes, engenheiros-auxiliares, engenheiros-ajudantes, etc.”, segundo Oliveira. Em 1935, com a nova lei de zoneamento, a tecnoburocracia municipal

---

<sup>103</sup> LEME, Maria Cristina da Silva. **A Formação do Urbanismo como Disciplina e Profissão**: São Paulo na primeira metade do século XX. In: PECHMAN, Robert *et* RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 245-258.

<sup>104</sup> WEIMER, Günter. **A Capital ...**, op. cit., p. 119.

especializada no tratamento da cidade sofreu mais uma ampliação: foi criada a Secretaria Geral de Viação e Obras Públicas, que subordinaria a Diretoria de Engenharia, que por sua vez estava subdividida em várias seções. Em 1937, com a elaboração Plano Agache, “achava-se a organização e estrutura da Prefeitura bastante de desenvolvida”<sup>105</sup> De fato, o urbanismo moderno é, por excelência, estatal.

Com efeito, as modernas intervenções sobre o espaço da cidade são caracterizadas pela pretensão científica, pela presença dos especialistas, e pela autoridade estatal. Se essas características se fizeram presente nas cidade que sofreram reformas urbanas durante as primeiras décadas do século XX, também as especificidades estiveram lá. E elas só podem ser apreendidas através da análise acurada do caso concreto.

No entanto, tomado de um modo geral, o urbanismo moderno não pode ser entendido nem fora do contexto da Revolução Científica nem alijado do âmbito capitalista. O utilitarismo, que valorizou o trabalho manual, acarretou o empirismo, e este tornou possível a atuação dos engenheiros na cidade. Com o domínio dos variados instrumentos técnicos e metodológicos de tratamento da natureza tiveram aumentado em muito seu potencial de transformação da realidade urbana. Essas intervenções, no entanto, se justificavam a partir das formulações científicas que tinham por objeto a cidade. Assim, a ciência moderna não apenas descobriu os “problemas urbanos” como também, concomitantemente, apresentou suas soluções.

Daí o aparecimento da moderna ciência da cidade, que nasce com a interpretação científica dos “efeitos colaterais” do capitalismo industrial, bem como

---

<sup>105</sup> OLIVEIRA, Lúcia Gomes de. **Desenvolvimento Urbano na Cidade do Rio de Janeiro: uma visão através da legislação reguladora da época - 1925 / 1975**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, IPPUR, Rio de Janeiro, 1979, p. 07. Para São Paulo, ver: SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. **O Setor de Obras Públicas e as Origens de Urbanismo na Cidade de São Paulo**. In: Espaço & Debates, n. 34, 1991, pp. 71/74.

com a proposição de resoluções técnicas para os problemas apresentados. Nisso reside o caráter duplamente utilitário do urbanismo recente, aos menos em seus primórdios: ao mesmo tempo que ofereceu uma solução eficaz aos reflexos maléficos do capital industrial sem, contudo, ameaçá-lo, também promoveu uma sensível aproximação dos especialistas com o Estado. Este, obteve a vantagem de ter seu poder expandido e suas ações racionalizadas (portanto, tidas como politicamente neutras), aquele, teve da ciência uma resolução rápida das questões que lhe oferecia perigo, oriundas de suas próprias contradições. Além disso, a moderna ciência da cidade foi bastante útil à classe média urbana que logo interiorizou a ideologia cientificista (notadamente após meados do século XIX, na Europa, e um pouco mais tarde, no Brasil) a qual lhe proporcionou uma percepção totalmente moderna da realidade urbana. De fato, o urbanismo logo tratou de dotar a cidade dos requisitos de conforto exigidos pela nova sensibilidade burguesa.

### 3. Uma Inserção na Conjuntura Histórica: a crise econômica e a ideologia da modernização

O espaço de tempo compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, é de fundamental importância para o entendimento da história paranaense e, principalmente, para o esclarecimento de qualquer fenômeno sócio-político ocorrido na Curitiba deste período. Se transição para a República se deu sem muitos alardes no plano político, em relação à economia e a sociedade não se pode dizer o mesmo.

O primeiro fato a ser salientado é o descompasso existente entre o vertiginoso crescimento populacional verificado em Curitiba, nesta época, e estagnação da economia regional, decorrente dos “altos e baixos” do mercado externo<sup>106</sup>. O aumento do contingente numérico dos habitantes da capital paranaense ficou evidente na observação de Martins, no início da década de 1920:

“Curitiba é a sétima, dentre as capitais de Estados da República quanto à população. Em 1900, tinha 49.755 habitantes, em 1910, 60.800 e, em 1920, 78.986. Vê-se daí seu rápido crescimento”<sup>107</sup>.

Há quem afirme que esta multiplicação de pessoas se deveu exclusivamente ao forte fluxo migratório incentivado pelo poder público. É verdade que a história paranaense não pode ser entendida sem se considerar a importância da fixação dos estrangeiros neste Estado. Mesmo para a compreensão das transformações ocorridas na capital o fenômeno migratório não pode ser desprezado. Pois foram estes europeus encarregados de promover o branqueamento do maior país da América Latina que contribuíram enormemente para estimular e multiplicar as funções urbanas. Dedicavam-se ao comércio, ao artesanato, às manufaturas e a outros pequenos serviços, de modo que, em 1872, já compunham 11% da

---

<sup>106</sup> BONI, Maria Inês Mancini de. **O Espetáculo Visto pelo Alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1985.

<sup>107</sup> MARTINS, Alfredo Romário. **Curitiba de Outrora ...**, op. cit., p. 140.

população curitibana<sup>108</sup>. De fato, de 1870 até 1920, grande quantidade de estrangeiros entrou no estado do Paraná. Do número total dos imigrados, algo em torno de 49% eram poloneses, 14% ucranianos, os alemães ficavam na casa dos 13,3%, os italianos, russos, franceses e austríacos, contavam em menor número<sup>109</sup>.

Contudo, contra esse argumento se insurgiu Boni ao afirmar que ele só é válido para o período imigratório que foi de 1870 à 1890. Segundo a autora, nos anos posteriores a entrada de estrangeiros no estado não teve um peso assim tão grande como se tem dado. Para ela, a causa da explosão demográfica verificada na capital paranaense, nos primeiros dez anos deste século, deve ser buscada no “próprio desenvolvimento do ciclo vital das famílias curitibanas”<sup>110</sup>

Baseada em avançados estudos demográficos a historiadora mostra como houve um aumento assustador do número de batizados na Paróquia de Nossa Senhora da Luz, particularmente nos últimos dez anos do século XIX. Apoiada em pesquisas que visaram a reconstituição de famílias alemãs e italianas, mostra a incrível média de 9,92 filhos por família para os italianos, entre 1888-1909, e de 7,00 filhos entre alemães, para matrimônios anteriores a 1895.

Assim, o vertiginoso aumento populacional ocorrido em Curitiba, no período entre séculos, deveu-se tanto ao elevado número de pessoas que compunham a prole imigrante já fixada, como a grande quantidade de casos de reimigração. Entretanto, este problema demográfico gerou um fenômeno sócio-econômico de muito vulto. Isto é, “a população da cidade ultrapassou seu dobro, mas a economia não teve o mesmo impulso”<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup> Os números para São Paulo e Porto Alegre são 8% e 12%, respectivamente. Ver: COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 5 ed., 1992, p. 212.

<sup>109</sup> SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de. **Tributação X Constitucionalidade: um estudo de caso no Paraná (1892-1918)**. Dissertação de Mestrado, SCHLA / UFPR, Curitiba, 1988, p. 31.

<sup>110</sup> BONI, Maria Inês Mancini de. **O Espetáculo Visto pelo Alto: ...**, op. cit., pp. 21-22.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 23.

Com efeito, neste período, o Paraná passou por uma séria crise econômica. Se durante os tempos de província a erva-mate fora não só o sustentáculo econômico mas também o produto responsável pela sua inserção nos mercados do Prata, nas primeiras décadas da República ela não correspondeu às necessidades postas pela nova conjuntura.

Por ser uma economia dependente da exportação de produtos, principalmente para a Argentina, Uruguai e Chile, o Paraná se via constantemente à mercê das oscilações do mercado internacional. A economia ervateira foi “sacudida” pelas inconstâncias do mercado por todo o tempo em que perdurou a exportação (1851-1940), mas foi, entretanto, a partir da Proclamação da República, e da subsequente crise que se abateu sobre a economia brasileira, que ela passou a dar os primeiros sinais de colapso.<sup>112</sup>

É bem verdade que a alguns “remédios” foram usados na tentativa de se amenizar a crise que se configurava no cenário econômico paranaense. O principal deles, e digno de destaque, foi o esforço despendido pelo Estado a fim de dotar o sistema econômico de uma infra-estrutura tal que possibilitasse um escoamento rápido da produção, eliminando o risco de deterioração das mercadorias ao longo do transporte lento e danoso sobre carroças. Daí toda a atenção dada às ferrovias. Primeiramente, a implantação da Estrada de Ferro do Paraná (1880-1885), que ligava Curitiba aos portos de Antonina e Paranaguá, principalmente para a exportação da erva-mate; em seguida, a Estrada de Ferro Norte do Paraná (1908), que chegava até a colônia Assungui, com o objetivo de deslocar produtos agrícolas e minérios; o Ramal Paranapanema (1911), com a intenção de ligar a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul à Estrada de Ferro Sorocabana, atravessando o Norte Pioneiro; também o Ramal de Serrinha - Nova Restinga (1914) da Estrada de Ferro do

---

<sup>112</sup> Sobre os fatores *externos* que contribuíram para o agravamento da crise nas exportações paranaenses da erva-mate, diz Kroetz: “a Guerra Civil do Uruguai, um dos principais compradores, a crise por que passou a Europa nesta época (1893), reduziram as exportações das Repúblicas do Prata e do Chile e, conseqüentemente, a sua capacidade de importar”. Ver: KROETZ, Lando Rogério. **As Estradas de Ferro do Paraná: 1880-1940**. Tese de Doutorado, FFLCH / USP, São Paulo, 1985, p. 196.

Paraná, surgiu da necessidade de reconstrução do trecho Serrinha - Porto Amazonas; a Estrada de Ferro Mate - Laranjeiras (1918), obra da iniciativa privada que ligava Guaíra até Porto Mendes; todas construídas na ânsia de se aparelhar a infra-estrutura do sistema agilizando a exportação dos produtos.

Estas transformações acabaram por reforçar a importância que vinha tendo a capital. Pois na maioria das vezes boa parte das mercadorias, ao tomarem o rumo dos portos, via Estrada de Ferro do Paraná, passavam por Curitiba. Com isso, a cidade adquiriu relevância não só como “ponto nodal” nas estradas de transporte paranaenses, mas também pelo fato de grande parte dos produtores virem se instalar na capital, já que era aqui que ocorriam as transações comerciais internas e externas.

Todo este esforço, contudo, não conseguiu reverter o quadro adverso. Isso porque o problema parecia não ser tanto vinculado à infra-estrutura mas à própria inviabilidade do sistema produtivo. Entretanto, nem mesmo aquele complexo ferroviário que começou a ser montado conseguiu resolver o problema a que se propunha. Fundamentado em protestos populares relatados pela imprensa, Ribeiro diz que “decorridos vários anos da inauguração da rede ferroviária, a problemática do alto custo e da ineficiência do sistema ainda persistia”<sup>113</sup>.

É verdade que o Paraná possuía outras fontes de riqueza além da erva-mate. A madeira, apesar de vir sendo extraída e comercializada desde o Império, na República teve maiores incentivos para o seu desenvolvimento. Os madeireiros melhoraram o sistema de secagem com vistas à exploração em larga escala de modo que, já entre 1896 e 1898, o total exportado correspondeu a 4% da renda do Estado, além de, neste mesmo final de século, existirem por volta de 64 serrarias no Paraná.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> RIBEIRO, Luiz Carlos. **Memória, Trabalho e Resistência**: ..., op. cit., p. 32.

<sup>114</sup> KROETZ, Lando Rogério. **As Estradas de Ferro do Paraná**: ..., op. cit., p. 179.

Em decorrência disso, instalou-se na capital do Estado uma fábrica de palitos de fósforos, em 1903, e passou a ser geradora de nada menos que 20% da receita estadual. No entanto, a exploração da madeira no Paraná obedecia basicamente a dois propósitos: abastecer o mercado interno e a exportação. Ambos tiveram características predatórias com o crescimento das cidades, originando as fábricas de móveis, que caracterizaram a economia paranaense nas primeiras décadas do século XX. Visavam-se os mercados do Uruguai e da Argentina, bem como, se constituía no negócio mais rentável para os madeireiros. Entretanto, nem a existência desse restrito mercado, nem os fomentos governamentais do princípio da era republicana, conseguiram atingir o objetivo: o velho mundo. Em 1873, na exposição de Viena, já ficara constatado serem o pinho e outras madeiras do Paraná de superior qualidade. A Europa, porém, continuou fora das rotas comerciais deste Estado até 1910, quando o capital norte-americano se inseriu no setor. Só então a madeira paranaense conseguiu chegar ao mercado europeu.<sup>115</sup>

Ao lado da madeira, a pecuária e o algodão também fizeram parte do cenário econômico regional. A primeira, após a queda do Império, passou a ser progressivamente desencorajada, o segundo, nesta época, só serviu para o abastecimento do mercado interno. O café, por outro lado, começou a ter uma tímida participação na economia agro-exportadora paranaense a partir da década de 1920<sup>116</sup>.

Embora existisse essa “variedade” de produtos, a economia do Paraná ainda dependia, até a segunda metade deste século, da produção ervateira. Quando o mate ia mal, mal iam as administradoras de estradas de ferro, os trabalhadores da lavoura, a importação, o comércio, os fabricantes de carroças, o tesouro e o contribuinte. Nas palavras de Kroetz:

“A erva-mate, responsável pelo bom nível de emprego, era o instrumento fundamental para a importação de bens não

---

<sup>115</sup> Ibidem, pp. 180-181.

<sup>116</sup> Segundo Kroetz, “enquanto São Paulo, entre 1920 e 1930, produzia na ordem de 65% do café vendido no exterior, o Paraná fornecia 1%”. Ver: Ibidem, p. 173.



produzidos internamente. Até o surgimento do café em maior escala, foi a maior fonte de renda na arrecadação da receita pública e principal mercadoria no transporte ferroviário”<sup>117</sup>.

Por “bens não produzidos internamente” equivalia dizer “quase tudo” que fosse industrializado. Eis um dos grandes problemas enfrentados pelo poder público. Quase todas as divisas gerada pela economia de exportação da erva-mate voltavam ao exterior pela importação de artigos de consumo. Desta maneira, o fluxo de capitais nascido no exterior e que produzia o meio circulante paranaense, estava preso num circuito fechado. Acabava onde havia sido gerado<sup>118</sup>.

Com efeito, no Paraná do período entre séculos não só havia o problema da defasagem econômica em relação a explosão demográfica, como também existia a questão da sua dependência quase exclusiva de um produto de exportação, tão sensível às intempéries do mercado internacional. Em virtude disso o Estado mergulhou numa crise econômico-financeira tal que, já em 1898, o então Secretário de Estado dos Negócios das Finanças, Comércio e Indústria do Paraná, Dr. Luiz Antônio Xavier, buscava contorná-la propondo a redução de gastos na proporção da arrecadação, a racionalização dos serviços públicos de modo que se pudesse dispensar boa parte do funcionalismo, a supressão de subvenções e despesas que não davam retorno positivo, e o corte de concessões de impostos. De fato, se medidas não fossem tomadas, acreditava o secretário, os *déficits* se sucederiam “de exercício em exercício” impedindo os “serviços” que deveriam ser realizados no futuro<sup>119</sup>.

Para realçar um pouco mais o cenário paranaense, em especial o curitibano, esses tempos de crise propiciaram o fortalecimento de grupos que há muito vinham procurando

---

<sup>117</sup> Ibidem, p. 194.

<sup>118</sup> LUZ, Regina Maria. **A Modernização da Sociedade no Discurso do Empresariado Paranaense:** Curitiba 1890 / 1925. Dissertação de Mestrado, UFPR / SCHLA, Curitiba, 1992, p. 12.

<sup>119</sup> Relatório citado por: POMBO, José Francisco da Rocha. **O Paraná no Centenário: 1500-1900.** Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980, 2 ed., pp. 138-139.

fazer com que suas idéias se tornassem mais difundidas. Assim, o enfraquecimento do poder de ação do Estado, devido tanto a baixa arrecadação quanto ao aumento da dívida, bem como, as depressões que a economia insistia em praticar nas tabelas de estatísticas econômicas (causadas pelas quedas do volume de exportações), constituíam um terreno fértil para o crescimento de uma semente ideológica que acabou por caracterizar a sociedade curitibana deste período.

Decididamente foi entre o final do século XIX e início do XX que um grupo de intelectuais<sup>120</sup> imbuídos da ideologia da modernização passou a interferir cada vez mais na esfera dos negócios públicos. Possuidores de veículos de propagação de idéias, trataram logo de realizar a tarefa de massificá-las e de abrir canais de influência não apenas sobre aquela que ainda insistiam em imprimir ações “retrógradas” e “irracionais” mas também sobre o próprio poder público.

Quem eram, a final, esses intelectuais? Na sua maioria não passavam de homens de meia idade, ou as vezes mais jovens, provenientes da classe média, filhos de comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, ou até da oligarquia agrária paranaense. Em geral eram poetas, escritores, jornalistas, advogados, médicos e engenheiros que, sendo paranaenses ou não, haviam freqüentado as boas universidades do Rio de Janeiro, São Paulo ou Salvador. Para divulgarem e persuadirem a sociedade de sua “visão de mundo”, com um pretenso estatuto de verdade, procuraram fundar órgão de fomento à ideologia. Entre eles os mais eficazes foram os periódicos que, em 1920, não eram poucos.

“(Curitiba) Tem uma imprensa que constantemente agita as questões internas com critério e comedimento (...) São 5 os jornais diários, sendo 1 em alemão, além de numerosa imprensa periódica destinada a agitar problemas especiais, literários,

---

<sup>120</sup> Esta palavra está sendo usada na acepção preconizada por : COSER, Lewis A. **Hombres de Ideas**: el punto de vista de un sociólogo. Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1968, p. 217. Eis o que ele diz: “*El intelectual como crítico activo del gobierno y de la sociedad, como agitador de un grupo de ideas, no está atento al poder sino primero trata de enfocar la mente del público hacia un tema central y luego trata de cargar la fuerza de la opinión pública sobre los que hacen la política*”.

educativos, filosóficos, econômicos, artísticos e científicos, em vernáculo, alemão, polaco e italiano”.<sup>121</sup>

Decididamente, é bem provável que os periódicos tenham se constituído num veículo eficaz de propagação do pensamento emergente entre esses grupos médios urbanos. Não espanta o fato de terem sido, genericamente, as classes média e alta bastante receptivas, no que se refere a essas idéias, já que não apenas tinham uma educação mais acabada para se dedicarem à leitura, mas também o próprio conteúdo ideológico que liam vinham a calhar aos seus interesses, pois em nada parecia agredir ou desestabilizar seu posicionamento na sociedade.

O que foi a ideologia da modernização? Primeiramente, por ideologia deve-se entender um aglutinado de idéias, valores e crenças concernentes à toda sociedade e que visa dirigir as ações políticas de um determinado grupo<sup>122</sup>. Quanto a modernização a dificuldade precisá-la é bem maior quando se trata de analisar o caso concreto. Entre esse grupo de intelectuais caberia o conceito dado por Bobbio, porém com alguma ressalva. Para ele, modernização consiste naquele “conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos”<sup>123</sup>. No entanto, com uma única palavra pode-se identificar o sentido ou a força que deflagrou todas essas mudanças: *razão*. Não espanta, portanto, o fato de que quando os referidos intelectuais pronunciavam ou escreviam a palavra modernização, esta quase sempre vinha ladeada por suas “irmãs consanguíneas”: *civilização, progresso e ciência*.

De qualquer forma, “modernizar” significava mudar o *status quo*. Para os que assim pensavam a mudança devia ocorrer nos diferentes níveis: político, econômico e social.

---

<sup>121</sup> MARTINS, Alfredo Romário. *Curitiba de Outr’ora e de Hoje...*, op. cit., p. 144.

<sup>122</sup> Este é o sentido “fraco” de ideologia dado por Bobbio. Ver: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política...*, op. cit., p. 585.

<sup>123</sup> *Ibidem*, pp. 768-776.

As transformações na esfera política já estavam ocorrendo e, até onde se sabe, estavam agradando este segmento urbano intelectualizado. Com efeito, a Proclamação da República veio, certamente, satisfazer os seus interesses, já que, em grande parte, eram partidários de determinadas idéias científicas, notadamente de origem positivista, fortemente dominadas pelas noções de evolução e progresso preconizada por Comte, a República estaria mais próxima da última fase: a positiva. Segundo o filósofo francês, esta lei...

“...consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo”.<sup>124</sup>

O tipo de organização política que caracterizou o primeiro estado foi a Teocracia-Militarista, cujo exemplo mais fiel é o instituído na Idade Média. O segundo, a Monarquia Absolutista que, ao sobrepujar o poder espiritual da fase anterior, conferiu toda a importância aos teóricos da política e aos legistas reais, os quais procuraram fundamentar o poder do Rei não mais em concepções religiosas mas em idéias conceitos metafísicos como “soberania” e “contrato social”<sup>125</sup>. A última etapa adotaria um modelo de organização política onde a elite científico-industrial seria a titular do poder sobre a sociedade.

Não foi por outro motivo que este grupo de intelectuais adotou certos pressupostos comteanos como valores integrantes de sua ideologia, senão pelo fato de que a crença na objetividade técnica e no progresso científico como as únicas soluções imagináveis para os problemas humanos começou a ganhar terreno entre as faculdades brasileiras, principalmente nas do Rio de Janeiro e São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX. Lá, certamente, tiveram contato não só com o pensamento científico e,

<sup>124</sup> COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Nova Cultural, Col. “Os Pensadores”, 1996, p. 22.

<sup>125</sup> Aqui estão inseridos, obviamente, os contratualistas que trilham os caminhos fundados por Thomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau.

notadamente, com as principais teses positivistas, emanadas das “politécnicas”, onde eram ministradas juntamente com as disciplinas exatas.<sup>126</sup>

Em função dessa crença esperava-se que, com a morte do regime monárquico, a realização do progresso era só uma questão de tempo. Grande parte os valores identificados ao passado imperial deviam ser combatidos. Foi com este ímpeto que esta fração intelectual da sociedade paranaense, em particular da curitibana, se lançou numa intensa luta contra a intromissão do clero no ensino, que segundo Dario Vellozo, não passava de um “jesuitismo que se disfarça hipocritamente sob a tiara papal”<sup>127</sup>. Embora muitos não fossem contrários a religião, consentindo que a Igreja continuasse com seus rituais e tradições, também combatiam a vida conventual, o ato de confissão, a Eucaristia, o casamento religioso e a presença de Ordens religiosas com padres estrangeiros no país.

Não foram poucos os periódicos anticlericais, em Curitiba. Entre eles contavam-se *O Cenáculo* (1895), *Jerusalém* (1898-1902), *Esphynges* (1899-1905), *Electra* (1901-1903) e *Acacia* (1901). Nomes como Dario Vellozo, Antônio Braga, Júlio Perneta e Silveira Neto se notabilizaram na luta contra o “obscurantismo” e a “superstição” propagadas pela Igreja, bem como, na direção desses órgãos de imprensa que buscavam não somente suprimir uma fonte de explicações enganosas para o mundo como de divulgar de conceber a realidade das coisa: a ciência. Em 1901, nasceu a Liga Anti-Clerical Paranaense, e para ser seu órgão de

<sup>126</sup> Sobre o positivismo no Brasil, ver a excelente apresentação de José Arthur Giannotti a COMTE, Auguste. **Curso de...**, op. cit., pp. 05-14. A recepção da filosofia de Comte se deu pelo menos de duas formas entre os brasileiros. A primeira, diz respeito àqueles que adotaram o positivismo como filosofia em sua totalidade, tornando-se, inclusive, devotos da religião comteana. Disse Costa referindo-se a eles: “É inegável que a partir de 1891, - dez anos, portanto, depois de fundado o *Apostolado*, no Brasil - o entusiasmo pelo positivismo já entrara em declínio”. O segundo, está ligado a maioria dos intelectuais que não adotam uma filosofia no sentido estrito, mas tão somente pressupostos de uma e de outra, de acordo com a conveniência, com o interesse, ou com a moda, entre eles as idéias de Comte não foram tão efêmeras. Sobre eles, diz Costa: “O positivismo não escapa à regra embora se mantenha, de modo difuso, em virtude de diversas razões, a influir sobre a inteligência brasileira”. Ver: COSTA, João Cruz. **O Positivismo na República**: notas sobre a História do Positivismo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 13.

<sup>127</sup> Citado por: BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. **Idéias em Confronto**. Dissertação de Mestrado, UFPR / SCHLA / DEHIS, Curitiba, 1980, p. 58.

veiculação de idéias surgiu *Electra*, sob a direção de Generoso Borges, Ismael Martins, Euclides Bandeira e Leite Júnior. Em seu primeiro editorial já dizia que combateriam...

“...em prol de todos os ideais enfeixados no ciclo luminoso do liberalismo, contra os reacionários, ultra-montanos, jesuitismo dissolvente, clericalismo rasteiro, contra, enfim, todos os inimigos da Razão, da Ciência, do Progresso,...”<sup>128</sup>

De fato, o regime republicano parecia ser o mais inclinado à satisfazer seus interesses científicistas e positivistas. Para Comte, em particular, o sistema político ideal seria uma ditadura republicana<sup>129</sup>, que realmente representaria o povo e aperfeiçoaria as composições essenciais da sociedade: a religião, o acordo entre o poder espiritual e o temporal, a linguagem, a propriedade e a família, e etc. A elite que encabeçaria o governo seria composta por empresários e cientistas, ou seja, os que tinham como missão a promoção do progresso. Com isso, dispensar-se-ia a “política”, já que os programas de ação governamental estariam nas mãos de especialistas que racionalizariam qualquer intervenção pública sobre a sociedade. Daí muitos republicanos brasileiros, inclusive paranaenses<sup>130</sup>, nos primeiros anos das República, se mostrarem favoráveis a manutenção de uma ditadura no comando político do país. Acreditavam ser ela a única capaz de vencer os sectarismos que promoviam a satisfação dos interesses privados (“política”) e congregar em torno de si o maior número possível de técnicos incumbidos de realizar o “progresso”, a “civilização” e, finalmente, a modernização do Brasil.

Assim, somente após a transformação política podia-se pensar em uma mudança econômica. E, pelo que consta, os intelectuais paranaenses também estiveram bastante

<sup>128</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>129</sup> Comte já vinha aconselhando os homens de governo da França a implantarem uma República ditatorial, desde 1847. Somente em 1851, com o golpe que acaba com o Parlamentarismo e impõe uma ditadura republicana, ele irá dizer: “Devido à maturidade inesperada de minhas concepções principais, esta resolução foi muito fortalecida pela crise feliz que acaba de abolir o regime parlamentar e de instituir a república ditatorial, duplo preâmbulo de toda verdadeira regeneração”. Ver o prefácio de Comte em: COMTE, Auguste. **Catecismo Positivista**. São Paulo: Nova Cultural, Col. “Os Pensadores”, 1996, p. 102.

<sup>130</sup> PEREIRA, Luiz Fernando Lopes. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Dissertação de Mestrado, UFPR / SCHLA / DEHIS, Curitiba, 1996, pp. 27-28.

ativos na tentativa de promoção das transformações no setor produtivo. Para eles, modernizar a economia significava industrializá-la. Devido à crise do modelo agro-exportador paranaense baseado no mate, o comércio em geral ficou abalado e, como se viu, toda a receita estadual. Como se isso não bastasse, em comparação com outros centros urbanos do país que já se encontravam num processo de inversão do capital agro-exportador em atividades industriais e comerciais, Curitiba se encontrava bastante defasada. Em 1900, o município contava com 30.000 habitantes, desses 24.000 eram nacionais e 6.000 estrangeiros, sua indústria e comércio, segundo alguns, eram “bastante desenvolvidos”.

“100 fábricas de barricas para acondicionamento da erva-mate, 25 fábricas de beneficiar erva-mate, 70 sapatarias, 45 ferrarias, 41 olarias, que fabricam telhas, tijolos e outros artefatos de barro; 39 marcenarias; 49 carpintarias; 18 oficinas de celeiro; 42 de funileiro; 7 de carros; 5 de conserto de instrumentos; 42 serralheiras; 9 de tipografia; 4 de litografia; 10 moinhos para o fábriço de farinha; 40 serrarias; 40 cortumes; 9 fábricas de cerveja; 6 de licores e xaropes; 10 de café moído; 5 de águas gasosas; 3 de massas alimentícias; 4 de fósforos; 1 de gelo e 2 de cola; 2 tinturarias; 21 alfaiatarias; 39 açougues; 35 padarias; 48 barbearias; 9 farmácias; 6 hotéis; 3 restaurantes; 7 confeitarias; 2 chapelarias, 299 armazéns de secos e molhados; 45 botequins; 54 lojas de fazendas e miudezas; 5 de louças e 44 de ferragens; 2 ourivesarias; 5 joalheiras; 3 marmoristas; 4 ateliers de fotografias; 4 gabinetes dentários; 3 casas de banhos; diversos fabricantes de vinhos, etc.”.<sup>131</sup>

Ao considerar esses dados pelo menos duas observações deve-se levar em conta. A primeira diz respeito ao “Município de Curitiba” que não compreendia apenas a capital, mas também as localidades de Almirante Tamandaré, Colombo, Campina Grande, Araucária, Votuverava, Assungui, Serro Azul, Campo Largo e Arraial Queimado, que mais tarde foram elevadas a condição de municípios. A segunda, embora essas estatísticas pareçam vultuosas, há de se considerar que sob a designação de “indústria” ou “fábrica” incluíam-se qualquer espécie de transformação de elementos da natureza em artefatos com

<sup>131</sup> ALMANACH PARANAENSE, Curitiba: Ed. de Correia & Cia - Oficinas à Vapor Impressora Paranaense, 1900, p. 95.

a utilização ou não de algum implemento técnico. Isto é, inclusive as do tipo “fundo de quintal”.

Ocorria também que boa parte dessas empresas haviam sido constituídas por imigrantes especializados que conseguiam acumular o necessário para empreender um negócio próprio. Porém, entre essa elite econômica se encontravam bem poucos dispostos a fazer a inversão de capitais necessária ao surgimento da indústria mecanizada. Não deve espantar, portanto, o fato de que os intelectuais portadores da ideologia da modernização terem visto na economia ervateira e nos fazendeiros do mate os elementos do atraso econômico, identificados ainda com o passado imperial. Neste sentido, segundo Ribeiro, ...

“... tudo que representasse um passado recente era preciso negar: o Império com seu poder excessivamente centralizado e ineficiente, o escravo lento e preguiçoso, a dependência de seu principal produto exportador, e com ele toda a economia, ao mercado externo”.<sup>132</sup>

Esta aspiração a um rompimento radical com esta elite econômica ligada ao mate também se devia, muito provavelmente, à sua insensível resistência a investir no setor secundário da economia. Isto porque, pensava-se, a indústria era atividade que traria as melhores vantagens para toda sociedade. Insistir no setor agro-exportador significava, deste modo, resistir à oportunidade de promover o bem-estar geral. Não há dúvida, entretanto, de que existiam exceções. Alguns autores têm salientado que o Barão de Serro Azul foi um típico ervateiro com espírito empreendedor. Pois além de plantar, beneficiar e exportar a erva-mate, também cuidava de outras atividades ligadas à indústria e ao comércio.

“Ele apareceu no cenário paranaense quando a máquina a vapor e os progressos da técnica estavam sendo aplicados nas indústrias brasileiras, assinalando fase do progresso industrial. Mas, no Paraná, muita coisa precisava ser feita para ele ingressar na fase da verdadeira industrialização”.<sup>133</sup>

<sup>132</sup> RIBEIRO, Luiz Carlos. **Memória, Trabalho e Resistência**: ..., op. cit., p. 35.

<sup>133</sup> COSTA, Odah Regina Guimarães. **A Ação Empresarial de Ildefonso Pereira Correia, Barão de Serro Azul, na Conjuntura Paranaense**. Tese de Concurso para Livre-Docência de História Contemporânea, UFPR / ICH / DEHIS, Curitiba, 1974, p. 194.



Decididamente o Paraná se encontrava um tanto longe de ser industrializado. Contudo, como se disse anteriormente, esse grupo urbano de intelectuais, que se achava imbuído da tarefa de “despertar” os fazendeiros para o profundo “atraso” em que viviam, se lançou numa verdadeira campanha pela industrialização, juntamente com outros órgãos de proteção dos interesses de comerciantes e industriais, como a Associação Comercial do Paraná. Neste caso, se verificou uma união entre intelectuais ligados ao ramo jornalístico e empresários em prol da modernização econômica.

Foi dentro desse contexto que o jornal *O Comércio* adquiriu importância fundamental como veículo de difusão da ideologia da modernização. Variadas eram as formas de se fazê-lo. Uma delas, era a visita freqüente às indústrias, a fim de apresentar em artigos do periódico as descrições do asseio existente na fábrica, da satisfação do operário com o seu trabalho e, principalmente, do processo pelo qual se fabricava o produto. Esta última significava fazer uma apologia das máquinas e dos recursos técnicos. Era comum esses artigos virem recheados de dados mecânico-matemáticos que, provavelmente, só os especialistas entendiam.

Isto significa que a intenção de industrializar, como parte do projeto ideológico de modernização, estava intimamente ligado às concepções científico-utilitaristas desse grupo intelectualizado. Qualquer artefato humano que pudesse ampliar em várias vezes seu poder de transformação da natureza, podia arrancar-lhes suspiros de admiração. Acontecia, as vezes, que o encanto nem se desse com o produto final, mas tão somente com a aparelhagem técnica que formava o processo. Para eles, industrializar significava, portanto, conquistar a ciência e dominar a natureza por ela, isto é, participar do progresso e da civilização.

Está claro que essa exaltação da técnica como recurso à potencialização do trabalho humano concordava com um outro postulado, também comteano, que impregnava

a ideologia da modernização: a supressão do “político” em prol do “científico”. Ao reduzirem a fábrica a um complexo processo técnico-mecânico, onde se vislumbrava a perfeição, procuravam sufocar toda manifestação humana, caracterizada pela imperfeição.

Na opinião de Bresciani, ...

“... acho importante enfatizar que a íntima relação entre ciência e técnica se estabeleceu em meio à penosa redução do homem pobre a trabalhador fabril e forçou a definição do espaço da fábrica como domínio da técnica, neutro porque despolitizado”.<sup>134</sup>

Ora, sendo a fábrica, essencialmente, um lugar de conflito, aos intelectuais do progresso paranaense importava caracterizá-la como neutra. Pois só assim se conseguiria a “harmonia universal” pretendida pelo criador da filosofia positivista. Daí a importância de se incutir no próprio trabalhador a ideologia da modernização. Era preciso mostrar-lhe que a adoção do tipo de trabalho capitalista, mecanizado, se tornava inevitável num dado momento da evolução humana e numa certa fase do progresso das sociedades civilizadas. Essa insistência em fazer com que o operário aceitasse de bom grado o domínio do tempo e do processo de produção pela parafernália técnica parecia estar umbilicalmente ligado ao problema da resistência dos trabalhadores ao sistema de fábrica. Assim, o modo mais eficiente de readquirir um certo controle dos corpos que trabalham, perdido desde a abolição do domínio sobre os escravos<sup>135</sup>, era forçá-los a comungar da ideologia que preconizava o tecnicismo. Com efeito, dessa maneira se visava retomar, ainda que parcialmente, o controle da força de trabalho respeitando, porém, os ideais de liberdade pregada pela nova ordem republicana.

Embora a Associação Comercial do Paraná também tivesse seus métodos de “convencimento” de setores da sociedade a fim de abraçarem a ideologia da modernização,

<sup>134</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Lógica e Dissonância, Sociedade do Trabalho:** lei, ciência, disciplina e resistência operária. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 06, n. 11, Set. / 1985 - Fev. / 1986, p. 17.

<sup>135</sup> RIBEIRO, Luiz Carlos. **Memória, Trabalho e Resistência:** ..., op. cit., p. 136.

como a promoção de exposições de produtos e máquinas industriais, parece que a imprensa obteve maior sucesso nessa tarefa. Neste sentido, se por um lado essas mobilizações visavam a sociedade, por outro, pretendiam atingir os promotores de políticas.

“As práticas de realização de visitas às fábricas e de organização de exposições de máquinas e de produtos industriais podem ser vistas como integrantes de uma estratégia mais abrangente, que visava, entre outras coisas, à formação de uma opinião pública favorável à industrialização, além de exercer pressão sobre os poderes constituídos, de forma a obter políticas mais vantajosas para a indústria”.<sup>136</sup>

De fato, além de se querer que a sociedade apoiasse as transformações econômicas, por meio da exaltação da ciência como redentora do gênero humano e dos recursos técnicos como potencializadores de suas capacidades limitadas, também se procurava mostrar, principalmente às autoridades, que a própria economia podia ser objeto de um discurso científico e, portanto, se poderia ter um mercado mais ordenado, mais racional e, por isso, mais previsível. Daí a afirmação de Martins, citado anteriormente, que dizia, em 1920, que em Curitiba havia periódicos destinados a tratar de assuntos econômicos.

A apologia da técnica e da ciência voltadas para a economia e o trabalho propiciaram o desenvolvimento do ensino técnico como carro-chefe da educação de determinados setores da sociedade, notadamente o operariado. Essa forma de ensino dava ao trabalhador uma visão fragmentada e especializada do processo de produção e relegava a uma outra figura, agora de suma importância, o entendimento da produção em toda sua integridade.

Realmente, era o engenheiro quem possuía o conhecimento sintético. Era a ponte entre o “filósofo” e o “trabalhador mecânico”, entre o conhecimento “teórico” e o “prático”<sup>137</sup>. Ele passava a ser o detentor do complexo de conhecimentos que produziam a nova sociedade sob o modelo industrial.

<sup>136</sup> LUZ, Regina Maria. **A Modernização da Sociedade no...**, op. cit., p. 21.

<sup>137</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Lógica e Dissonância, ...**, op. cit., p. 16.

Desde o início do século XIX os engenheiros passavam a se fazer cada vez mais presente na vida do país. A engenharia militar na construção de fortes, prisões, navios, bem como, levantamentos topográficos. Já a engenharia civil se encarregava da construção de pontes, portos, usinas hidrelétricas, ferrovias e estradas, usando as mais rústicas técnicas de construção. Pois, segundo Vargas, “nossa engenharia não contava com a pesquisa tecnológica, o que afetava muito a solução corrente de problemas técnicos, principalmente os referentes a materiais de construção”<sup>138</sup>.

Na vida dos curitibanos os engenheiros só passaram a ter uma atuação efetiva após a queda do Império. Em 1900, a capital paranaense contava com pelo menos 11 engenheiros<sup>139</sup>. Em geral, eram empregados no serviço público estadual para a realização de reparos em estradas, construção de ferrovias, agrimensura de terras a serem colonizadas, etc. Também alguns já atuavam como profissionais liberais, no sentido de vender seus serviços para particulares, na construção de prédios comerciais e residenciais de famílias abastadas que aos poucos se transferiam para Curitiba.

Com efeito, quanto mais a sociedade aceitava os valores cientificistas da ideologia da modernização, mais espaço de ação os profissionais da engenharia iam obtendo. Sem dúvida, esses especialistas vinham procurando “provar” aos homens do poder e aos diversos grupos sociais que as suas soluções técnico-científicas eram as mais eficazes, desde pelo menos meados do século XIX. Em seu estudo Pereira afirma:

“O engenheiro era visto como alguém que, por não ser dominado pelas paixões partidárias, poderia encontrar soluções ‘científicas’, contra as quais não haveria argumentos. Em vez de estarem

---

<sup>138</sup> VARGAS, Milton (org.). **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista / Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994, p. 195.

<sup>139</sup> ALMANACH PARANAENSE, Curitiba: Ed. de Correia & Cia - Oficinas a vapor da Imprensa Paranaense, 1900.

submetidos ao arbítrio do político, certos segmentos urbanos preferiam submeter-se ao arbítrio da objetividade científica”.<sup>140</sup>

Isto porque, sob a Monarquia as ações do governo eram resultadas por decisões “subjetivas”, ligadas à interesses de grupos, e se utilizavam dos serviços desses especialistas apenas para resolverem problemas de ordem técnica, referentes à implementação. Nada podia ser mais frustrante a esses segmentos urbanos intelectualizados que criam ser a “objetividade” a melhor contribuição que a ciência tinha a dar às políticas públicas. De fato, foi precisamente isso que, com o advento da República e o conseqüente fortalecimento da ideologia da modernização, se procurou realizar: a “despolitização” das políticas governamentais. Uma das manifestações desse fenômeno pode ser percebida pela análise do terceiro elemento da modernização, segundo Bobbio: a transformação social.

Para que qualquer ação sobre a sociedade adquirisse um caráter “objetivo” era necessário que esta fosse concebida como objeto. Entretanto, não bastava ser tomada por qualquer objeto, mas por um objeto científico. Por isso a insistência desse especialistas em apreenderem a sociedade como um “corpo”. Neste caso, as doutrinas científicas da biologia tiveram grande importância na concepção da idéia de um “corpo social”. As intervenções estatais sobre a sociedade não seriam apenas “objetivas” como também cientificamente “neutras”.

Na sociedade curitibana, os desdobramentos da ideologia da modernização foram significativos. O período entre séculos, foi marcado por uma intensa campanha pela cura das “doenças sociais”. Os loucos, as prostitutas, os vagabundos, os pobres e os trabalhadores, se tornaram objetos tanto do discurso “científico” desses intelectuais promotores do progresso como da ação “neutra” do poder público. Neste particular, caberia

---

<sup>140</sup> PEREIRA, Magnus Roberto M. **Fazendeiros, Industriais e Não-Morigerados**: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889). Dissertação de Mestrado, UFPR / SCHLA / DEHIS, Curitiba, 1990, p. 153.

destacar a imprensa, os educadores<sup>141</sup>, a justiça<sup>142</sup> e a polícia<sup>143</sup>, juntamente com seus respectivos especialistas, na identificação e combate às “enfermidades” do corpo social. Dando uma função instrumental aos seus conhecimentos e especialidades, cuidaram de tentar eliminar os “vícios” incompatíveis com a nova ordem social: a vida disciplinar do trabalho. Assim, o jogo, a bebedeira e a vadiagem deviam ser banidos da sociedade “civilizada”.

Contudo, a visão do corpo, fruto do biologismo interiorizado pela ideologia da modernização, também foi estendida ao símbolo máximo da civilização: a cidade. Nela, tudo que era tido como “atraso”, ao contrário a civilidade e ao “progresso”, era identificado como “doença”. Foi precisamente neste ponto que se deu o aparecimento do chamados “problemas urbanos” em Curitiba. “Problemas” esses que, até não muito tempo atrás, ou não se configuravam desse modo ou não eram percebidos como tal.

Na apreensão da sociedade como objeto científico destacaram-se pelo menos duas categorias de especialistas: os médicos e os engenheiros. Os primeiros, no aconselhamento, na profilaxia, na prescrição de normas higiênicas e, finalmente, no tratamento dos corpos já infectados pela doença. Os outros, no embelezamento, nos melhoramentos, na produção do conforto urbano e, principalmente, no combate às doenças fora do ser humano.

Com efeito, somente durante a República esses profissionais de “saberes científicos” tiveram ampliado o poder de ação preconizado por sua ideologia. Isto é, apenas sob o novo

---

<sup>141</sup> Sobre o papel da educação das mulheres, ver: TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Tese de Doutorado, USP / FFLCH, São Paulo, 1986.

<sup>142</sup> Aqui, deve-se ressaltar o papel do *Positivismo Jurídico* no combate aos “problemas” sociais. Reflexo da filosofia comteana nas Ciências Jurídicas, esta doutrina se caracterizou por ser contrária a qualquer poder legislativo da razão (anti jusracionalista) e por negar a natureza jurídica do direito natural (anti jusnaturalista). A vontade do legislador ou a decisão do juiz são as únicas fontes do direito, o direito positivo. Isso vale dizer que o direito escrito é tutelado pelo Estado, no entendimento dessa doutrina, não encontra limites “metafísicos”, como direito natural ou direitos humanos. Ver: GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 20 ed., 1997, pp. 364-366.

<sup>143</sup> Uma boa discussão sobre a questão da vigilância e punição em Curitiba pode ser encontrada em: BONI, Maria Inês Mancini de. **O Espetáculo Visto pelo Alto: ...**, op. cit.

regime político eles puderam opinar cada vez mais “objetivamente” sobre os projetos políticos governamentais. À tal ponto, que logo começaram a intervir de maneira “neutra” e “objetiva” nos mais variados campos da vida civil.

## 4. A Institucionalização do Urbanismo Moderno em Curitiba

### 4.1 - Prelúdio

Devido a sua disposição geográfica Curitiba se viu, desde cedo, às voltas com questões impostas pela natureza. De Norte à Sul a cidade é cortada pelo rio Belém, cujos afluentes se lançam a Leste e Oeste. Um deles, o rio Ivo, com seus afluentes Bigorriho, cruzando o centro da cidade, e Água Verde, mais ao Sul. Outro, o Juvevê, acaba por desaguar no rio Iguaçu, na linha limítrofe com o município de São José dos Pinhais. Desde a sua fundação, portanto, os habitantes de Curitiba vinham se deparando com situações que se ainda não eram entendidas como “problemas urbanos”, mas surgiam tão somente como limitações e dificuldades impostas pelas características naturais do meio. De certa maneira, a natureza ainda era percebida como algo que não devia ser provocado sob pena de se sofrer revezes catastróficos.

Foi com vistas nisso que, em 1721, o Ouvidor Geral Raphael Pires Pardinho determinou, pelo provimento n.43, que a Câmara estaria autorizada a convocar o povo a efetuar a limpeza do riacho que passava pelo meio da vila, “para ter boa correnteza e, também, que fizessem correr as águas das chuvas...”<sup>144</sup>. A natureza devia seguir seu curso natural e previsível, nada devia obstruí-lo.

Com o passar dos anos, entretanto, a região foi alvo de intensas transformações que acabaram por acarretar outras mudanças no que se refere ao tratamento dado ao espaço da cidade. Em meados do século XIX o Paraná deixou de ser a 5ª Comarca de São Paulo para se constituir numa província do Império. A partir de então sucessivas personalidades da política paranaense se entregaram à tarefa de sensibilizar a maioria

---

<sup>144</sup> PILOTTO, Osvaldo. *Ação Urbanística em Curitiba da Quinta Comarca de São Paulo*. Curitiba: Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, v. VIII, 1967, p. 07.



dos homens públicos para “necessidade” de se adotar uma outra forma de cuidados com relação àquela que havia se tornado a capital paranaense.

De fato, percebe-se que desde os primórdios do Paraná provincial uma pequena parte da elite político-econômica, aqueles que já se encontravam estabelecidos na cidade e começavam a desempenhar atividades urbanas, tinham a intenção de dotar a fosca e tímida Curitiba do brilho e pompas que consideravam necessários à uma capital. Devido ao pequeno número de pessoas com tal interesse, e aos limitados recursos que dispunham, houve apenas uma tentativa, de certa relevância, de se trajar a cidade com as “merecidas” vestes de um centro de decisão política. Deste modo, em 1857, a Câmara Municipal contratou o engenheiro francês Pierre Taulois para elaborar um estudo que permitisse conhecer e atuar sobre as “deficiências” das quais padecia a cidade<sup>145</sup>.

Em seu trabalho, Taulois propôs o alinhamento das principais ruas da cidade, uma revisão das fachadas dos prédios, numa nítida preocupação com o embelezamento, e um novo modelo de calçamento para os passeios e de revestimento para as ruas. Tudo fôra muito bem orçado e detalhado. Contudo, do chamado “Plano Taulois” quase nada foi implementado. Hoje é apenas uma vaga lembrança para os que dele tiveram conhecimento.

A partir de então a questão das intervenções sobre o espaço urbano pareceu entrar num período de latência até os primeiros anos da República, devido a atenção despendida às questões “prioritárias”: crise do Império, abolicionismo, imigração, mudança no modo de produção e etc. Ao passo que todas essas transformações

---

<sup>145</sup> SÊGA, Rafael Augustus. **Melhoramentos da Capital**: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913 - 1916). Dissertação de Mestrado em História Social, DEHS, SCHLA, UFPR, 1996, p. 62.

ocorriam a sociedade também mudava. Não há necessidade de reproduzir aqui as transformações no nível social já que foram analisadas no capítulo anterior.

Importa, porém, ressaltar que no plano ideológico, a partir da segunda metade do século XIX, alguns setores da sociedade passaram demonstrar um gosto extraordinário por tudo o que fosse produto da racionalidade técnica. Dai o prestígio do qual o médico e o engenheiro começaram a gozar na época. Afinal ainda eram os únicos que atuavam sobre a realidade movidos por uma pretensa cientificidade, e disso produziam resultados que encantavam essa parcela da população. Tal racionalidade, que possuía um caráter redentor, acabou por operar uma mudança na própria sensibilidade dessas pessoas.

Com efeito, se anteriormente os fenômenos naturais como enchentes dos riachos, alagamentos, o odor fétido dos dejetos, as águas dos poços, a lama nas ruas e a estrutura física da cidade totalmente despreocupada com o rigor estético, agora começaram a sofrer o crivo das análises racionais e das propostas de soluções científicas. Não demorou muito e esses fenômenos, tão naturais e tão comuns desde pelo menos o aparecimento do homem na terra, alcançaram o *status* de “problemas”. De fato, ao surgimento dos “problemas urbanos” pressupõe-se a condição *sine qua non* de aceitação da ciência como verdade última. Desta maneira, o aparecimento do desconforto urbano não se deu pela predisposição quase natural dos habitantes da cidade, como se tem achado.

“Entretanto, se para as populações que vêm à cidade esporadicamente, e estão acostumadas a conviver com o terreno descoberto e a lama após a chuva, a falta de calçamento não é nada grave, mas às pessoas que moram na cidade, o lodaçal e a poeira decorrentes da falta de calçamento é o maior sintoma de atraso de uma cidade”.<sup>146</sup>

---

<sup>146</sup> Ibidem, p. 62.

Ora, tal afirmação implica em aceitar que os “problemas urbanos”, bastante em voga no início do século XX, são tão velhos quanto as populações urbanas, ao passo que força negar que os “problemas” de uma época são frutos da elaboração histórica ocorrida em seu tempo e não em outro. Em outras palavras, os “problemas urbanos”, tais como se entende hoje, o são assim para a população citadina de uma determinada época. Além do que, deve-se tomar o cuidado de perceber quem “vê” tais “problemas”, pois em muitos casos eles só existem para uma dada parcela da população.

De qualquer modo, basta uma simples olhadela para os jornais e provimentos da Câmara do início do século XIX, para se aperceber de que as preocupações que se tinham com o espaço urbano eram, de fato, bastante diferentes das que se possuíam no final desse mesmo século. O desejo por uma cidade limpa, saneada e confortável é resultado de uma transformação ocorrida na sensibilidade das pessoas (mas primeiramente detectável nos setores mais abastado e medianos da sociedade, porém, não na mesma intensidade), orientada pela ideologia da racionalidade técnica e do progresso científico, tão em voga no final do século passado. Entretanto, se, de um lado, uma pequena parcela da elite político-econômica desejava uma maior intervenção do Estado sobre os “problemas urbanos”, havia, de outro, a maioria das autoridades públicas que pareciam estar por demais voltadas para os acontecimentos políticos e para a crise econômica e, por isso, talvez, os recém-descobertos problemas da cidade foram relegados a um plano mais distante.

#### 4.2 - De 1889-1910: A Prevalência dos Grupos de Interesse na Questão Urbana

Dentro desse ambiente o advento da República permitiu a emergência de novos grupos políticos e sociais que traziam consigo novas demandas. Parece que os

primeiros anos de republicanismo foram como um daqueles tempos em que se tem consciência de estar havendo uma grande mudança, onde se aproveita para depositar todas as esperanças e fazer o maior número de reivindicações possíveis.

O novo regime adotou o sistema de descentralização do poder político-administrativo. Juridicamente, os municípios passaram a ter maior autonomia no que se refere a gestão dos negócios da cidade. Este novo arranjo institucional se deu principalmente pela criação das instâncias municipais de obras públicas, fazendo com que as intervenções urbanísticas locais saíssem da responsabilidade do governo estadual. Era essa noção de independência que havia contagiado o “espírito da lei” (*mens legis*) que propiciou essa redistribuição de competências no interior das unidades federadas da República. Contudo, é questionável a existência de uma autonomia real dos municípios.

“La Constitution de 1891 a laissé aux Etats le soin de s’organiser de façon à ce que l’autonomie des municipes soit assurée en tout ce qui concernait ‘leur intérêt particulier’. Le résultat de cette confiance a été la destruction de l’autonomie municipale par les oligarchies qui dirigeaient la politique des différents Etats”.<sup>147</sup>

Se, de fato, a intenção dos legisladores era promover a independência dos municípios, isto é, que eles próprios através dos poderes constituídos (Câmara, Prefeitura e Judiciário) fossem capazes de estabelecer seus objetivos e alcançá-los com base no equilíbrio entre as forças que interagem, não foi isso, parece, que se apresentou na realidade.

O que se verificou foi uma constante intromissão do executivo estadual nos negócios do município. No caso paranaense, essa relação íntima entre as duas instâncias

---

<sup>147</sup> ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **Le Municipie Brésilien: exemple du Paraná a la fin du XIX<sup>ème</sup> siècle**. Université de Paris X - Nanterre, 1974, p. 26. Numa tradução livre seria: “A Constituição de 1891 deixou aos Estados o cuidado de se organizarem de modo que a autonomia dos municípios fosse assegurada em tudo o que dissesse respeito ‘aos seus interesses particulares’. O resultado desta confiança foi a destruição da autonomia municipal pelas oligarquias que dirigiam a política dos Estados”.

do poder público se deu pelo menos por dois motivos. Primeiro, porque a elite que dominava a política estadual continuou exercendo um poder quase imperial sobre os municípios, marcadamente na capital. Segundo, as unidades municipais que começavam a se libertar do governo não possuíam estrutura suficiente para encabeçar projetos ousados que visassem as demandas locais, sendo comum durante a República Velha a continuidade das administrações municipais sob o jugo das oligarquias estaduais, fenômeno este que ocorria na maioria das unidades federadas como dados particulares de uma realidade nacional, o coronelismo.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, até a primeira década do século XX, procurou, porém sem muito sucesso, intervir sobre os recém-instituídos problemas urbanos, com pouca participação do poder estadual. Mas isto se deveu mais ao fato de que a administração local já vinha se tornando alvo de intensa pressão por parte de grupos interessados no desenvolvimento das políticas públicas que tivessem por objeto a capital.

Ora, a partir de 1892 o governo municipal de Curitiba ficou composto de um poder legislativo e outro executivo. O primeiro, formado pela Câmara Municipal, estava incumbido de legislar e, eventualmente, intervir com projetos sobre a cidade. O segundo, exercido pelo prefeito e o restante da administração, fazia-se executar as leis, além de propor e implementar políticas. Tanto os membros do legislativo como o titular do executivo eram eleitos pelo voto direto.

Contudo, este grau maior de liberdade legal de ação não correspondeu ao aumento do grau de autonomia da municipalidade em relação ao Estado, no que tangia às políticas públicas para a cidade.

Capital de um Estado com sérias dificuldades financeiras, recebendo um enorme contingente imigratório proveniente tanto do exterior como da crise no campo,

e com uma indústria ainda incipiente, Curitiba não tinha condições de tomar para si todas as responsabilidades urbanas que as circunstâncias político-sociais requeriam. Não que a atuação municipal fosse inexistente na capital, mas sim, que as ações da Prefeitura ficavam um tanto aquém do que lhe era exigido durante os primeiros anos da República. Carente de recursos financeiros e humanos, com muita dificuldade realizava trabalhos de fiscalização, calçamento, pavimentação, ajardinamento e, muito raramente, de canalização de esgotos. Sempre, porém, marcados por uma aparente ineficiência que causava revolta entre boa parte da população.

Intentando dotar o executivo de maiores recursos de ação e ajustar a cidade à nova realidade político-institucional, a Câmara criou, em 1895, as “Posturas de Curitiba”<sup>148</sup>. Fôra Cândido de Abreu, eleito em 1892, quem propôs a revisão do antigo Código de Posturas. Com a nova legislação urbana municipal ele pensava adquirir instrumentos eficazes no controle e intervenção sobre o espaço da cidade. Além disso, almejava realizar uma reforma na estrutura burocrática da administração do município, com vistas à modernização das políticas públicas urbanas. A questão que estava posta parecia ser a de adequar o serviço público municipal à ideologia vigente. Em outros termos, tratava-se de dar maior poder de ação ao prefeito e de aparelhá-lo com o recurso técnico e humano especializado no tratamento das coisas objetivas da cidade. Isto significava substituir a antiga prática de empregar bacharéis na administração municipal pelo novo modelo de administração especializada. Por isso, a tarefa que anteriormente se confiara a camaristas e magistrados passava, a partir de então, a ser depositada nas mãos dos especialistas nos problemas concretos da cidade: a saber, os médicos e os engenheiros.

---

<sup>148</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Posturas da Câmara Municipal de Curitiba*. Curitiba: Typographia Modelo, 1897, p. 60.

Entretanto, as Posturas de Curitiba acabaram por frustrar o prefeito Cândido de Abreu. Ao invés de lhe oferecerem medidas legais que elevassem seu poder de intervenção e implementação de políticas de saneamento, o legislativo preferiu criar regras “inúteis”, para o técnico, afim de regular as construções, o alinhamento das ruas, a limpeza e segurança pública, a higiene e salubridade da cidade, cemitérios e enterramentos, o mercado, o matadouro, os curtumes, as fábricas e oficinas, o comércio, as casas de jogos e divertimentos públicos, entre outros. Profundamente identificados com os diversos interesses particulares, os camaristas acabaram limitando sensivelmente o poder do prefeito. Irritado por não poder empreender a transformação que “modernizaria” tanto a administração como a própria cidade, Cândido de Abreu renunciou aos onze meses após ter sido empossado.

Essa tão almejada transformação não se deu, portanto, de forma abrupta na capital paranaense. Nota-se que nos primeiros anos da República as autoridades constituídas pouco fizeram em relação ao desenvolvimento das modernas intervenções urbanas. Aqueles que da sociedade pressionavam os administradores no sentido de convencê-los a implementar políticas que visassem a estrutura física da cidade, o faziam por já se encontrarem convencidos da existência dos problemas urbanos. Em contrapartida, boa parte da elite política possuía, como se disse, outras “prioridades” que os tornavam um tanto “insensíveis” em relação à adoção de modernos implementos urbanos. Disso resultava, certamente, a demora, do ponto de vista dos grupos de pressão obviamente, das autoridades públicas em reconhecer não apenas como “problemas”, mas também como “problemas legítimos”, os recentemente “indesejáveis” aspectos de ordem física que a cidade apresentava. Isso mostra que o que na verdade ocorria era a manifestação de pontos de vistas diversos que representavam sensibilidades diversas.

Somente aos poucos e com passar do tempo a maioria dos homens públicos tiveram sua sensibilidade mudada, e passaram a dar a devida atenção que se reivindicava à cidade.

Entretanto, vale reforçar que as autoridades constituídas se mostraram, de início, um tanto insensíveis com relação aos novos problemas urbanos. E coube a determinados grupos com fins preestabelecidos a tarefa de sensibilizá-las para a tomada de medidas eficazes na solução das questões da cidade. Ao pressionarem, porém, as autoridades visavam, possivelmente, mais a satisfação de interesses restritos que propriamente aquilo que se pensava ser o “bem comum”. A importância histórica, contudo, da atividade desses agentes políticos se devem ao resultado que obtiveram, pois de um modo ou de outro acabaram por influenciar, tal qual grupos de pressão, os planos de ação governamentais para a cidade: ora obtendo sua realização ora impedindo sua implementação.

Quem, afinal, agia como grupo de pressão? Os primeiros que podem ser destacados são os profissionais diretamente ligados às questões físicas da cidade e que, muito provavelmente, tinham um interesse bastante particular no desenvolvimento das modernas intervenções urbanas sob a direção do poder estatal. De fato, há muito vinham atuando como profissionais temporariamente contratados pelo governo estadual para a resolução de problemas contingentes (inundações e epidemias, principalmente) ou de ordem diretamente econômica (como construção de estradas, pontes e agrimensura). No entanto, após o advento da República, e por causa do forte vínculo existente entre este modelo de organização política e a ideologia da modernização pautada pelo cientificismo, os médicos e os engenheiros passaram a ter, cada vez mais credibilidade, tanto no seio do poder público como perante a sociedade.

Bem por isso, nos primeiros anos da era republicana os especialistas tiveram um papel fundamental no despertar das autoridades públicas para a adoção de



soluções científicas para os problemas urbanos. Ao se lançarem em tal empreendimento, conscientes ou não, esses profissionais se mostraram como que sendo indispensáveis à qualquer tomada de decisão ou implementação de políticas públicas urbanas. Com isso, garantiam um campo específico de atuação profissional, tanto para os que se encontravam dentro do funcionalismo público como aos que se encontravam fora dele.

Dentre os médicos mais renomados e o de maior atividade no Estado<sup>149</sup>, Trajano Joaquim dos Reis se destacou pela publicação do livro *Elementos da Hygiene Social*, em 1894. Nele o Dr. Trajano listava as principais moléstias que, na época, abatiam os povos. Descrevia minuciosamente as atividades das bactérias e fungo, vetores de morbidez que só foram conhecidos em seus pormenores com o auxílio do microscópio. Do mesmo modo eram apresentadas as curas. Em linguagem triunfal discorria sobre os modernos processos de combate às enfermidades, entre eles a vacina.

Contudo, parece que o médico tinha em vista um outro alvo para as suas palavras, ao invés de visar apenas o público especializado.

“É preciso incutir no espírito público a necessidade da hygiene, mostrar o papel importante que ela representa nas sociedade como elemento poderoso de prosperidades, tornar patente o auxílio ilimitado que ela presta à conservação da saúde e da vida, demonstrar praticamente o quanto ela é poderosa como arma defensiva contra nossos inimigos infinitamente pequenos,...”<sup>150</sup>

<sup>149</sup> Os dados de 1900 mostram pelo menos 17 profissionais da Medicina ativos em Curitiba: Antônio Cândido de Leão, Arthur de Almeida Sebrão, Francisco A. Guedes Chagas, José J. Franco do Valle, José Gomes do Amaral, Jayme Drumond dos Reis, João Evangelista Espíndola, Joaquim Dias da Rocha, Jorge Hermano Meyer, Manoel Carrão, Oscar Gradine, Randolpho Serzedillo, Reinaldo Machado, Rodolpho Pereira de Lemos, Rodrigo Bulcão, Trajano Joaquim dos Reis, e Victor Ferreira do Amaral e Silva. Entretanto, apenas um, Manoel Carrão, era empregado no serviço público municipal. Ver: Almanach Paranaense. Curitiba: Ed. de Correia e Cia - Oficinas à vapor da Impressora Paranaense, 1900.

<sup>150</sup> REIS, Trajano Joaquim dos. **Elementos de Hygiene Social**. Curitiba: Tip. da Companhia Impressora Paranaense, 1894, p. 05..

De fato, o alvo parecia ser a sociedade tomada pelo todo. A partir do regime republicano, com mais intensidade, o profissional detentor do conhecimento científico passou a se colocar como redentor da população, que vivia num meio “infernai” dominado por seres invisíveis a olho nu, ambiente esse que a ciência mesma descobriu. Era ele o único agente capaz de restituir a vida e a saúde à sociedade. Mas não somente isso, pois deve-se levar em conta também a “prosperidade”, que tanto se almejava naquele momento. Eis uma relação tão fácil de se estabelecer nesta época: a associação entre a observância dos preceitos higiênico-sanitários com o progresso material e espiritual. Realmente parecia claro a esses especialistas que a falta de asseio e a conseqüente morbidez eram a origem da pobreza e da degradação moral. Deste modo, para eles, a preguiça e a vagabundagem não eram resultadas por outra coisa senão pela sujeira e os maus hábitos.

Decididamente, esta idéia não era nova. Adam Smith já havia afirmado que o trabalho era o ato fundador de toda a riqueza<sup>151</sup>. Portanto, “incutir no espírito público a necessidade da hygiene” significava devolver ao homem o gosto pelo trabalho (*apetitus laborans*). Neste sentido, o papel dos especialistas, portadores de soluções científicas para os problemas da cidade, não se relacionava apenas com a questão de salubridade urbana, mas também com o do progresso material da nação. Neste caso, as intervenções do técnicos na cidade não passariam de um meio pelo qual se realizaria o desenvolvimento do país. Um argumento bastante astuto desses homens interessados, pois a população ficou num segundo plano e as elites políticas e econômicas detentoras do poder do Estado, maiores interessadas no progresso pelo desenvolvimento do mundo

---

<sup>151</sup> Nas palavras do economista: “O trabalho anual de uma nação é o fundo de que provêm originariamente todos os bens necessários à vida e ao conforto que a nação anualmente consome, e que consistem sempre ou em produtos imediatos desse trabalho, ou em bens adquirido das outras nações em troca deles”. Ver: SMITH, Adam. **Inquérito Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2 ed, v. I, 1987, p. 69.

do trabalho capitalista, passaram a ser responsabilizadas pelo estabelecimento do urbanismo moderno em Curitiba.

“Curitiba, ponto de reunião onde se encontra europeus de todas as nacionalidades, de todas as raças, confundidos, entrelaçados com os nacionais, deve ser tratada pelos que a governam com os cuidados de que se costuma cercar a jóia a mais preciosa para que não perca os seus encantos...”<sup>152</sup>

Desta maneira, procurava-se despertar os administradores públicos para a “necessidade” de se intervir de modo mais eficaz e efetivo sobre a urbe. Com essa preocupação o Dr. Trajano Ihes ofereceu seu aconselhamento científico para os mais variados aspectos da realidade física da cidade. Em seu livro, discorreu sobre o espaçamento ideal entre os arbustos plantados juntos aos passeios, sobre o tratamento que devia ser dado ao lixo e propôs novos métodos de distribuição dos transportes. Além disso, inferiu e detalhou regras gerais de urbanismo, como: “*quanto mais baixos forem os edifícios de uma cidade e mais largas as suas ruas, tanto mais higiênica ela será*”<sup>153</sup>. Também aconselhou acerca das vantagens e desvantagens de diversos tipos de calçamentos. O Mac-Adam, o revestimento de ruas mais utilizado nesta época era, segundo o médico, bastante problemático. Pois os transeuntes, expostos à poeira e às exalações da lama, eram mais sensíveis às doenças respiratórias de causa “*infecciosa ou mecânica (...) Foi o que aconteceu sempre em Curitiba*”<sup>154</sup>. Terminava propondo o paralelepípedo como calçamento mais saudável. É interessante notar que para abordar esses temas se embasou em variada literatura estrangeira e nacional, citando em todo o tempo os casos franceses e ingleses. Sem dúvida uma demonstração de que se encontrava em “sintonia fina” com moderna ciência da cidade que começava a ser delineada na Europa.

<sup>152</sup> REIS, Trajano Joaquim dos. **Elementos...**, op. cit., p. 159.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 232.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 234.

As condições de potabilidade da água também foram objeto das análises do Dr. Trajano. Apegado às recentes demonstrações científicas que comprovavam que a “*água é um dos mais freqüentes meios de introdução no corpo humano de inúmeros micróbios, na sua maior parte morbígenos*”<sup>155</sup>, teceu várias críticas e sugestões ao quase inexistente serviço de águas e esgotos da capital paranaense. Sempre responsabilizando as autoridades competentes pelo “descaso” em relação a “tão importantes” implementos urbanos, o médico alegou que o mal e raro serviço de abastecimento d’água, que era então prestado à uma parcela minoritária da população, se devia ao fato de não ter sido consultado pelos camaristas, quando Inspetor de Higiene do Paraná, ao concederem o privilégio de exploração do abastecimento ao Sr. Arsênio Marques, a fim de verificar as condições de salubridade do produto.

Esses atritos entre profissionais cientificistas e o governo de modo algum se davam de maneira conflituosa, pois aqueles viam no setor público um produtivo campo de atuação, ao invés de dependerem da minoria que podia contratar e pagar por seus serviços. Os embates, porém, não eram apenas bilaterais. A interação ocorrida entre os agentes era bem mais complexa.

É possível que também tenha havido alguma indisposição tácita, a nível de interesses, entre médicos e engenheiros. Esses últimos que, como se disse, em 1900 se achavam em bom número na capital paranaense<sup>156</sup>, também se dedicavam quase que estritamente às atividades financiadas por particulares. Exemplo disso, foi Cândido de Abreu que, após se formar no Curso de Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de

---

<sup>155</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>156</sup> Esses dados não parecem ser muito confiáveis, já que naquele mesmo ano o engenheiro Henrique Schveing era o titular da Seção Técnica da Prefeitura, embora não fosse considerado nessa estimativa: Engs. Augusto Vieira Pamplona, Aristides Pereira Liberato, Cândido Ferreira de Abreu, Francisco de Almeida Torres, Francisco Goutierrez Beltrão, João Henrique Costard, Joaquim I. Silveira Motta Junior, Luiz Martinho de Moraes, Manoel F. Ferreira Correia, Mário Ferreira de Abreu, e Samuel Gomes Pereira. Ver: *Almanach Paranaense*. Curitiba: Ed. de Correia & Cia - Oficinas à vapor Impressora Paranaense, 1900.

Janeiro e trabalhar à serviço do Império em diversos estados, acabou sendo eleito Prefeito de Curitiba em 1892 (o primeiro, diga-se de passagem) após o estabelecimento do regime republicano. Como se disse anteriormente, bem pouco acostumado ao jogo político e ao fato dos interesses de grupos servirem de objeção àquilo que pensava ser o “interesse comum” ou “vontade pública”, isto é, intervir cientificamente sobre a cidade, Cândido de Abreu acabou por renunciar. Depois disso, foi convidado por Aarão Reis a integrar a Comissão Construtora de Belo Horizonte, onde ficou até 1896. Lá, tornou-se verdadeiramente um engenheiro-construtor, pois tomou contato com as principais correntes arquitetônicas em voga no exterior. De retorno a Curitiba, dedicou-se a edificar palacetes para as famílias ricas que, progressivamente, fixavam residência na capital<sup>157</sup>.

É provável que a maior parte desses engenheiros vivessem também de serviços prestado às empresas privadas. Mesmo numa cidade como Curitiba que, em torno de 1900 já buscava a modernização, supõe-se que houvesse um número excessivo desses profissionais, onde o mercado de trabalho começava a se congestionar.

De fato, uma das esperanças de ampliação desse campo de atuação, como se disse, estava no poder público. Tratava-se, portanto, de se abrir espaços na administração municipal através das reivindicações de classe. Ora, também já foi mencionado que esse trabalho de pressão sobre o Estado não era do interesse de um único grupo, pois havia engenheiros e médicos concorrendo a um mesmo objeto. Certamente que a inexistência de distinção entre os campos de atuação de cada categoria profissional, no interior do aparelho burocrático estatal, pode ter contribuído para o acirramento das disputas entre os profissionais de Medicina e de Engenharia, no que dizia respeito à delimitação das respectivas esferas de competência no interior do

---

<sup>157</sup> SÊGA, Rafael Augustus. *Melhoramentos da Capital*..., op. cit., pp. 45-51.

Estado e perante a sociedade. Com efeito, ficou evidente, no trabalho do Dr. Trajano, que havia uma coincidência de objetos presente nos discursos dos médicos-higienistas e dos engenheiros-sanitaristas. Neste caso, a evidência da existência de problemas urbanos, a apresentação de soluções racionais, bem como a exigência de maior participação do Estado na implementação de políticas urbanas, também podem ser encaradas como estratégias desses dois grupos profissionais que visavam se sobressair um ao outro, se impondo ao poder público como indispensáveis à resolução das questões da cidade.

Havia motivos para tanto alarde? Os serviços públicos urbanos eram realmente inexistentes? Definitivamente, vista pelo prisma desses técnicos interessados, a situação não era das melhores. São conhecidas as epidemias que assolaram a cidade entre os anos de 1889 e 1891. Embora, para alguns, fossem originárias dos imigrantes, os médicos e engenheiros sabiam que elas encontraram nos rios Ivo e Belém (depositários de esgotos) que passavam pelo centro urbano, um terreno fértil para se propagarem<sup>158</sup>. Esgotos canalizados eram quase inexistentes e a água mal tratada, quando muito.

A administração municipal era praticamente inexpressiva, no que dizia respeito às políticas públicas urbanas. Ao todo, a Prefeitura contava com apenas 11 funcionários, em 1900: o Diretor-Secretário, o Condutor Tesoureiro, o engenheiro titular da Seção Técnica, o Oficial Arquivista, um advogado, um médico, dois Fiscais Gerais, o administrador do Mercado, o administrador do Depósito de Inflamáveis, e o administrador do Cemitério. Ora, considerando que o município contava com 49.775 habitantes pode-se deduzir que os serviços públicos deviam ser, de fato, bastante precários. Em 1908, a então Diretoria de Obras, ex-Seção Técnica, já contava com dois funcionários: o engenheiro (Diretor) e seu auxiliar. Percebe-se que, enquanto os

---

<sup>158</sup> ...Saneamento de Curitiba. In: Revista Técnica - D.A.E.P, Jun / Ago, 1944, p. 238.

técnicos reivindicavam as modernas políticas públicas urbanas, a municipalidade não tinha se quer um corpo de funcionários que pudesse responder minimamente às exigências<sup>159</sup>. Parecia, ainda, não haver qualquer incentivo à qualificação da frágil burocracia municipal. Isto, certamente, pelos motivos já salientados: por razões de ordem financeiras e pelo fato da questão urbana não constituir, ainda, um “problema” para a maioria das autoridades públicas.

Diante de uma administração tão precária não espanta, portanto, o fato de outros setores da sociedade tenham exercido significativa pressão sobre as autoridades competentes, com o intuito de dissiparem o declarado “desinteresse” da maior parte da elite política curitibana, em relação a adoção de soluções “modernas” para os modernos problemas urbanos.

Entre eles, alguns grupos se mostraram bastante ativos na apresentação de suas demandas e na reivindicação pela satisfação de seus interesses. Possivelmente, entre eles, a classe média desempenhou um papel fundamental nesse processo. Com o desenvolvimento das atividades comerciais e industriais, bem como das profissões liberais, houve um crescimento das ocupações do setor médio bastante promissor no seio da sociedade. Já foi dito que nesta época vários engenheiros se dedicavam à tarefa de edificarem prédios, casas e pequenos palacetes particulares. De fato, depois dos ricos a classe média constituía a maior clientela dos engenheiros já que, ao contrário dos primeiros, não podiam comprar os caros terrenos dos altos da cidade, necessitando assim de cuidados técnicos principalmente com o escoamento dos esgotos.

De qualquer modo, a classe média era uma das maiores interessadas em morar numa cidade limpa, bem saneada e dotada de dos modernos equipamentos urbanos.

---

<sup>159</sup> Certamente que a criação de um departamento especializado que cuidasse das questões referentes à cidade já vinha sendo pauta de reivindicações dos profissionais interessados onde, obviamente, eles próprios seriam empregados.

Coincidência ou não, as demandas pela transformação da cidade em um meio “saudável” e “habitável” começaram a aparecer quando da transferência da elite econômica para a capital, bem como do fortalecimento dessa camada média próspera (onde os imigrantes já contavam em bom número) advinda do comércio e da pequena indústria, ao passo que, paralelamente, ia-se interiorizando a ideologia da modernização baseada na crença na ciência e na técnica como promotoras do bem-estar do homem no mundo.

Entretanto, parecia haver outros interesses na sociedade, que não fossem apenas os da classe média.

“Pede-nos diversas pessoas que reclamemos o péssimo estado da ponte da vila do tamandaré, que atravessa o rio Barigüi. O trânsito de veículos acha-se interrompido, causando isso, sérios prejuízos, principalmente ao comércio”.<sup>160</sup>

Provavelmente, além das “diversas pessoas” que tinham interesse no desenvolvimento das políticas públicas voltadas exclusivamente para a cidade, houvesse aqueles que viam nas melhorias urbanas uma possibilidade de aumento do movimento no comércio, que o “descaso” para com a estrutura física da urbe podia refletir negativamente sobre o lucro.

Os proprietários de prédios também constituíam um grupo que, de certo modo, conseguiam influenciar o processo de estabelecimento de políticas para a cidade. Em 1903, se reuniram no salão Tivoly, com as seguintes intenções: 1) procurar maneiras de garantir algum direito frente aos inquilinos; 2) criar uma sociedade que possuísse o direito de uma pessoa jurídica; e 3) *escolher um conselho permanente que, diante das autoridades competentes, em nome dos associados pudesse dirigir os necessários*

---

<sup>160</sup> Diário da Tarde, 14/03/1903.



*serviços em interesse da sociedade*<sup>161</sup>. Tal organização, ao defender os interesses de seus membros frente aos poderes constituídos, não apenas reivindicava melhorias urbanas que pudessem elevar o valor de suas propriedades mas também agia contra as tímidas investidas do poder público, quando estas podiam ameaçá-las. Foi o que aconteceu em 1909, quando o governo estadual se viu impedido de realizar algumas obras públicas por ter havido problemas com a desapropriação de terrenos e prédios<sup>162</sup>.

O interesse econômico no desenvolvimento das políticas públicas urbanas afetava apenas aos comerciantes e proprietários? Após a Proclamação da República a presença do empresariado ligado às obras públicas passou a ser crescente na sociedade curitibana. Prestavam serviços na área de construção, iluminação, transporte coletivo e saneamento. Devido ao reduzido número de funcionários municipais, a execução de políticas se dava através da contratação de empresas de capital privado.

Pela falta de recursos da Prefeitura, o governo estadual se via pressionado a tomar para si, ainda que raramente até 1910, a responsabilidade de propor políticas e contratar serviços para a capital. Em 1903, por exemplo, a lei n. 506 autorizou o poder estadual a combinar a confecção da rede de esgotos e de abastecimento d'água com o capital privado, bem como, confiar à Empresa de Eletricidade Hauer Júnior & Cia o serviço de iluminação pública. Em contrapartida, a Prefeitura cederia ao Estado o direito de arrecadação e desfrute do *imposto predial*<sup>163</sup>.

Contudo, a importância do empresariado de obras públicas no desenvolvimento das modernas intervenções urbanas em Curitiba esteve mais nos efeitos políticos dos serviços que prestavam. Quase sempre executavam as políticas

---

<sup>161</sup> Diário da Tarde, 24/01/1903.

<sup>162</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo* - 03 de Fevereiro de 1909. Curitiba: Typographia da Impressora Paranaense, 1909, p. 09.

<sup>163</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Relatório da Secretaria de Obras Públicas e Colonização* - 31 de Dezembro de 1904. Corityba: Typographia d'A República, 1905.

com tanta ineficiência que causavam a revolta dos que almejavam as melhorias urbanas.

A indignação da classe média, dos comerciantes, e mesmo de alguns membros da elite econômica se tornava mais explícita quando consubstanciada na imprensa, provavelmente o mais combativo canal de expressão dos grupos sociais. Neste caso, a própria informação era utilizada para pressionar as autoridades e convencer aqueles que se posicionavam desfavoravelmente. Era comum veicularem notícias das modernas medidas urbanísticas tomadas pelos administradores do Rio de Janeiro. “O Dr. Pereira Passos determinou que a Diretoria de Obras Públicas organize um projeto para construção de um novo palácio da Prefeitura”<sup>164</sup>. Estavam sempre atentos às novidades, em matéria de urbanismo, que ocorriam nos grandes centros. Sem dúvida eles serviam como paradigma para as reivindicações feitas junto ao poder público local.

“Quando em outros estados, cidades de população relativamente inferior, ostentam-se admiravelmente saneadas, de acordo com os preceitos da ciência moderna. Como acontece em São Paulo e Minas, é doloroso e até mesmo vexatório que Curitiba se apresente, até hoje, desprovido dessas obras que tornam a vida mais cômoda e mais garantida a saúde de seus habitantes”.<sup>165</sup>

As vezes, esses modelos de intervenções podiam ser buscados fora das fronteiras do país. Em 1903, o Diário trazia a informação de ter sido inaugurado, em Buenos Aires, o bairro operário. Dizia que por 50\$000 mensais, durante vinte anos, os trabalhadores teriam direito de propriedade à “moradias higiênicas”<sup>166</sup>.

Contudo as informações mais instrumentalizadas para fazer pressão sobre as autoridades competentes eram aquelas que reforçavam a necessidade de adoção de novos e avançados equipamentos urbanos. Pois a já referida mudança de sensibilidade

---

<sup>164</sup> Diário da Tarde, 06/01/1903.

<sup>165</sup> Diário da Tarde, 20/02/1903.

<sup>166</sup> Diário da Tarde, 14/01/1903.

ocorrida numa parcela considerável da população fazia com que não se sentissem mais à vontade no ambiente urbano tradicional. A impressão que se tem é a de que, de repente, viram se habitantes de um meio decaído, sujo e mórbido. A única esperança parecia estar no poder redentor do conhecimento científico dos especialistas. Só ele podia conferir-lhes o bem-estar e o conforto necessários à moderna vida na cidade. “Chamamos a atenção de quem competir para o deplorável estado de uma calçada na Travessa General Osório”<sup>167</sup>.

Parece que essa alteração operada na sensibilidade do homem médio urbano está intimamente ligada ao aparecimento de uma figura tipicamente citadina, tipicamente moderna, muito próxima ao *flâneur* parisiense, do qual falou Benjamin. Aquele andante observador que, ao invés de transitar pelas galerias, o fazia pelas calçadas das ruas. Se é verdade que se pode considerá-lo “detetive” e que “qualquer pista seguida pelo *flâneur* vai conduzi-lo a um crime”, então pode ser que a nova sensibilidade tenha sido a grande responsável pelo aguçamento de seu “faro”. Por isso, seu ócio é justificado quando sai a perambular pela cidade a fim de conferir os avanços do progresso ou espreitar os entraves “criminosos” à modernização da vida urbana.<sup>168</sup>

“O Sr. prefeito municipal que se dê ao incômodo de passar pela cidade, e verificar que a reclamação do Diário merece uma pronta providência. Vem de molde mais uma reclamação: se a rua 15 de Novembro, graças ao trânsito, não apresenta um belo tapete de grama, semelhante as outras, nem por isso dispensa os cuidados da Prefeitura: a sua numeração está toda truncada, necessitando, para a conveniência pública, de uma retificação”<sup>169</sup>.

De fato, percebe-se que uma dada parcela da população possuía um acentuado desconforto com relação aos aspectos tradicionais da cidade, como a falta de

<sup>167</sup> Diário da Tarde, 18/02/1903.

<sup>168</sup> BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, Obras Escolhidas v. III, 1989, pp. 33-65.

<sup>169</sup> Diário da Tarde, 28/02/1903.

organização e de tratamentos modernos. Nota-se, ainda, a ocorrência de uma transformação, marcadamente ideológica, com relação aos habitantes do início do século anterior. Naqueles tempos, a avaliação das condições de uma rua eram ditadas pelas vantagens econômicas por ela oferecida. Nesses, ocorria que as vantagens oferecidas para o conforto da vida acabavam por ditar os parâmetros de avaliação das condições de uma rua. Se antigamente a boa rua era aquela que melhor atendia ao tráfego de animais e mercadorias, nesse momento parecia ser aquela que atendesse à comodidade e à saúde dos habitantes.

Eram sem número as reclamações acerca das ruas enlameadas, sujas e desleixadas. Quando a Prefeitura, com seus escassos recursos, resolvia tomar alguma providência, os olhos dos “detetives” se mostravam atentos em busca de “crimes” contra a “civilização”. Em março de 1903, o Diário veiculava a notícia de que os transeuntes que andavam pelas ruas 15 de Novembro e Mal. Deodoro, bem como pela praça Tiradentes, foram despertados pelo cheiro fétido que se espalhava pelo ambiente.

“Era a famosa Sanitária, que procedia a *limpesa* nas ruas. Onde estão os funcionários da Prefeitura, que não vêem que o material dos carros estão sem dúvida estragados? Porquê não obrigam os contratantes a fazerem os necessários reparos? É preciso que se tenha mais em conta a higiene pública”.<sup>170</sup>

Realmente, o poder público municipal parecia desfrutar de uma posição incômoda diante da sociedade. Mas não apenas ele. Nota-se que as empresas que ofereciam os tão esperados serviços urbanos se tornavam alvos freqüentes das críticas dos setores interessados da sociedade. Visando lucros exorbitantes e sem a aparelhagem técnica necessária, seus serviços acabavam por se tornar tão onerosos para os contribuintes quanto desqualificados. Muitas vezes essas empresas recebiam tantas

---

<sup>170</sup> Diário da Tarde, 24/03/1903.

pressões e seus empreendimentos tão difamados que em alguns casos se viam forçados a abandonar as obrigações contratuais<sup>171</sup>.

A imprensa local parece ter desempenhado uma função congregadora. Certamente que o Diário da Tarde era um jornal liberal de forte tendência anti-clerical, que procurava cobrar dos poderes constituídos uma conduta coerente com os postulados liberais que viabilizaria o progresso da sociedade e a modernização da vida. Contudo, tinha a capacidade de reunir em suas colunas a variedade de interesses difusos na sociedade civil. Por isso, talvez, tenha se mostrado bastante atuante nas mais diferentes questões ao agir como grupo de pressão e aglutinador de interesses.

Se achavam, muito provavelmente, conscientes das dificuldades da Prefeitura, pois não raras foram as vezes que responsabilizaram o governo estadual pelo “lastimável” abandono no qual se encontrava a capital. Chegaram, inclusive, ao ponto de fazer todos os cálculos orçamentários necessários ao estabelecimento de uma rede de esgotos e de abastecimento d’água, isto é, racionalizaram todos os gastos com materiais, mão-de-obra, desapropriações, etc. Propunham, além disso, a instituição de um “imposto especial” que daria as condições necessárias à implementação de tal política<sup>172</sup>. Abstrai-se disso, que a obtenção dessas informações, demasiado específicas, só seria possível com a devida sintonia com os especialistas possuidores dos conhecimentos que redimiriam a cidade de seus problemas físicos.

Apesar do poder estadual há muito vir empregando esses homens de saberes especializados, não somente para a execução de trabalhos técnicos mas, principalmente, (e essa era uma tendência crescente) para o aconselhamento científico das decisões

---

<sup>171</sup> Em 1908, o governador reclamou que empreiteiros contratados em 1905, para prestarem serviços à capital, abandonara os trabalhos. ESTADO DO PARANÁ. **Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo** - 1º de Fevereiro de 1926. Curitiba: Typographia do Diário Oficial, 1926, p. 126.

<sup>172</sup> Diário da Tarde, 20/02/1903.

políticas, não raramente se via impotente ante a presença sinistra e a atuação ineficaz das empresas de obras públicas e de equipamentos urbanos.

Essa primeira década do século XX findou com intensa polêmica envolvendo o poder público estadual, o capital privado ligado às obras públicas e certos grupos de pressão. Em 05 de janeiro de 1910, o *Diário* publicou um edital assinado pelo então Diretor de Obras Públicas e Viação, o engenheiro José Niepce da Silva. Por ele, todos os moradores das ruas Liberdade, 15 de Novembro, Praça Tiradentes, Riachuelo, Avenida da Lapa, Comendador Araújo e Aquidabam\*, estavam obrigados a “fazer as instalações d’água e esgotos”<sup>173</sup>, no prazo compreendido entre 1º de janeiro a 31 de março. Os serviços estavam sendo realizados pela Empresa Paulista de Melhoramentos no Paraná, e pagos diretamente pelos beneficiários através da elevada “taxa sanitária”. Porém, a má qualidade dos trabalhos prestados<sup>174</sup> e o exagerado preço cobrado, provocaram uma ruidosa reação dos proprietários afetados. Sob pressão, o governo estadual pediu à empresa que nomeasse um engenheiro para acompanhar os serviços técnicos”<sup>175</sup>. Sem ver resultado algum, o *Diário* acusou a empresa de praticar preços abusivos, apresentando um minuciosa planilha de custos de materiais e mão-de-obra envolvidos em serviços de mesma natureza realizados no Rio e em São Paulo<sup>176</sup>. Em réplica ao periódico o representante da empresa não convenceu<sup>177</sup>. Somente com a designação de dois engenheiros, por parte do poder estadual, para intervirem em favor dos usuários, conseguiu-se dar termo aos questionamentos. “Sabemos que os ilustres Srs. Claudino

---

\* Hoje, rua Emiliano Pernetta.

<sup>173</sup> *Diário da Tarde*, 05/02/1903.

<sup>174</sup> Era comum as instalações apresentarem defeitos. “Com a chuva de ontem o encanamento deu de si e a casa nº 181 da rua 7 de Setembro foi inundada de matérias fecais!!!”. Ver: *Diário da Tarde*, 19/02/1910.

<sup>175</sup> *Diário da Tarde*, 20/01/1910.

<sup>176</sup> *Diário da Tarde*, 09/02/1910.

<sup>177</sup> *Diário da Tarde*, 09/02/1910.

dos Santos e Niepce da Silva, se *esforçaram para proteger os interesses da população*, diminuindo-lhes os onus...»<sup>178</sup>.

Vê-se, desta feita, que o Estado (e aqui estão incluídas as duas instâncias envolvidas no processo de decisão), pelo menos até por volta de 1910, pouca força tinha frente ao capital privado ligado às obras públicas. Talvez pelo fato de ter que atrair investimentos, e não dispor dos recursos legais e econômicos necessários, pouco ou quase nada se podia exigir das empresas prestadoras de serviços urbanos. Certamente os grupos de pressão exerceram um papel decisivo em todo esse processo, ora condenando o empresariado de obras públicas ora invocando a ação do Estado.

Porém, já na primeira década do século XX, podia-se visualizar uma nítida afinidade que nascia entre os “profissionais da cidade” e os diversos grupos de interesses que se congregavam na imprensa. De fato, aos poucos o engenheiro público se instituiu como defensor dos que almejavam o desenvolvimento das atividades estatais concernentes ao moderno urbanismo. Tal acontecia não apenas porque procuravam defender o que pensavam ser “os interesses da população”, como se referia o Diário, mas também porque eram tidos como politicamente “neutros” devido ao saber científico que possuíam.

Historicamente, a importância dessas empresas de prestação de serviços públicos urbanos para o processo de decisão política não foi de modo algum negativo, como pode parecer. Ao contrário, sua execrada *performance* como empreiteiras públicas resultou numa pressão cada vez maior, por parte de setores da sociedade, sobre os poderes constituídos e, como se pôde notar, também propiciou a conformação dos interesses dos profissionais envolvidos no urbanismo com os daqueles grupos difusos na sociedade, notadamente a classe média. Os especialistas buscando, a partir do Estado,

---

<sup>178</sup> Diário da Tarde, 04/02/1910. O grifo é meu.

novos mercados de trabalho, e os outros pretendendo, com as transformações do espaço urbano, ver a cidade ajustada à nova sensibilidade, aos parâmetros “civilizados”, às normas do “progresso”, ...

Isto ficou evidente no conflito da água. A mesma empresa que realizava os trabalhos de implantação da rede de esgotos também explorava os serviços de tratamento e distribuição d'água. Outra vez, a precariedade verificada no desempenho das obrigações contratuais fez da Empresa de Saneamento um alvo ainda mais exposto aos ataques das partes afetadas. Consta que o produto oferecido não condizia com os padrões exigidos pela “ciência moderna”: possuía uma cor amarelada e de terrível aspecto. “É justo, portanto, que o governo compila os empresários a tomar as providências imediatas que se impõem para que seja fornecida à cidade uma água efetivamente potável”<sup>179</sup>. A reação dos especialistas estatais portadores de conhecimentos científicos, e que se achavam no “dever” de intervir na questão que comprometia o “bem-estar” do povo, foi imediata.

“Sabemos que o Dr. Niepce da Silva, engenheiro Diretor de Obras e Viação, dirigiu ao Dr. Secretário de Obras Públicas um ofício em que se referindo às condições de potabilidade da água fornecida à população desta cidade, estabelece a necessidade urgente da filtração daquela água, antes de ser oferecida ao consumo”.<sup>180</sup>

Definitivamente, as ações avaliadas negativamente do empresariado de obras não apenas reforçava a identificação de interesses entre os grupos de pressão<sup>181</sup> e os especialistas, como ajudava a confirmar a pretensão desses últimos de se mostrarem

<sup>179</sup> Diário da Tarde, 25/01/1910.

<sup>180</sup> Diário da Tarde, 29/01/1910.

<sup>181</sup> As formas de exercerem pressão e de facilitarem o desgaste das empresas eram as mais variadas, e não apenas aquelas formalizadas pela imprensa como aqui foram apresentadas. No dia 21 de janeiro de 1910, correu por toda a cidade a notícia que havia sido encontrado o corpo de um homem dentro do reservatório d'água da Empresa de Saneamento, localizada no alto do São Francisco. No Diário do dia seguinte era veiculada uma nota onde se dizia que o Sr. Eduardo Moura, diretor da empresa, havia procurado a redação para declarar que tudo não passava de um boato infundado, “não passando talvez de pilheiria de mal gosto”. (Diário da Tarde, 22/01/1910). Contudo, após as línguas terem “incendiado todo um bosque”, efetivamente não havia muito a fazer para reparar os danos.



indispensáveis à gestão dos negócios urbanos. Tem-se a impressão de não apenas iam se constituindo no braço-forte do Estado nas investidas contra os modernos problemas urbanos, mas também tornavam-se seus agentes preferenciais. Em outros termos, não eram apenas certos grupos sociais urbanos interessados no desenvolvimento das políticas públicas para a cidade que elegiam o engenheiro a figura mais importante desse processo, pois parece que as próprias autoridades governamentais começavam a fazer opção por esses especialistas como arautos da modernização. De outro modo, onde se encontravam os médicos? O ofício de opinar sobre a qualidade da água não caberia mais ao médico-higienista do que ao engenheiro-urbanista?

De fato, parecia persistir o embate tácito entre os titulares desses dois saberes especializados na definição de um campo de atuação profissional, cada qual proferindo um discurso sobre o mesmo objeto (a cidade), a partir do qual se buscava legitimar sua intervenção sobre tal espaço sob tutela do Estado. Entretanto, como se disse, a opção parecia estar sendo feita tanto pela sociedade como pelo poder público.

Deste modo se caracterizava o jogo da decisão política no âmbito da formação do moderno urbanismo, em Curitiba, ao findar a primeira década do século XX. Destaca-se, assim, a prevalência de uma parcela significativa da população, atuando como grupos de pressão, no que dizia respeito ao processo de estabelecimento das modernas intervenções urbanas. Pressão sobre um Estado que carecia de uma estrutura que abarcasse as novas demandas, mas também que tardava em reconhecê-las como “problemas”, como problemas urbanos. Se, de um lado, o poder estadual parecia ter outras prioridades, de outro, o executivo municipal, apesar dos esforços<sup>182</sup>, não possuía

---

<sup>182</sup> Num relatório de 1910, o Diretor de Obras da Prefeitura, engº. André Jouve, listava as principais realizações daquele ano: calçamento, recalçamento, macadamização, meios-fios, bueiros (limpeza e instalação), bocas de esgotos, lajes para passeios, assentamentos de pedras e sarjetas, reconstrução de passeios, movimentos de terras (aterros e terraplanagens), limpeza de rios, praças, limpeza pública, cemitério municipal (embelezamento e nivelamento) e reformas no passeio público. Ver: PREFEITURA

nem material humano nem recursos financeiros suficientes que possibilitassem a satisfação das demandas. Na tentativa de amenizar o problema concedia-se a implementação e exploração dos novos equipamentos urbanos à iniciativa privada. Devido ao não cumprimento dos contratos, porém, bem como a precariedade dos serviços, as empresas acabaram pôr contribuir para o agravamento da questão da institucionalização das modernas práticas de tratamento da cidade. Bem por isso, quem mais se destacou no poder de influenciar as políticas urbanas foram os grupos de interesses da sociedade, ou melhor, era a partir de suas demandas que o Estado imprimia limitadas atitudes relativas ao espaço da cidade. Vale destacar, ainda, que não raras vezes as decisões governamentais podiam ser influenciadas por um grupo de interesse *sui generis*: os técnicos, que possivelmente iam conquistando cargos no interior do aparelho burocrático estatal e, conseqüentemente, participando ativamente do processo de decisão, fosse na execução de políticas fosse no aconselhamento científico das autoridades eleitas.

#### 4.3 - De 1911 a 1920: os "problemas urbanos" como problema estatal

O intervalo de tempo compreendido entre os anos de 1911 e 1920, pode ser considerado uma década de redefinição do papel do Estado no que tange as políticas públicas urbanas. De outro modo, parece ter sido nesse tempo que as autoridades públicas chamaram para si, de maneira mais explícita e decidida, a responsabilidade pelas intervenções que dariam conta das transformações urbanas pretendidas, ou

melhor, o poder estatal reconheceu efetivamente como problemas os “problemas urbanos”.

As mudanças, pode-se dizer, ocorreram por força de uma política voltada quase que exclusivamente para o centro urbano de Curitiba, e foi empreendida na administração do governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Não há dúvidas que esse fator distinguiu seu governo de todos os outros. Pois enquanto seus antecessores tinham em comum uma certa reserva em atuarem como promotores de políticas para a capital paranaense, Carlos Cavalcanti não só se diferiu deles nesse particular, como ofereceu ao executivo municipal as condições necessárias para promover uma maior especialização de seus departamentos, estruturando-os com vistas a absorver as novas demandas e responsabilidades.

Tem-se a impressão de que o referido Presidente do Estado não era um político tradicional como o fôra Vicente Machado, por exemplo. Pois ele já representava aquele grupo de políticos, bastante crescente durante esses anos, que buscava dar um direcionamento técnico-científico à implementação das políticas públicas. Nota-se também que não era impossível que as vezes o técnico e político se fundissem numa mesma pessoa. Viu-se que, em 1892, o engenheiro Cândido de Abreu tornou-se o primeiro prefeito eleito de Curitiba, tendo renunciado logo depois por causa das constantes “intromissões” dos camaristas na gestão dos negócios da cidade. Em 1903, foi eleito deputado e, em 1906, senador. Isto mostra que, talvez, longe de terem afinidade com a política, esses especialistas tentassem com isso conquistar espaços no interior do Estado, não para cargos eletivos mas para funções técnicas. De fato, isto até pode ter servido de estratégia política para a satisfação de seus interesses profissionais. Assim, mesmo não sendo propriamente devotos da política alguns técnicos não se constrangeram em se tornarem políticos com o intento de ampliarem a esfera de

atuação tanto pelo convencimento de seus pares na política como pela proposição de planos de ação governamental que também contemplassem seus interesses.

Esta tendência, a do técnico assumir cargos políticos, se intensificou a partir de 1912, quando da promulgação da lei estadual n. 1142. Sua explicação e justificativa foram dadas pelo próprio governador Carlos Cavalcanti.

“O regimen instituído pela lei n. 1142 de 26 de Março, conciliando o princípio da autonomia municipal com o da responsabilidade que inevitavelmente cabe ao governo pela situação da cidade que goza dos fôros de sua séde, tornou da confiança do Poder Executivo o cargo de Prefeito da Capital”.<sup>183</sup>

Deste modo, o executivo municipal passou a ser quase que uma mera extensão do governo estadual. Tal fato parece estar em perfeita concordância com a posição de Araújo, vista anteriormente, segundo a qual deixar a autonomia municipal à mercê de seu “*intérêt particulier*” (como determinava a Constituição de 1891) significou, na prática, deixar o município ser dominado pelas “famílias políticas” que detinham o poder estadual. Pois os representantes dos “interesses municipais” ou estavam comprometidos com os interesses das oligarquias políticas ou estavam à frente de administrações que não detinham o necessário (capital, crédito, recursos humanos, etc) para atenderem as demandas urbanas. De qualquer maneira, ou um ou outro, significou o subsequente alinhamento, ou melhor, o apadrinhamento político com o executivo estadual.

Com a supressão da autonomia municipal o governador Carlos Cavalcanti podia cumprir finalmente sua promessa de campanha: empreender uma política de remodelação da cidade, dotando a capital dos modernos implementos urbanos. Para ele a lei n. 1142 diminuiria sensivelmente os “efeitos do partidarismo” que comumente

---

<sup>183</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem Enviada ao Congresso Legislativo* - 1º de Fevereiro de 1913. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1913, p. 22.

serviam de “entraves” às mais “admiráveis” ações do executivo. No complemento a esse projeto, quando o engenheiro Cândido de Abreu foi nomeado para o cargo de prefeito, em 1913, também foi constituída a “Comissão de Melhoramentos da Capital”, pela qual ele ganhou vastos poderes de impor políticas sem responder à Câmara.<sup>184</sup>

Uma certa obscuridade parece envolver esses efeitos nocivos, segundo a crença, do partidarismo, mesmo porque ainda há falta de uma ampla investigação empírica<sup>185</sup>. Entretanto, parece correto afirmar que os camaristas tiveram um papel bastante importante na política urbana de então. Ora já foi mencionado que, dada a sua natureza, os Câmara estava mais próxima ao diversos interesses que gravitavam em torno da questão urbana. E não poucas vezes conseguiam se impor ao executivo fazendo vale tais interesses.

Exemplo disso, foi a função *sui generis* de defender os proprietários das aterradoras investidas estatais, que teve a Câmara Municipal. Sabe-se que, até 1916, havia bastante dificuldades em se reparar os danos causados pela intervenções urbanas estatais. De fato, era comum se recorrer ao legislativo municipal para que elaborassem e aprovassem projetos com força de lei que obrigassem o executivo local a indenizar os danos ocorridos na propriedade<sup>186</sup>. Este posicionamento do poder público como instituição que age *contra todos*, não era nada menos que resquícios da doutrina da *irresponsabilidade absoluta* da pessoa jurídica de direito público, bastante em voga durante a Monarquia. Segundo ela, sempre que o Estado agia de acordo com o *iure imperii*, isto é, de acordo com a soberania e o poder que o torna um ente todo-poderoso,

<sup>184</sup> Ibidem.

<sup>185</sup> A explicação dada por Sêga a tamanha repulsa ao jogo político-partidário é a seguinte: “Num quadro político desestabilizado, quer seja por movimentos messiânicos do tipo Contestado, quer seja pela articulação política dos imigrantes anarquistas, as elites do Estado preferiam não correr o risco do sufrágio universal”. Ver: SÊGA, Rafael Augustus. **Melhoramentos da Capital**:..., op. cit., p. 56.

<sup>186</sup> Para exemplificar, em 26 de janeiro de 1910, os camaristas aprovaram o projeto n. 33 que autorizava o pagamento de indenização pedido por D. Benedita do Sagrado Coração de Maria, relativamente ao terreno que perdera com o alargamento do boulevard 02 de Julho. Ver: Diário da Tarde, 26/01/1910.

não estaria obrigado a responder por dano algum<sup>187</sup>. Juridicamente, isso só veio se resolver com a aprovação do Código Civil Brasileiro de 1916, que teve uma forte orientação liberal imprimida por juristas da envergadura de Rui Barbosa e Clóvis Beviláqua, pelo qual se previa e exigia a responsabilidade civil do Estado<sup>188</sup>. A partir de então os danos causados pelas intervenções estatais urbanas tornaram-se reclamáveis por ação, já que se tratavam de *matéria de direito*, isto é, um direito que já se encontrava expresso na letra da lei. Se, por um lado, isso significou mais segurança àqueles que se viam impotentes diante das investidas estatais, por outra, a passagem da execução dessas ações para a competência do judiciário pode ter operado uma sensível perda de poder por parte do legislativo, que teve a subtração de um importante canal de influência sobre os atos do executivo.

Provavelmente, tudo isso pode ter dado à Câmara, antes de 1910, obviamente, diversas oportunidades de intervir nas decisões do executivo municipal a fim de representar os interesses difusos na sociedade. Uma indagação, contudo, se faz necessária: por que o Estado (independentemente da instância de governo) se sentia tão desconfortável diante daquilo que chamavam “efeitos do partidarismo”<sup>189</sup>? Parece não haver dúvida de que existiam políticos pouco acostumados ao novo jogo político instituído pela República. Os mais tradicionais, habituados a conciliar os diferentes interesses no interior das oligarquias, podem ter se adaptado mais facilmente ao novo sistema. Os mais “modernos”, porém, ou melhor, aqueles que pregavam uma transformação através da modernização viam na “política” uma obstrução às suas

---

<sup>187</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, v. I, 1994.

<sup>188</sup> Eis uma transcrição *ipsis litteris* do art. 15º: “As pessoas jurídicas de direito público são civilmente responsáveis por atos dos seus representantes que nessa qualidade causam danos a terceiros, procedendo de modo contrário ao direito ou faltando a dever prescrito por lei, salvo o direito regressivo contra os causadores do dano”. Ver: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 48. ed., 1997.

<sup>189</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Mensagem Enviada ao Congresso Legislativo** - 1º de Fevereiro de 1913. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1913, p. 22.

realizações ideológicas. Isto também pode ter tido muito a ver com as atividades dos especialistas que já deviam contar em bom número dentro do governo estadual. Mas não apenas isso, as próprias decisões governamentais, em relação a capital, já podiam estar sofrendo algum tipo de aconselhamento científico oferecido pelos técnicos.

A importância disso é evidenciada pela aceitação do cargo de prefeito, por parte de Cândido de Abreu, o mesmo que, quando eleito em 1892, renunciou onze meses depois por causa dos efeitos “nocivos”, segundo ele, da política. Realmente, não há nada pior para a liberdade política do que o governo que procura dar qualquer orientação científica às políticas passíveis de debate. Em outros termos, quando o Estado resolveu acolher para o seu interior os homens de saberes científicos, possuidores de um interesse próprio e uma visão bastante particular da realidade, a fim de dirigirem racionalmente as políticas públicas, acabou por vincular as ações governamentais ao discurso competente<sup>190</sup> produzido por aqueles mesmos homens, despolitizando, por assim dizer, importantes temas do debate político.

De fato, a imposição de um plano à cidade, isto é, a imposição de uma visão particular de mundo dos especialistas da administração pública a toda sociedade urbana, significou tentar reduzir toda a população à categoria de objeto. Em virtude disso, logrou-se operar, talvez por conta da própria ideologia baseada na competência técnica, uma inversão não menos sutil que perigosa: ao invés dos atores sociais, em suas interações entre si e o Estado, possuírem objetivos de acordo com seus interesses, acabaram por se tornar objeto de interesse dos homens “competentes”.

---

<sup>190</sup> O conceito é da filósofa Marilena Chauí, e é por ela resumido da seguinte forma: “não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar”. Ver: CHAUI, Marilena de Sousa. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 5 ed., 1990, pp. 03-13.

Ora, ao se dizer quais eram os “capazes” também se dizia quais os “incapazes”, ao se nomear os “competentes” concomitantemente se apontava os “incompetentes”.

A intencionada transformação de sujeitos sociais em objetos significava tentar calar todas as reivindicações contrárias e imobilizar qualquer grupo de interesse que pudesse obstruir o processo de estabelecimento das modernas políticas públicas urbanas. Ora, a tentativa de se implementar um plano de ação governamental amparado na exclusiva eficácia da competência técnica de um grupo não é outra coisa senão procurar fazer um interesse privado (no caso, desses profissionais) transmutar-se em interesse universal. Disso decorre que não raras foram as vezes que a imposição de políticas urbanas era feita em nome do “bem público”, pois para a vontade particular alcançar a generalidade necessitava se travestir de categorias abstratas e confusas como essas. Tal tentativa de exclusão de toda a sociedade do processo de formulação de políticas para a cidade não significava que os técnicos haviam dispensado a conformação de interesses de outros setores da sociedade, notadamente a classe média, interessados no desenvolvimento das ações estatais sobre o urbano. O que se pretendia era fixar tudo em seu lugar. À estes caberia reivindicar uma maior atuação do Estado sobre a cidade, àqueles competiria decidir e executar as políticas. Assim, se as reivindicações ajudaram os técnicos a se inserirem nos departamentos estatais, caberia a eles agora, tão somente a eles, recompensar os reivindicantes propondo e implementando políticas. Ninguém devia intervir na esfera de competência dos especialistas, nem mesmo a classe média, que já agiam em nome do “bem comum”. Daí toda a violência ser justificável<sup>191</sup>.

---

<sup>191</sup> Boni foi a primeira pesquisadora a classificar a transformação do cargo de prefeito em cargo de confiança do governo estatal como um ato de violência. De fato, isto não é de todo descabido, pois o século XX é rico em exemplos. Parece sensato afirmar que as administrações fundadas pelos golpes militares, principalmente na América Latina, tiveram um importante papel na “modernização” dos países.



Parece que somente neste contexto pode ser entendida a aversão aos “efeitos do partidarismo” contida nessa nova orientação política dada ao Estado, baseada na ideologia da modernização e amparada na pretensão de fazer das políticas públicas urbanas uma esfera de competência estrita dos técnicos. Se, de um lado, havia a setores da sociedade (como a classe média) que desejavam o desenvolvimento e aprimoramento das intervenções sobre a cidade, de outro, podia haver aqueles que almejavam o Estado investindo altas somas no avanço das indústrias, na agricultura (ainda o pilar de sustentação da economia paranaense), políticas sociais, etc. Além do que, muitas vezes, alguns integrantes da própria classe média se opunham aos métodos de execução de certa políticas para a cidade, notadamente quando resultavam em altas nos custos dos serviços ou em prejuízo da propriedade privada urbana. Neste sentido, os especialistas, já abrigados no Estado, procuraram fechar os canais pelos quais essas pressões, discordâncias e reivindicações contrárias aos seus interesses, poderiam alcançar expressão formal. A todo custo, portanto, tentaram eliminar aquilo que costumavam chamar “efeitos do partidarismo”.

De fato, a restrição dos poderes da Câmara frente ao executivo municipal, bem como, a extinção da eleição para o cargo de prefeito, podem ter sido tentativas de se conter determinados efeitos do dinamismo da sociedade.

Certamente que, para os técnicos estatais, o debate político e o engajamento social deviam ser suprimidos a fim de se adequarem à realidade ao plano racional. Assim, o poder estatal, que ambicionava dar uma orientação científica às suas políticas, procurava deixar transparecer apenas as reivindicações de grupos favoráveis às intervenções urbanas. Talvez houvesse nisso um caráter mais político do que se pode imaginar à primeira vista. Pois não apenas a adoção da racionalidade nas políticas parece ter sido uma vitória política dos técnicos que tomavam de assalto o aparelho

estatal, mas também o acatamento exclusivo das demandas por melhorias urbanas pode ter servido para justificar sua permanência e multiplicação nos cargos públicos.

Embora a lei que diminuía os tão desprezados efeitos da liberdade política fosse aprovada em março de 1912, somente em 1913 o engenheiro Cândido de Abreu foi empossado na função de prefeito da capital paranaense. Desta data até 1916 a cidade passou por uma importante reforma urbana que acabou acarretando consequências políticas internas ao próprio aparelho burocrático estatal.

Serviços de remoção de terras, terraplanagem, macadamização, calçamento a paralelepípedos, arborização, confecção de bueiros e galerias pluviais, retificação e canalização de rios, construção e reconstrução de praças, remodelação das fachadas dos prédios do quadro urbano, bem como, calçamentos dos passeios a *petit-pavê*, tornaram-se equipamentos bastante comum a serem adotados. Apenas para se ter uma idéia da amplitude das intervenções desse período, no início de 1914 já havia 600 operários contratados para a realização dos trabalhos. Só com macadam foi revestida uma área total de 293.524,60 m<sup>2</sup> de ruas, em todo o triênio de Cândido de Abreu<sup>192</sup>.

Todas estas transformações do quadro urbano parecem ter sido viabilizadas por uma outra mudança, já mencionada, no âmbito institucional. Com efeito, mesmo Sêga já havia percebido que “os trechos embargados judicialmente são poucos, pois a concepção de propriedade privada do solo passou a ser contraposta com a de interesse coletivo”<sup>193</sup>. Ora, não foi para outra coisa que parece ter servido o excessivo aumento de poder do executivo municipal, senão para impor à sociedade como um todo um projeto que a poucos interessava, usando porém, as etiquetas de “interesse público” e “vontade geral”.

---

<sup>192</sup> Uma boa análise deste período está em: SÊGA, Rafael Augustus. **Melhoramentos da Capital:...**, op. cit.

<sup>193</sup> Ibidem, pp. 84-85.

Certamente que o poder estatal (entenda-se aqui o governo estadual e sua mera extensão, a Prefeitura) já não se achava tão “permissivo” como antes.

“O cidadão M.R.C.(não identificado) foi multado por ter construído em total desacordo com a planta aprovada pela Prefeitura. A “South Brazilian” foi intimada, pela Diretoria de Obras Municipais, a retirar barracão que se achava armado na rua da Lapa”.<sup>194</sup>

Vê-se, portanto, que as autoridades públicas começavam a não se intimidar diante do capital privado que, aproveitando o ensejo, aumentava suas atividades em Curitiba. Além da Empresa Paulista de Melhoramentos no Paraná, que cuidava das questões relativas às águas e esgotos, e da The South Brazilian Railways Company que, no início da década de 1910, havia implantado e gozava da exploração do sistema de transporte coletivo por bondes elétricos, outras empresas viram nesse momento de grandes obras um campo profícuo para seus negócios. Exemplo disso, na construção, em 1913, do novo mercado na praça 19 de Dezembro, depois de vencida a concorrência, os trabalhos foram divididos entre duas novas empresas que se estabeleciam em Curitiba: a American and Brazilian Engineering Company e a Langer Colle & Cia<sup>195</sup>.

Passava, assim, a ser comum a rígida fiscalização, por parte dos poderes públicos, dos serviços prestados por empreiteiros. Tudo o que não estivesse de acordo com o plano ideológico, isto é, com projeto urbanístico de inspiração científica devia ser reprovado. Como se pôde perceber, nem os proprietários escaparam: um número exagerado de multas, de indeferimento de pedidos de construção e de expedição de documentos exigindo que se adaptasse os prédios às novas normas, foram produzidos

---

<sup>194</sup> Ibidem, p. 73.

<sup>195</sup> Ibidem, p. 80.

pela Prefeitura. Tanta autoridade acabou simbolizada na monstruosa construção do Paço Municipal\*, obra que “fechou” a administração Cândido de Abreu.

Administração que só foi possível mediante a maciça intervenção financeira do governo estadual. O mesmo arranjo institucional que colocou o cargo de prefeito a disposição do executivo do Estado condicionava-o a despendar altas somas com as intervenções urbanas na Capital. Na tentativa de oferecer uma justificativa para a canalização de tantos recursos para a cidade-sede do governo, Carlos Cavalcanti dizia que o ônus de tais investimentos seria recompensado com o aumento do comércio, da população e “na entrada de novos capitaes que invertem-se em obras de valor o entram na circulação, criando serviços, animando indústrias e irradiando-se por todo o território dependente...”<sup>196</sup>.

Para substituir Cândido de Abreu foi nomeado o Coronel João Antônio Xavier como titular do executivo municipal. Durante sua gestão os trabalhos tiveram uma drástica queda de intensidade. Não por falta de vontade pois, ao que tudo indica, pretendia-se dar continuidade às obras da administração anterior, além do que, o novo prefeito parecia comungar da mesma ideologia que movera aquela gestão. Entretanto, é provável que o que pode ter dificultado a atuação de Xavier diante da Prefeitura foi o escândalo que se havia abatido sobre as finanças do governo estadual.

Em 1917, as autoridades estatais (sem distinção entre Estado e município) iniciaram uma conduta que, como se verá, mostrou-se cada vez mais freqüente. Pressionado pela parcela da sociedade que almejava as melhorias urbanas, o poder público, que já se encontrava um tanto fortalecido pela administração Cândido de Abreu, cobrava melhores serviços e propunha técnicas que visavam o aumento da

---

\* Onde atualmente está abrigado o Museu Paranaense, à praça Generoso Marques.

<sup>196</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo* - 1º de fevereiro de 1914. Curitiba: Typographia do “diário Oficial”, 1914, pp. 25-26.

qualidade dos trabalhos prestados. Isso ficou evidente quando o governo estadual intimou a Empresa de Saneamento devido à “ineficiência” que caracterizava suas atividades.

“Não tendo sido aceitas pela Empresa concessionária as propostas do governo e nem por este as suas contra-propostas, resolveu o governo propor a encampação dos serviços, pela importância de tres mil contos de réis ou a construção das obras necessárias, por conta do Estado, na forma do respectivo contracto”.<sup>197</sup>

A empresa recusou a segunda proposta, aceitando entretanto, a primeira. Assim, o então governador Caetano Munhoz da Rocha encampá-la se comprometendo a investir alto na reabilitação e modernização dos serviços. Não demorou muito e o Estado autorizou a emissão de 1.500:000\$000 (um mil e quinhentos contos de réis) em apólices, destinados aos “melhoramentos do serviço de água e esgotos”.

Contudo, passados algum tempo, o senador Alencar Guimarães veio a público com uma denúncia que abalou as estruturas do governo Munhoz da Rocha. De todo dinheiro levantado para as obras, 1.100:000\$000 (um mil e cem contos de réis) foram desviados para cobrirem uma conta-corrente do governo no Banco do Brasil, e 67:000\$000 (sessenta e sete contos de réis) se achavam depositados no Tesouro. Diante disso, a imprensa, que representava os setores que reivindicavam a modernização das intervenções urbanas, não deixou de pressionar:

“Temos pois declarado que neste governo não se respeitam os fins das verbas (...) Admitimos a veracidade do deposito de 1.100:000\$000 para garantia de uma conta corrente: em que foram gastos o dinheiro levantado no Banco do Brasil, cujos saldos de 1.100:000\$000 de apólices garantem? E que fazem os 67:000\$000 em deposito no Tesouro? Por que se não os applicou nos serviços a que eram destinados?”.<sup>198</sup>

<sup>197</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Estado* - 1º de fevereiro de 1917. Curitiba: Typographia d'A República, 1917.

<sup>198</sup> Gazeta do Povo, 03/01/1920.

De fato, a Prefeitura Municipal de Curitiba desdobrava-se dentro de seus limitados recursos para enfrentar as demandas com recursos próprios que, após a gestão de Cândido de Abreu e desenvolvimento da fiscalização de impostos e serviços municipais, sofrera um sensível aumento. Entretanto, não era suficiente para contentar aquela parcela da população que já havia se acostumado a ver na cidade um verdadeiro canteiro de obras, principalmente ao rememorarem a administração precedente. A julgar pelas reclamações Curitiba parecia se encontrar num desleixo total: ruas esburacadas, moitas de capins nos passeios, valas de esgotos abertas e fétidas, água de má qualidade, etc.

Esta situação perdurou até por volta de 1920, quando assumiu o cargo de prefeito o engenheiro Moreira Garcez. Ex-Secretário de Fazenda e Obras Públicas do governo estadual, fôra ele quem pusera termo às fraudes nas finanças. Frente à Prefeitura, no entanto, quase nada pôde realizar em seu primeiro ano de gestão. As reclamações continuaram e as pressões dos grupos interessados reunidos na imprensa não lhe deram trégua.

Apesar de tudo, esta década poder ser considerada de importância fundamental para a história do urbanismo moderno em Curitiba. Ora, não é por acaso que, aqui, sua análise ocorre separadamente dos outros momentos investigados. Por vários motivos ela pode ser tida por um “divisor de águas” no âmbito do processo de institucionalização das recentes intervenções urbanas. Neste caso, seria interessante expor alguns argumentos que pudessem confirmar essa hipótese.

Primeiramente, foi nessa segunda década do século XX que o poder estatal se mostrou claramente decidido a se responsabilizar pelas intervenções na cidade. De outra maneira, foi nesses anos que os “problemas urbanos” se tornaram, efetivamente, um problema para ser assumido pelo Estado. Levou-se tão a sério a ambição por tornar

Curitiba uma “das bellas capitaes do Sul do Brazil”<sup>199</sup>, que enormes somas foram destinadas aos “melhoramentos da capital”, ao ponto de, como se viu, usar-se deste pretexto para tomar atitudes ilícitas em relação a Fazenda Pública. Nota-se, portanto, uma mudança um tanto radical na política do governo estadual. Enquanto a primeira década do século XX se caracterizou pela relativa morosidade deste diante das demandas urbanísticas da capital, a segunda se notabilizou por seu “despertamento” para os “problemas” da cidade-sede do poder público.

Parece, no entanto, que tudo isso tem a ver com a chegada de uma elite intelectual ao poder estadual, que se interessava em dar à capital os aspectos pelo menos visuais da modernização. A maior parte era formada por bacharéis imbuídos da ideologia do progresso e do pensamento cientificista. Talvez por isso governadores como Carlos Cavalcanti e Caetano Munhoz da Rocha buscaram dar uma orientação racional às políticas estaduais. Contudo, acabaram mostrando que condições seriam favoráveis à implementação de políticas cientificistas: mediante o despotismo institucional que não reconhece os direitos políticos dos cidadãos. Certamente que nisto pode ter havido um correspondência entre o postulado comteano da “República Ditatorial” e a “ditadura” dos administradores da cidade, já que em ambos os modelos se via os debates em torno das questões públicas como impedimentos à materialização dos planos racionais de ação governamental.

Em segundo lugar, pode-se destacar que juntamente com essa transformação no papel do Estado ocorreu uma melhor definição de competências dos agentes oficiais autorizados a intervir sobre o meio urbano. Isto significou que os especialistas finalmente foram reconhecidos como os únicos capazes de gerir racionalmente, isto é,

---

<sup>199</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná* - 1º de fevereiro de 1914. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1914, p. 26.

com maior aproveitamento de recursos, com o máximo de eficiência técnica e supostamente imunes às pressões políticas, as coisas da cidade. Realmente, parece que o discurso da competência acabou surtindo o efeito desejado no seio do poder estatal, já que este não apenas reconheceu os homens de conhecimentos científicos como os mais capacitados a falar sobre as questões da urbe mas também designou-lhes, uma esfera de competência onde, a partir de seu interior, poderiam agir com todo o *imperium* que ele os investia.

Entretanto, o termo especialistas é demasiado genérico pois, como se sabe, tanto médicos como engenheiros disputavam a autoridade científica e estatal de atuar sobre a cidade. Aqueles que reivindicavam a autoridade científica porque ambos os grupos se dedicavam a um mesmo objeto, e a autoridade estatal devido ao fato dos dois pretenderem falar e agir sob a chancela do Estado. A atitude, porém, do poder estatal foi muito além de escolher os especialistas como os únicos a falar e atuar sobre o espaço urbano. Trata-se, portanto, de se indagar por qual categoria profissional as autoridades constituídas fizeram opção, bem como as motivações para tal opção.

Em 1911, a Diretoria de Higiene, órgão municipal que cuidava da saúde pública, era composta por apenas um funcionário, o diretor-médico, que tinha as seguintes atribuições: inspeção dos serviços de água e esgotos, remoção do lixo das ruas e das casas, visitas domiciliares (profilaxia), higiene dos açougues, do matadouro, do mercado, fiscalização dos gêneros alimentícios e da fabricação de bebidas alcoólicas e fermentadas, cemitérios, etc.<sup>200</sup> Quanto a Diretoria de Obras, ela possuía quatro funcionários: o engenheiro-diretor, um auxiliar, um amanuense e um fiscal de

---

<sup>200</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem do Prefeito* - Secretaria da Prefeitura, janeiro de 1911. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1911, p. 157.



construções<sup>201</sup>. Já o orçamento previsto para gastos com pessoal da Prefeitura, neste mesmo ano, era o seguinte:

1º Fiscalização.....	20:000\$000
2º Diretoria do Tesouro e Contabilidade.....	13:000\$000
3º Expediente Geral.....	10:100\$000
4º Prefeitura (subsídio ao Prefeito).....	10:000\$000
5º Pessoal Inativo.....	9:900\$145
<b>6º Diretoria de Obras.....</b>	<b>8:300\$000</b>
7º Secretaria da Prefeitura.....	6:000\$000
<b>8º Diretoria de Higiene.....</b>	<b>4:200\$000</b>
9º Mercado Municipal.....	3:000\$000
10º Cemitério Municipal.....	1:900\$000
11º Instrução Pública.....	1:200\$000
Total.....	87:600\$145 <sup>202</sup>

Vê-se que os funcionários municipais ligados às obras públicas consumiam aproximadamente 9,4% do orçamento destinado ao pagamento de pessoal ( se constituía no 6º departamento que mais gastava). Nota-se, ainda, que tanto a Diretoria de Higiene (a 8ª na lista de pagamentos) como a de Obras Públicas figuravam, dentro de uma normalidade, numa posição mediana na tabela de gastos com o elemento humano. Em outras palavras, possuíam muitas tarefas e poucos funcionários. Não há dúvida, porém, que os especialistas se esforçaram sobremaneira para convencer as autoridades eleitas a desenvolverem e especializarem seus departamentos, principalmente aumentando seus quadros. Ainda nesse ano, o diretor de higiene e médico municipal, Dr. João Evangelista Espínola, reclamava do completo “descaso” do prefeito em relação a falta de funcionários.

“Parece incrível que se tenha confiado a um só médico a direção de tão importante ramo da administração pública e sem, até hoje, o menor protesto contra o acúmulo de funções tão variadas, algumas das quais, como a fiscalização do leite, constituem, em alguns países de segunda ordem, uma repartição à parte”.<sup>203</sup>

<sup>201</sup> IMAP. *História Administrativa de Curitiba: leis, decretos & atos (1900-1920)*. Curitiba, v. I, 1993, p. 136.

<sup>202</sup> Ibidem. Os grifos são meus.

<sup>203</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem do Prefeito - Janeiro de 1911*. Curitiba: Typographia d'A República, 1911, p. 157.

A reclamação do médico foi, em parte, atendida. Na gestão Cândido de Abreu foram criados o Laboratório de Análises Químicas e Microscópicas, a Fundação Gota de Leite e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância<sup>204</sup>. O primeiro, cuidava da fiscalização dos gêneros alimentícios, o segundo se comprometia especificamente com o leite, e o terceiro, com a saúde infantil. Com isso, a Prefeitura não fez outra coisa senão delimitar, ou melhor, limitar o campo de atuação dos médicos que, como se pôde constatar, se encarregavam inclusive de inspecionar os serviços de água e esgotos, uma atribuição reivindicada pelos engenheiros. Ora, no momento em que se estabeleceu o que os médicos deviam fazer, tacitamente também se estabelecia o que não deviam fazer. Com vistas nisso, uma indagação se faz pertinente: ao atender às reclamações dos profissionais de Medicina a Prefeitura satisfaz o interesse subjacente? Isto é, autorizou-os a proferir um discurso racional e científico sobre a cidade, tutelado pelo poder estatal? Ao que tudo indica os médicos se encontravam cada vez mais distantes daquilo que almejavam: a autoridade de intervir sobre a estrutura física do meio urbano, como queria o Dr. Trajano Reis, fazendo coincidir a vontade do executivo com suas idéias sobre a cidade.

Os engenheiros, por outro lado, parecem ter obtido melhores resultados no que se refere a satisfação de seus interesses, num momento em que a cidade se tornara alvo de um plano de integrado de obras, onde grande número de profissionais de engenharia atuaram como “promotores do progresso”. Em 1914, a Diretoria de Obras contratou mais dois funcionários, inteirando oito membros em seu interior. Entre eles havia dois engenheiros, talvez três, já que o próprio prefeito tinha o costume de inspecionar as obras. Mas essas informações ainda não são suficientes para esclarecer a definição de atribuições de médicos e engenheiros no interior do Estado.

---

<sup>204</sup> SÊGA, Rafael Augustus. **Melhoramentos da Capital**: ..., op. cit., pp. 86.

Se se fizer atenção, porém, aos dados do último ano dessa década, isto é, 1920, ver-se-á que a definição dos campos de atuação profissional já se encontrava bastante explícita. A Diretoria de Obras passara a se chamar Diretoria Geral, um indício revelador de que, com o passar do tempo, este departamento ia incorporando as demandas que surgiam. Se subdividia em sete seções: a) Obras Públicas e Viação, com 6 funcionários; b) Tombamento, com 2; c) Contencioso, também com 2; d) Limpeza Pública e Particular, com 3 funcionários; e) Inspetora de Veículos, com 3; f) Jardins e Praças, também com 3; e g) Oficinas, com apenas 1 funcionário. Nota-se, portanto, que houve um extraordinário aumento de cargos e criação de funções que antes não existiam. Considerando, então, que a antiga Diretoria de Obras de 1914, foi a precursora da Diretoria Geral de 1920, pode-se constatar que, ao passar de 8 a 20 funcionários, sofreu um crescimento de 250%, em apenas seis anos. Por outro lado, a Diretoria de Higiene contava, em 1920, com apenas 4 cargos<sup>205</sup>. A diferença fica mais patente quando confrontados os dados, desse mesmo ano, sobre os gastos com o contingente burocrático municipal.

<b>1ª Diretoria Geral.....</b>	<b>84:200\$000</b>
2º Fiscalização.....	65:164\$966
3º Diretoria do Tesouro e Contabilidade.....	41:464\$000
4º Matadouro.....	38:728\$000
5º Secretaria.....	18:764\$000
<b>6ª Diretoria de Higiene.....</b>	<b>17:600\$000</b>
7º Pessoal Inativo.....	17:186\$037
8º Prefeitura.....	12:000\$000
9º Cemitério.....	9:800\$000
10º Gabinete do Prefeito.....	5:400\$000
11º Mercados.....	4:140\$000
Total.....	314:447\$003 <sup>206</sup>

De fato, parece que em 1920 a Diretoria Geral já havia “conquistado” o 1º lugar da lista de despesas com pessoal da Prefeitura, consumindo um percentual 26,7% do orçamento destinado. Enquanto isso, a Diretoria de Higiene continuava num patamar

<sup>205</sup> IMAP. *História Administrativa ...*, op. cit., v. II, p. 342.

<sup>206</sup> Ibidem, pp. 341-344. Os grifos são meus.

modesto do quadro orçamentário. Ao contrário dos engenheiros da Diretoria Geral, os médicos prosseguiram sem ser ouvidos em suas reivindicações.

Com efeito, parece que, já em 1920, os engenheiros haviam ganho a disputa que vinham travando com os profissionais da Medicina, pela autoridade estatal de discorrer validamente e intervir eficazmente sobre a cidade. Neste contexto deve ser destacado o importante papel da Universidade do Paraná. Fundada em 1912<sup>207</sup>, tudo leva a crer que uma relação bastante íntima passou a existir entre ela e a Prefeitura Municipal de Curitiba. Não é de todo descabível conjecturar a possibilidade da Universidade ter servido, nos primeiros anos, como um refúgio dos profissionais de engenharia, e de onde formalizavam e oficializavam seus interesses. É interessante notar que boa parte desses técnicos ligados a esse estabelecimento de ensino superior também circulavam pelo interior da burocracia municipal e estadual. Pelo menos quatro dos sete integrantes do primeiro Conselho Superior do Curso de Engenharia haviam sido ou seriam prefeitos ou diretores de obras municipais: Dr<sup>s</sup> João Moreira Garcez, Adriano Goulin, Cândido Ferreira de Abreu e José Niepce da Silva<sup>208</sup>.

Ora, foi apontado anteriormente que uma possível causa para sucesso dos engenheiros em alçar-se ao poder do Estado na efetivação de seus interesses possa ter sido a associação que mantiveram com o poder. Em outras palavras, sua aproximação do aparelho estatal, ora tornando-se funcionários ora elegendo-se para cargos políticos, pode ser considerada responsável pela conseqüente facilidade encontrada para se proliferarem na organização burocrática governamental, bem como para sensibilizarem as autoridades quanto aos problemas urbanos e desenvolverem os departamentos

---

<sup>207</sup> Um interessante histórico da fundação da Universidade do Paraná pode ser encontrado em: WACHOWICZ, Rui C. **Universidade do Mate**: história da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: APUFPR, 1983.

<sup>208</sup> UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Didático-Administrativo** - 18 de Dezembro de 1913. In: SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. Victor Ferreira do Amaral e Silva: o reitor de sempre. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, Coleção Mestres da UFPR, 1982, p. 165.

voltados exclusivamente para o tratamento dessas questões, no interior do Estado. Deste modo, como resultado dessa comunhão com os poderes constituídos os engenheiros passaram a se comportar como promotores de políticas, onde logo fizeram a “vontade estatal” coincidir com seus interesses.

Esta aproximação estabelecida com o poder pode ser melhor percebida pela eleição de Cândido de Abreu para prefeito de Curitiba em 1892, depois na sua nomeação para Secretário dos Negócios e Colonização, também na ocupação do cargo de Secretário de Obras Públicas e Indústria, em 1899, ainda pela sua eleição, em 1903, para deputado e, em 1906, para senador, ao qual renunciou para ser nomeado titular da Prefeitura da capital paranaense, em 1913<sup>209</sup>. Também é possível que esta última nomeação, a mais importante, feita pelo governador Carlos Cavalcanti, fosse motivada menos porque Cândido de Abreu o tivesse convencido da necessidade das intervenções estatais urbanas, sob a égide dos engenheiros, e mais por ele próprio, titular do executivo estadual, já ser um engenheiro inserido nos órgãos de decisão estatais. Certamente, não é mera coincidência que o processo de institucionalização do moderno urbanismo em Curitiba tenha ganhado vitalidade justamente quando um engenheiro chegou ao ápice da administração do Estado<sup>210</sup>.

A relação entre poderes constituídos e a Universidade, que era privada, se tornava mais recíproca quando esses “cientistas da cidade” desempenhavam alguma função pública importante. Já em 1892, quando Rocha Pombo tivera a idéia de fundar uma Universidade no Paraná, o então prefeito eleito, engenheiro Cândido de Abreu,

---

<sup>209</sup> SÊGA, Rafael Augustus. **Melhoramentos da Capital**: ..., op. cit., pp. 47-52.

<sup>210</sup> Na iminência da fundação da Universidade do Paraná alguns intelectuais, entre meio aos preparativos, acharam por bem que o governador Carlos Cavalcanti fosse informado e que se pedisse-lhe o “seu apoio moral”. Ao que este aplaudiu a “nobre idéia” que em muito “devia orgulhar o Paraná”, e receber o convite do Dr. Nilo Cairo da Silva “*para ocupar uma cadeira que se achava vaga, no Curso de Engenharia Civil*”. O governador recusou graciosamente, alegando que muito em breve, talvez, tivesse que amparar “materialmente” a futura instituição. Ver: UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Relatório Didático-Administrativo** ..., op. cit., p. 161. O grifo é meu.

chegou doar um terreno\* para abrigar a instituição. Essa idéia, porém, não se concretizou<sup>211</sup>. Em 1913, porém, quando a Universidade se encontrava estabelecida, o Conselho Superior lançou em ata, entre outros, dois votos de louvor:

“Ao Sr. Presidente do Estado do Paraná, Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, pelo interesse pessoal que tomou pelo desenvolvimento e progressos da Universidade, especialmente na obtenção de subvenção federal.

Ao Dr. Cândido Ferreira de Abreu, membro do Conselho Superior e Prefeito de Curitiba, pelo esforço e boa vontade com que tem servido aos nobres interesses da Universidade, quer quanto à concessão do terreno à Praça Santos Andrade, quer quanto às obras do prédio ahi em construcção”.<sup>212</sup>

De fato, enquanto a instituição de ensino superior fornecia anualmente ao Estado um grupo de profissionais especializados no tratamento científico da cidade, este a compensava com ajudas financeiras e doações. Há aí, entretanto, um elemento comum sem o qual, talvez, a história se configurasse de outro modo: os engenheiros.

Uma terceira e última observação a ser feita sobre essa segunda década do século XX, refere-se ao comportamento da parcela da população interessada no estabelecimento das intervenções urbanas estatais. Se na década anterior se reivindicava os “melhoramentos” que fariam da capital uma urbe moderna, após a gestão Cândido de Abreu as obras passaram a ser exigidas como uma necessidade permanente. Ao interesse dos profissionais envolvidos juntou-se a “necessidade” da população, que concorriam para um mesmo fim: o desenvolvimento do urbanismo moderno. Tem a impressão de que, depois de terem experimentado os modernos implementos que produzem o bem-estar na cidade, os portadores da nova sensibilidade (resultante da

---

\* Onde hoje se acha a praça Ouvidor Pardinho.

<sup>211</sup> Ibidem, pp. 156-157.

<sup>212</sup> Ibidem, pp. 196-197.

ideologia da modernização baseada no cientificismo) não se conformariam com qualquer menção de voltar ao estado anterior.

“Coritiba aos poucos está voltando ao seu aspecto primitivo. Na rua Alferes Poly, esquina da rua 7 de Setembro, existe um botequim de um hespanhol que tem criação de porcos no quintal. O chiqueiro onde os porcos estão engordando é *immundo* e quando o sol está quente exala um mal cheiro insupportável. Agora que a bubonica está granando em diversos estados, seria bom que o Sr. Prefeito tomasse uma providência, dando uma busca na casa indicada. Esperamos que o Sr. Prefeito tome em consideração essa denúncia, que nos foi trazida por pessoas residentes na circunvizinhança do chiqueiro”.<sup>213</sup>

O que em tempos remotos parecia ser perfeitamente normal, considerado como parte integrante do ambiente urbano, até a primeira década do século XX já se mostrava uma anomalia da qual a cidade precisava ser curada e, após os “melhoramentos” da capital, seu reaparecimento havia se tornado inadmissível, considerado uma volta à forma “primitiva” (isto é, inferior) de civilização. Certamente que a visão de mundo tributária do cientificismo e da crença no progresso começava a ser institucionalizar como um conhecimento verdadeiro da realidade. Todos os que dele não compartilhava tornavam-se marginalizados, sujeitos a multa, prisão, etc. O urbanismo moderno, pelo menos no que tange à sua manifestação local, não foi outra coisa senão a formalização desse conhecimento pretensamente científico, portanto verdadeiro, sobre a cidade. E sua tarefa consistia em promover o progresso do meio urbano, evitando o seu contrário: a degeneração.

---

<sup>213</sup> Gazeta do Povo, 26/01/1920.

#### 4.4 - De 1921 à 1940: prevalência do poder estatal na questão urbana

A terceira e quarta décadas do século XX corresponderam a um período de crescente maturação da Prefeitura, principalmente, em relação às adiantadas políticas públicas para a cidade. Pode-se notar que, aos poucos, ela deixou de se esconder sob as “asas” do governo estadual para ousar “vôos” mais independentes. Tal coisa não significa, porém, que o Estado tenha se retirado inteiramente do campo de ações públicas atinentes à capital. Nessas duas décadas parece ter ficado evidente, inclusive, que a definição dos papéis continuou até que se ensaiasse uma divisão de responsabilidades entre os executivos municipal e estadual.

O prefeito nomeado que iniciou este período foi, como se viu, o engenheiro João Moreira Garcez, que não vinha agradando àqueles que queriam ver a cidade em constante transformação, devido aos já referidos problemas com as finanças do Estado. Seu “tutor”, o governador Caetano Munhoz da Rocha, encomendou em 1922, talvez na tentativa de “redimir” ambos perante estes grupos que exigiam uma ação permanente sobre o meio urbano, ao renomado engenheiro-urbanista Saturnino de Brito um plano para a capital, onde estivesse incluído o plano de melhoramentos sanitários, a planta de expansão do município e da rede de abastecimento d’água<sup>214</sup>.

Percebe-se a aparição de uma preocupação inédita até então: a previsão e racionalização do futuro. Ora, é sabido que a crença no progresso está irredutivelmente assegurada pela idéia do porvir. Esta parece ter sido a primeira tentativa de se racionalizar objetivamente (isto é, num plano contendo cálculos matemáticos e geométricos) o futuro de Curitiba. Já não se queria mais elaborar plano para agir apenas

---

<sup>214</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo* - 1º de fevereiro de 1922. Curitiba: Typographia d’A República, 1922.



sobre uma realidade existente, sobre aquilo que *é*, mas sim, ou melhor, mas também, começava-se a pretender confeccionar projetos que abarcassem uma realidade ainda inexistente, um *vir-a-ser*. O que na verdade se buscava com essa investida avassaladora da racionalidade técnica sobre o que *é* e o que ainda não *é*, consubstanciada no “plano de expansão” da cidade, era tentar tornar previsível aquele *movimento* que, para Heráclito, consistia na essência de todas as coisas<sup>215</sup>.

Por motivos desconhecidos esse plano não foi implementado plenamente. É possível, contudo, que ele tenha servido para orientar as intervenções posteriores. Entre elas, as obras de saneamento haviam se tornado uma “questão de honra” para o governador Caetano Munhoz da Rocha. Como o Estado se responsabilizara pelas melhorias no sistema de água e esgotos, após a encampação da empresa de capital privado em 1917, o governo se viu comprometido em todo o tempo com as obras de saneamento. Ao ponto de, ainda em 1921, Munhoz da Rocha se ver obrigado a voltar-se quase que totalmente para a capital<sup>216</sup>. No tocante às obras municipais, por outro lado, a Prefeitura procurou retomá-las a uma intensidade suficiente para amenizar a pressão dos grupos reivindicantes. No relatório do exercício de 1922, Moreira Garcez apresentou a média mensal de seus três anos de gestão, alegando que de sua análise poder-se-ia ter uma idéia da “evolução e a intensidade dos serviços atualmente executados pela Prefeitura”.

<sup>215</sup> Heráclito de Éfeso (540-470 a.C.) achava que a única coisa que realmente existia era o movimento: “*Tudo flui (panta rei - πάντα ρει), nada persiste, nem permanece o mesmo*”. Ver: OS PRÉ-SOCRÁTICOS. **Fragmentos, Doxografia e Comentários**. São Paulo: Nova Cultural, Col. “Os Pensadores”, 1996, pp. 81-116.

<sup>216</sup> Disse ele em seu relatório: “Somente um serviço dessa natureza, que affecta tão directamente a saúde pública, poderia me afastar por um instante da directriz que a mim mesmo me tracei ao assumir a administração do Estado”. Ver: ESTADO DO PARANÁ. **Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo** -1º de fevereiro de 1921. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1921, p. 70.

Média Mensal Por Exercício <sup>217</sup>			
Verbas	1920	1921	1922
<i>Obras Públicas</i>	12:891\$605	29:066\$392	37:582\$148
<i>Limpeza Pub. e Part.</i>	5:224\$318	7:178\$868	7:536\$676
<i>Praças e Jardins</i>	2:234\$456	2:053\$033	2:891\$874
<i>Conserv. de Calçamento</i>	1:666\$666	4:152\$574	1:217\$183
Totais	22:017\$045	42:450\$871	49:227\$881

Deste modo, enquanto o governo procurava cuidar do saneamento a Prefeitura se encarregava das obras de “embelezamento” da cidade<sup>218</sup>.

Este período de intensa atividade da municipalidade durou até pelo menos 1928, quando o bacharel Eurides Cunha foi posto no cargo de prefeito da capital. Um fato bastante curioso ocorreu em sua administração. Possivelmente por não ser um engenheiro, como requeria a “tradição” fundada por Cândido de Abreu, obteve uma fenomenal antipatia daqueles grupos que exigiam um constante tratamento científico dado à cidade. Após algum tempo de exercício no cargo disse, como que se desculpando, que não possuía qualidades técnicas para o posto que ocupava sendo, entretanto, bem amparado pelos seus competentes engenheiros. Além disso, seria um fiel executor das “sábias leis” votadas pela Câmara<sup>219</sup>.

Como se não bastasse o “erro” que o levou a ser empossado num cargo que, pelo menos é o que parece, determinada parcela da população só confiaria a um técnico, o prefeito também uma falha grave para o ambiente político curitibano, no qual se desenvolvia o moderno urbanismo: se submeter ao legislativo. À antipatia que havia conquistado por não ser um especialista, aliou-se o desprezo por ter dado ouvidos e

<sup>217</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem do Prefeito*. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1922, p. 77.

<sup>218</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo* - 1º fevereiro de 1923. Curitiba: Typographia d’A República, 1923, pp. 78,82,110.

<sup>219</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem Enviada à Câmara Municipal* - abril de 1928. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1928, p. 04.

considerado os interesses difusos, representados na Câmara, e contrários àquilo que entendia ser a vontade coletiva. Definitivamente, o bom relacionamento ou equilíbrio entre as instituições políticas, idealizado pelas ciências normativas, sempre esteve muito longe de combinar com o fenômeno da institucionalização do urbanismo moderno.

Na gestão de Eurides Cunha as reclamações vinham de toda a imprensa: ruas esburacadas, falta de calçamento nos passeios, o mato que crescia nas ruas da cidade, também a escassez de iluminação nelas existente, etc. Em 1930, a Gazeta do Povo reclamava do descaso da Prefeitura para com a cidade, que a levava ao desleixo total.

“Decididamente a nossa formosa capital está abandonada. É triste dizê-lo, mas é uma verdade. Abandonada pela Prefeitura, dia-a-dia nota-se os resultados da gestão Eurides Cunha”.<sup>220</sup>

Um dos sinais desse abandono que o jornal apontou foi a “ineficiência” da Diretoria de Higiene que, como se fez notar, parece ter sido relegada a um segundo plano no âmbito da modernização urbana. Reclamava-se das atividades dos vendedores ambulantes que vendiam seus produtos, frutas principalmente, sem qualquer cuidado com a higiene. A imprensa, apelando para o melodrama, dizia que o “organismo de uma criancinha não pode suportar os ácidos contidos na frutas, daí uma infinidade de moléstias, quase todas de resultado fatal”. Depois de chamar a atenção dos “Srs. da Higiene”, afirmava que o alerta dado mostrava que ainda tinha alguém que se interessava pela “saúde popular”.<sup>221</sup>

É provável que o cuidado com o meio ambiente era um projeto que apenas parte da sociedade aceitava. O “popular” acima referido parece ter sido o mesmo popular que consumia as frutas dos mercadores ambulantes. Note-se que a preocupação

---

<sup>220</sup> Gazeta do Povo, 04/02/1930.

<sup>221</sup> Gazeta do Povo, 11/01/1930.

não vinha do “popular”, mas de grupos de estratificações sociais mais elevadas detentores de uma visão cientificista da cidade, calcada no discurso higienista, que acreditavam ser tão absolutamente válida ao ponto disso mesmo justificar sua imposição, e aceitação, à todo o restante da sociedade.

Contudo, ao contrário do que essas reivindicações possam levar a crer, a gestão Eurides Cunha esteve muito longe de se caracterizar pela inércia. Sabe-se que procurou-se levar a cabo, por volta de 1929, um plano conjunto com a participação “do Estado, dos municípios da capital e limítrophes e dos proprietários beneficiados”<sup>222</sup>. Percebe-se que na medida em que ia ocorrendo o desenvolvimento das modernas intervenções urbanas novas preocupações iam se fazendo presente. Entre elas, esta em torno dos investimentos estatais direcionados a certas áreas urbanas, que acabavam por supervalorizar os imóveis sem, entretanto, qualquer participação dos proprietários. Esta ação conjunta, porém, ficou comprometida pelo fato da Prefeitura não ter conseguido um empréstimo externo. Apesar do programa de intervenções não ter saído do projeto, ainda assim o governador elogiou o executivo municipal por pelos trabalhos realizados enquanto ele se encarregara das questões relativas a água e esgotos<sup>223</sup>.

A execrada administração Eurides Cunha findou quando, à 12 de Fevereiro de 1932, o engenheiro Jorge Lothário Meissner foi posto como titular do executivo municipal. Após Cândido de Abreu e Moreira Garcez, foi o prefeito-engenheiro que mais agradou a população interessada no desenvolvimento do urbanismo moderno na capital paranaense. Somou-se aos outros dois para formarem o “trio de ferro” que impulsionou a institucionalização das avançadas intervenções sobre o espaço da cidade. Assim como seus dois antecessores, Meissner projetou e concretizou vários planos de

---

<sup>222</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo* - 1º de fevereiro de 1929. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1929, pp. 115-116.

<sup>223</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo* - 1º de fevereiro de 1930. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1930, p. 18.

obras para a urbe curitibana. De fato, desde Cândido de Abreu qualquer projeto de implemento urbano específico já era executado levando em conta a amplitude da realidade sobre a qual se agia: num plano de arruamento para determinada região do centro urbano, por exemplo, não se voltava apenas para confecção das ruas especificamente, mas também se considerava sua arborização, calçamento dos passeios, os bueiros, as galerias pluviais, etc. Todos os aspectos físico do local que se pretendia intervir eram considerados conjuntamente.

A gestão Meissner se notabilizou por diversas obras e adoções de modernos implementos urbanos, dentre os quais, aquele que realmente evidenciou a existência de um urbanismo avançado em Curitiba: a elaboração da planta cadastral da cidade. Paralelamente, buscou-se resolver um problema eminentemente moderno e que há muito preocupava os especialistas: o destino a ser dado ao lixo. É interessante notar que a modernização da sociedade, ao promover o conforto e a variação de mercadorias cada vez mais avançadas, acaba por acarretar dificuldades que antes inexistiam. Diante disso, a ciência é chamada a dar respostas às demandas por conforto. Por isso, em 1934, a Prefeitura já se encontrava estudando um sistema de incineração que havia sido indicado pelo Prof<sup>o</sup>. Heráclides Cesar de Sousa Araújo, o “*self-consumig*”<sup>224</sup>.

O que se pode constatar, então, no tocante às transformações que podem ter contribuído para a institucionalização do urbanismo moderno, ocorridas nas gestões que perfizeram estas duas décadas? De fato, além das administração terem deixado de implementar diversas melhorias urbanas, outras características marcaram os anos vinte e trinta por haverem contribuído grandemente para o efetivo estabelecimento das adiantadas práticas de tratamento dos aspectos físicos da cidade.

---

<sup>224</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem Enviada à Câmara Municipal* - Fevereiro de 1935. Curitiba: Typographia da Impressora Paranaense, 1935, p. 13.

Ora, já foi mencionado que, em 1917, o Estado iniciou uma tendência que viria a se confirmar nesses anos de 1921 à 1940, a saber, a estatização de serviços já considerados “básicos”, que antes se encontravam sob o domínio do capital privado. Alegando ineficiência, o Estado, principalmente quando pressionado por aqueles grupos urbanos interessados, passou a promover uma política de encampação de empresas e serviços, como havia acontecido em relação aos de água e esgotos.

A questão que envolveu a iluminação pública e particular exemplifica bem este fenômeno. Há muito o serviço se mostrava “deficiente” na capital. Explorado pela empresa estrangeira The South Brazilian Railways Company Limited, a energia era obtida por métodos demasiado rudes. Sêga afirma que para atender a demanda de focos na cidade, cujo número precisava ser triplicado, o governo manteve um contrato com a empresa que a autorizava o “aproveitamento da força hidráulica das cachoeiras do Caiacanga, no rio Iguaçu”. Ela, porém, não esboçou a menor intenção de utilizar aquela fonte de energia<sup>225</sup>.

Como o serviço não logrou melhorar, por volta de 1925, o governo estadual começou a falar de encampação. Uma ferrenha “antipatia” se desenvolveu, tanto da parte do Estado como da municipalidade, em relação a empresa de capital externo, que não apenas detinha a vantagem de exploração da iluminação mas também do transporte coletivo. Nas palavras do governador:

“Não se póde contar muito com as empresas particulares que, em geral, apegando-se a dispositivos de contractos antigos, que não deviam prevalecer mais ou precisavam ser modificados, tratam antes de auferir os maiores lucros sem a preocupação do interesse público”.<sup>226</sup>

---

<sup>225</sup> SÊGA, Rafael Augustus. **Melhoramentos da Capital**: ..., op. cit., p. 58.

<sup>226</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo** - 1º de fevereiro de 1926. Curitiba: Typographia da Impressora Paranaense, 1926, p. 126.

Neste mesmo documento era noticiado que a Prefeitura Municipal de Curitiba havia tentado promover os meios de aquisição dos serviços de força e luz, a fim de “organizá-los e ampliá-los devidamente”. Como essa tentativa resultou em fracasso, “ao Estado, talvez, convenha em ocasião oportuna encampar estes serviços, à maneira que fez em relação aos de água e esgotos, com grandes benefícios para a população”. Percebe-se que o poder público não apenas resolveu tomar para si a responsabilidade sobre a questão urbana, como também passou a se ver como o único competente para gerir os serviços urbanos. De fato, as coisas começavam a se definir e as estatizações pareciam ser uma questão de tempo e oportunidade. Neste mesmo tempo...

“Empenhada em solucionar tão palpitante questão a Prefeitura adquiriu, pela importância de 500:000\$000, as quedas d’água existentes no rio Capivary, municípios de Bocaiúva e Campina Grande, com capacidade de 30.000 cv., na máxima estiagem, e assim aparelhada pretende interessar todos os nossos industriais na organização de uma sociedade anônima e que tome a seu cargo a construção de uma usina hidrelétrica e a sua exploração industrial”.<sup>227</sup>

Vê-se, contudo, que a Prefeitura não almejava a encampação do serviço. Parece que sua intenção era forçar o capital privado a investir na hidro-eletricidade como fonte de lucro e, conseqüentemente, gerar energia para o consumo da coletividade e da indústria. Em 1930, porém, já se tem notícia do governo estadual se encontrar “aplicado à iluminação e água e esgotos”<sup>228</sup>. Aos poucos o Estado passava a se auto reconhecer como promotor do progresso e do desenvolvimento, cabendo a ele, inclusive, direcionar os investimentos privados como melhor conviesse ao “interesse público”. Talvez com o pretexto de responder às pressões de grupos da sociedade e de dotar a cidade dos modernos equipamentos que produzem o conforto urbano, o poder

<sup>227</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo* - 1º de fevereiro de 1927. Curitiba: Typographia da Impressora Paranaense, 1927, p. 132.

<sup>228</sup> ESTADO DO PARANÁ. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo* - 1º de fevereiro de 1930. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1930, p. 32.

estatal não apenas aumentava seu contingente burocrático como também expandia seu poder combinado com o raio de ação.

Isto também pode ter forçado uma melhor definição das atribuições das duas instâncias do executivo que atuavam sobre a capital. Quando o poder estadual chamava para si uma determinada responsabilidade que antes cabia ao setor privado, ele se comprometia a investir na modernização dos serviços a fim de torná-los “eficientes”. Esta atitude pode ter feito com que a municipalidade se tornasse ainda mais independente do Estado, no que tange ao levantamento de recursos, já que este via diminuído em muito sua capacidade de injetar altas somas em outros equipamentos urbanos para a capital. Por conta disso, a Prefeitura parece ter se endividado consideravelmente com empreiteiros, contas à pagar ou mesmo com emissão de apólices. Tanto que, em 1933, o prefeito-engenheiro Lothário Meissner declarou que havia iniciado um amplo programa de redução de gastos<sup>229</sup>.

Se nesses vinte anos o governo estadual se transformou, isto é, inchou, aumentando seu poder de ação sobre a sociedade, também a municipalidade sofreu mudanças consideráveis. Ambos procuraram promover seu auto crescimento e sua especialização técnica, tanto no que diz respeito ao patrimônio como no que se refere à influência sobre a sociedade. É claro que a diferença que aí se estabelece fica por conta da abrangência desse poder.

A primeira dessas transformações se diz respeito ao aumento da qualidade técnica dos especialistas. Com efeito, durante os anos vinte e trinta pode-se notar que se tornou corriqueiro a elaboração de planos técnicos de ação estatal sobre o meio urbano. Uma nítida intimidade entre os engenheiros e complicados esquemas de cálculos e

---

<sup>229</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem Enviada à Câmara Municipal* - Fevereiro de 1933. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1933, p. 07.



desenho começou a se desenvolver no interior do departamento municipal de obras públicas. Apesar de ainda estarem limitados pela falta de certos dados indispensáveis, como se verá logo adiante, buscaram, na medida do possível, produzir uma interpretação da realidade (sempre reduzida a meros aspectos técnicos) para sobre ela intervirem. Se bem que tais projetos nem se aproximavam daquilo que tinham por ideal, pois esses esquemas eram isolados e bem localizados. Não havia ainda um levantamento dos dados técnicos de toda a cidade que permitisse a integração de todos os projetos localizados.

Um bom indicativo deste salto de qualidade ocorrido durante essas duas décadas, pode ser encontrado na atuação de Frederico Kirchgässner como funcionário especializado da Prefeitura.

“Em 25 de Junho de 1916 iniciei como desenhista da Prefeitura Municipal de Curitiba os meus trabalhos. Lá encontrei um mundo dos trabalhos feitos no tempo dos melhoramentos, tudo jogado e amontoado no sótão do prédio novo. Foi uma fonte e prazer organizar e selecionar toda aquela babilônia que ninguém mais olhou ou observou”.<sup>230</sup>

Fica um tanto evidente o desconforto sentido em relação ao “tempo dos melhoramentos”, enquanto, no mesmo instante, na Europa a nova “ciência” da cidade buscava se afirmar como disciplina que reunia conhecimentos racionais sobre a urbe, bem como já implementava seus primeiros planos totalizantes sobre a realidade urbana. Haviam deixado da modalidade urbanística dos “melhoramentos” e entrado numa nova variação do urbanismo: o planejamento urbano. De fato, tanto os engenheiros como os raros arquitetos da Prefeitura tinham a perfeita consciência de que se encontravam “defasados”, no que dizia respeito às suas atividades, em relação aos europeus.

---

<sup>230</sup> O Estado do Paraná, 01/08/ 1971.

Numa tentativa de amenizar o problema Kirchgässner confeccionou, “desinteressadamente”, segundo ele, o que chamou de “Plano Curitiba - 1928/1929”. Nele procurou inserir o mesmo sentido que se buscou no projeto de Saturnino de Brito: orientar o futuro da cidade. Isto fica patente com o alargamento das principais ruas da cidade para 30,00 metros. Não apenas por causa do advento dos veículos automotores<sup>231</sup>, mas também por outros que não cabe aqui ressaltar, as avenidas largas e extensas exerciam um certo fascínio sobre os crentes no progresso. Em seu projeto, essas avenidas deviam ser suficientemente extensas para permitirem a interligação de Curitiba com os outros municípios limítrofes, habitados por imigrantes. Idealizou prolongar a av. João Gualberto até o Santa Cândida, isto é, até o rio Atuba, na divisa com Colombo. Alongou as av<sub>s</sub>. Visconde de Guarapuava e 7 de Setembro até o mesmo rio Atuba, na divisa com Piraquara. No intento de encompridar essas vias até os limites com o “cinturão verde” estava embutida não apenas a pretensão econômica de abastecer a capital de víveres, mas também a intenção de ditar à cidade os rumos do futuro, do “crescimento”, e do “progresso”.

A evidência, entretanto, de que o urbanismo moderno começava a criar raízes na sociedade como manifestação do poder estatal, não se verificou apenas pelo salto de qualidade técnica de seus funcionários ligados às intervenções urbanas. Pois este período (1921-1940) também se destacou por uma ampliação tanto da receita municipal como das atividades taxadas. Ora, na medida em que a municipalidade passou a se importar mais com os aspectos físicos da cidade também começou a aumentar a fiscalização sobre os impostos. Mas não apenas isso contribuiu para o aumento da arrecadação. Pois com o desenvolvimento da cidade e a modernização dos vários

---

<sup>231</sup> É provável que nos anos de 1928 e 1929 houvesse um número considerável de veículos automotores em Curitiba, pois ainda em 1921, haviam sido matriculados 168 deles e 16 “auto-caminhões”. Ver: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Mensagem Enviada à Câmara Municipal** - Abril de 1922. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1922, pp. 79-80.

aspectos da vida urbana, proporcionaram o aparecimento de novas modalidades de taxas para o município. Com efeito, anteriormente não se via relacionadas nos livros do fisco local as arrecadações provenientes de matrículas e marcações de veículos, de matrículas de condutores e carregadores, da aprovação de plantas e licenças para obras, das plantas e croquis fornecidos pela Diretoria Geral e de impostos de viação. Se, de um lado, o urbanismo moderno requer volumosos recursos financeiros, de outro, ele próprio propicia inusitadas formas de taxaço.

A ampliação das atividades do executivo municipal ainda pode ser verificada por outros aspectos. Pois, por conta desta modernização da vida na cidade ocorreu que o poder estatal local acabou por multiplicar seu contingente burocrático, a fim de se tornar “onipresente” diante de todas as questões que agora lhe eram afetas. Exemplo disso, foi a necessidade sentida pelas autoridades públicas, motivada pela proliferação de automóveis na cidade, de um Serviço de Polícia de Trânsito e Circulação de Veículos, que estaria subordinado à seção de viação da Diretoria Geral, e cuja função era, entre outras, cuidar da matrícula dos carros, dos impostos e conceder habilitação<sup>232</sup>.

Toda essa diversidade de aspectos da realidade urbana, sobre os quais os especialistas pretendiam se pronunciar e conferir-lhes uma racionalidade manifesta pela objetividade científica, “exigiu” do Estado uma progressiva corrida por equipamentos. É comum achar escrito nos relatórios administrativos municipais, deste período, as listas de aquisições de artefatos como guindastes, betoneiras, perfuradores automáticos de poços, bombas d’água, caminhões, compressores, carros de lixo, vassouras mecânicas, e britadores. Além do que, isso parecia despertar um certo alvoroço tanto na população embriagada com os pequenos cálices de “desenvolvimento” como nas

---

<sup>232</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem Enviada à Câmara Municipal* - Abril de 1922. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1922, pp. 79-80.

autoridades locais. Tem-se a impressão de que achavam que a simples presença dessa parafernália moderna já bastaria para realizarem o tão esperado progresso. Tinham, entretanto, a perfeita idéia (e talvez fosse isso que lhes causasse tantos espasmos de alegria e altivez) de que essa maquinaria possuía a magia de multiplicar por várias vezes as potencialidades humanas e, o que era motivo para mais orgulho, fabricada pela razão e o trabalho dos próprios homens. Em outros termos, o encantamento parecia ficar por conta de certeza de haver, à disposição do poder municipal, aparelhos complexos que davam aos implementadores de políticas um extraordinário poder de transformação da natureza.

Entretanto, o fator técnico que faltava à Prefeitura e que, decididamente, marcou o fim de um período do moderno urbanismo curitibano, só se fez presente em 1935. Certamente que as condições que delegam o caráter “moderno” ao urbanismo já vinham se manifestando a algum tempo. De fato, o aspecto científico das intervenções, a autoridade estatal da qual eram investidas, bem como sua característica de “permanência”, já eram conhecidos. O caráter institucional, porém, que ajuda a compor o fenômeno do urbanismo recente, só veio se confirmar plenamente após a elaboração da Planta Cadastral de Curitiba.

Com o auxílio de um oficial do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro, profundo conhecedor dos “modernos processos de aero-foto-grametria”, a Prefeitura Municipal confeccionou o tão almejado levantamento completo da planta da cidade, tornando Curitiba a terceira cidade do Brasil a possuir tal nível de informações técnicas sobre si própria. Paralelamente, obrigava-se todos os moradores a fornecerem dados sobre seus terrenos e habitações. Segundo o prefeito Lothário Meissner: “Depois de obtidos por esta forma todos os elementos para a avaliação de propriedades passaremos

à sua padronização adotando os mais modernos processos para esse fim ...”<sup>233</sup>. Em outros termos, o que se pretendia era, estando de posse das informações necessárias, estabelecer um modelo dentro do qual a cidade devia ser inserida. Ora, nada de novo, já que ela vinha sendo promovida a objeto desde pelo menos os anos dez.

A originalidade, contudo, ficava por conta do fato de que, em se tratando da posse de uma planta de toda a cidade, tornava-se viável um plano urbanístico “onipresente”. Ao contrário do que até então havia acontecido, isto é, a eleição de partes localizadas do núcleo urbano como objetos de melhoramentos, podia-se abarcar toda a cidade por um único e mesmo projeto. Com efeito, a Planta Cadastral permitia aos especialistas uma apreensão intelectual totalizadora do complexo físico urbano.

Que vantagem os engenheiros-urbanistas viam nisso? Muitas, com certeza. Entre elas, a possibilidade de, para utilizar as palavras do próprio prefeito, “padronização” utilizando os mais “modernos processos”. Efetivamente, já se tinha condições de impor um plano urbanístico à cidade-objeto como um todo. É claro que isso parecia perfeitamente exequível para os especialistas imbuídos do pensamento cientificista. Contudo, acreditar ser possível apreender a cidade como um objeto, inerte, que pode ser moldado e trabalhado, não é outra coisa senão ter uma falsa compreensão da realidade. Pois a cidade real é viva, dinâmica, não objetiva, já que comporta uma multiplicidade de sujeitos possuidores de interesses diversos. De fato, suposta objetividade técnica no tratamento da cidade é, na pior das hipóteses, falsa, pois ela resiste a se portar como objeto.

É possível, portanto, que logo após as primeiras experiências de se intervir objetivamente sobre a urbe, com base na Planta Cadastral, os engenheiros tenham

---

<sup>233</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem Enviada à Câmara Municipal* - Fevereiro de 1935. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1935, p. 87.

adquirido consciência dessa impossibilidade. Numa sociedade em que a Jovem República fazia com que a maioria dos homens se sentissem livres e na qual o liberalismo se fazia presente como ideal, pode ter havido dificuldades em se impor um padrão a toda a circunscrição urbana. Por não se tratar de um objeto, mas de espaço onde subjetividades interagem na defesa de seus interesses, e por não se constituir num corpo imóvel mas em um meio dinâmico onde o elemento volitivo comanda todas as ações, qualquer manifestação de interesse de moldar a cidade conforme um plano, é ideológico e tão pretencioso quanto achar que com a implementação de um projeto racional se estará prestando à “vontade geral”.

Vem confirmar isso, o fato de que neste período os grupos de pressão e de defesa de interesses continuaram a se fazer notar. Durante quase toda a gestão Meissner reclamou de que, apesar de ter efetuado a retificação do rio Belém, não o pode fazer com relação ao rio Ivo, “por dificuldades criadas por proprietários diretamente interessados”<sup>234</sup>. De fato, a pretensa objetividade das políticas públicas encontravam seus limites na sociedade. E se o plano científico para a cidade quisesse ter boa aceitação devia se conformar aos interesses daqueles que possuíam força suficiente para exercer pressão sobre as autoridades públicas. Os únicos que, com raríssimas exceções, não podiam defender nem satisfazer suas vontades eram os pobres. Sem os recursos necessários para adequarem suas moradias aos novos padrões impostos pelo poder estatal, nem para pagar as taxas que subiam a cada dia, a população carente encontrou na racionalização das intervenções sobre a cidade, com base num plano integrador, uma séria limitação à cultura que desde muito tempo vinha informando seu *modus vivendi*. Esta é uma constatação histórica que pode ser percebida desde os primeiros

---

<sup>234</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem Enviada à Câmara Municipal* - Fevereiro de 1933. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1933, p. 07.

melhoramentos: uma das conseqüências mais visíveis das modernas intervenções na cidade tem sido o progressivo afastamento dos pobres dos centros urbanos\*.

A pretensão, portanto, de se propor planos racionais para a cidade é altamente ideológica também por dar à ciência um caráter estritamente instrumental. É por esta via que o Urbanismo se apresenta como uma dessas “ciências da administração da multidão”. Pois não apenas pretende alocar o contingente populacional urbano de acordo com um esquema racionalizado *à priori*, como também pode ditar o local de estabelecimento de grupos urbanos (como os pobres, por exemplo) se utilizando de critérios nem um pouco científicos.

Se, após a elaboração da Planta Cadastral do município, a confecção de um plano para a cidade remetia essas questões de ordem material a todos os envolvidos no processo, não menos importante eram consideradas as de natureza formal. Em outras palavras, o fator formal é aquele que viabiliza a existência e a conservação do próprio projeto independente das questões de ordem prática (material), que dizem respeito à sua aplicação concreta. Essa preocupação ficou evidente nas palavras de Meissner:

“A terminação do levantamento possibilitará a nomeação da ‘Comissão da Cidade’, que cooperará com a Prefeitura na organização do plano geral da cidade, no qual deverão figurar todos os melhoramentos a serem realizados, obedecendo as modernas normas de urbanismo, a fim de garantir o progresso sempre maior de Curitiba, *pela continuidade dos trabalhos e tornado-os independentes do critério pessoal e exclusivo de cada administrador*”.<sup>235</sup>

---

\* Recentemente alguns autores têm apontado que, na atualidade, parece estar ocorrendo o inverso. De outro modo, os grupos sociais mais abastados, alegando aumento da criminalidade, da intranquilidade, do desconforto e da poluição, estariam preferindo habitar as regiões mais afastadas da cidade. Isto se constata pelo surgimento de condomínios situados fora do quadro urbano, como o famoso Alpha Ville, em São Paulo. Em contrapartida, o centro urbano estaria sendo cada vez mais habitado por grupos de baixo poder aquisitivo. É muito cedo, porém, para se fazer qualquer inferência definitiva sobre o assunto pois, por ser um fenômeno de amplitude bastante reduzido, não se sabe se se trata de um germe de uma regra geral ou mesmo de uma simples exceção.

<sup>235</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem Enviada às Câmara Municipal* - Fevereiro de 1935. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1935, pp. 14 15. O grifo é meu.

Nota-se a intenção tornar o Plano Geral um instrumento apolítico de intervenção perene sobre o espaço da cidade. Pois estando imune às intempéries político-partidárias ficaria garantida sua perpetuação. Isto significa dizer que pareciam pretender fazer do urbanismo um objetivo estatal independente de programa político. Desta maneira, procurava-se tornar as modernas intervenções urbanas um fenômeno mais de Estado que de governo. Os especialistas, com isso, teriam conseguido o estabelecimento não apenas das avançadas práticas de tratamento da urbe como também de um espaço exclusivo de atuação profissional. Certamente, que ao proporem um plano geral para a cidade como componente rígido do Estado (isto é, que fosse parte constitutiva da sua organização e estruturação) concomitantemente se colocavam como seres indispensáveis por possuírem um conhecimento específico, necessário à racionalização das ações governamentais.

Com vistas nisso, uma indagação se faz pertinente: o que levou o Estado, quer na instância estadual quer na municipal, se transformar em tão pouco tempo assumindo papéis que antes não eram reconhecidos como sendo de competência estatal?

De forma precipitada poder-se-ia dizer que o Estado sofreu tal mudança para se adequar às demandas provenientes de grupos sociais urbanos. Como as empresas de obras e prestação de serviços se mostraram “ineficientes” na solução dos “problemas” da cidade, a intervenção do poder público se fez “necessária” para a promoção do bem-estar e do desenvolvimento. Esse argumento, entretanto, parece ser um tanto inabilitado para se lançar no oceano da análise, principalmente se tiver que transitar por águas perigosas como as palavras “problemas urbanos” e “necessidade”. Ora, foi visto que os “problemas” da cidade passaram a existir a partir de um momento histórico determinado e por conta de circunstâncias igualmente datadas de se interpretar a realidade, pautada pelo discurso científico. O que equivale dizer que os “problemas



urbanos” foram criados pelos paradigmas epistemológicos nascidos da “Revolução Científica” ocorrida entre o final da Idade Média e o da Era Moderna. Do mesmo modo, a “necessidade” do Estado intervir sobre a questão urbana também deve ser encarada com tal reserva. Pois a intervenção do poder estatal nas demandas da sociedade deve passar pelo reconhecimento dessas como legítimas. Neste sentido, a solução para os “problemas” reivindicados só poderia vir do Estado se ele se mostrasse suficientemente “sensível” para vê-los como tal.

Em face da deficiência desse argumento, não se pode dar a questão por encerrada, pois a simples pergunta pelo critério utilizado pelo Estado no reconhecimento das demandas já basta para fazê-lo naufragar. Nem todas as reivindicações são admitidas pelo poder público, mesmo as que possuem grande amparo político. Nem ainda a necessidade cria a própria realização. Diante disso, importante é, mais uma vez, indagar: o que levou o Estado, quer na instância estadual quer na municipal, a se transformar em tão pouco tempo assumindo papéis que antes não eram reconhecidos como sendo de competência estatal?

Talvez, a resposta mais plausível possa ser encontrada a partir da “desconsideração” do Estado. Pois a contemporaneidade tem enfrentado numerosos problemas advindos da criação de entidades abstratas sob o pretexto de “organizar” e “compreender” o mundo real. A maior dessas dificuldades parece que tem sido a de evitar que os homens reais remetam a entes ideais (isto é, sem base material) suas responsabilidades diante da concretude da vida. De fato, o Estado não é outra coisa senão mais um ente abstrato criado pelo racionalismo moderno. Neste caso, quão responsáveis são os administradores estatais pelas políticas e transformações implementadas em nome dessa entidade abstrata? Ora, viu-se que a atuação dos técnicos na promoção do urbanismo moderno contribuiu para sua ocupação de cargos

burocráticos e políticos no interior do aparelho estatal. Foi a partir daí que o Estado pareceu se “interessar” pelo estabelecimento das avançadas políticas urbanas. Isso leva a crer que, em determinados casos, o poder governamental reconhece certas demandas como legítimas por visar primeiramente a satisfação dos interesses de seus próprios contingente burocrático. O que equivale dizer, em outros termos, que os especialistas abrigados pelo “manto” do Estado podem admitir certas reivindicações e propor políticas para saná-las por estarem almejando um fim que é de seu interesse particular.

Primeiramente, qual o interesse dos técnicos em desenvolver o urbanismo moderno a partir do Estado? De início, porque queriam fazer da cidade um objeto de intervenção racional, impondo certas funções e regras previamente estabelecidas em esquemas abstratos. Para moldar Curitiba à “imagem e semelhança” de um plano idealizado era preciso poder suficiente que eliminasse ou passasse por cima de todos os interesses que se opusessem à este projeto. Agindo sob a tutela do poder estatal os especialistas poderiam fazer uso do *imperium* que dá aos funcionários do governo a condição de imprimirem ações *erga omnes*. De fato, do interior do Estado os técnicos podiam investir seus interesses de uma autoridade tal, ao ponto de fazê-los virar leis. Além do que, de lá, a satisfação desses interesses podia ser considerada facilmente como “vontade pública” ou “vontade geral”, expressões tão vagas quanto a idéia de “Estado”.

Certamente que essas “vantagens” os engenheiros jamais teriam conseguido como profissionais da iniciativa privada . Fosse como construtores de palacetes fosse como funcionários de empresas de obras, suas ordens jamais ultrapassariam os operários. Tudo isso supondo que no interior do aparelho estatal o *status* de que gozavam era muito maior. O Estado, contudo, parecia oferecer algo bem mais vantajoso a longo prazo: a possibilidade de ampliação de um campo de atuação profissional até

então inexplorado. Mas, ao contrário do que pode parecer, não era apenas os engenheiros estatais que estariam se beneficiando com tal vantagem.

De fato, devido aos seus interesses, estritamente voltados e dependentes do desenvolvimento das modernas políticas públicas de caráter permanente direcionadas para a cidade, é possível que os empreiteiros de obras possam ter tido um papel bastante ativo no estabelecimento do urbanismo curitibano. Deve-se, entretanto, evitar confusões em relação às indisposições do Estado com os empreiteiros. Não foi com todas as empresas desse setor que o poder público atritou. Parece nítido que o alvo das críticas e sanções não era o capital privado ligado às obras públicas de um modo geral, mas especificamente o capital privado que explorava os serviços de utilidade pública. Realmente, as empresas estrangeiras que detinham a concessão dos serviços e equipamentos urbanos como transporte coletivo, força e luz, água e esgotos, foram as mais penalizadas pela “ineficiência” de seus trabalhos.

As empreiteiras, porém, que se dedicavam às obras municipais parecem ter obtido uma conquista satisfatória com a institucionalização do urbanismo moderno. Principalmente a partir da intensificação das investidas urbanísticas do Estado sobre a cidade, ocorrida por volta dos anos vinte, a presença dos empreiteiros foi cada vez mais requisitada. Tanto forneciam materiais para as obras como as construíam. Deste modo, se definia a parceira Prefeitura-Empresa de Obras. A primeira, elaborava os projetos e os implementava, a segunda, participava da implementação como construtora e fornecedora de materiais para as obras.

Havia motivos de sobra para estes setores almejem o desenvolvimento das atividades urbanísticas. O mais forte deles estava relacionado com a ampliação do mercado voltado para seus serviços. A partir da intensificação das intervenções sobre a cidade não apenas a municipalidade se tornara cliente, mas também os proprietários

que se viam obrigados a transformar seus imóveis para adequarem-nos às novas exigências. Desta feita, acabou se delimitando, conseqüentemente, um campo de ação para um outro grupo de atores que são os empreiteiros de obras públicas urbanas. Além disso, tinham a vantagem de ter um mercado sem grandes riscos, pois tinham no Estado um cliente fiel, assíduo e que oferecia segurança com relação ao adimplemento de suas obrigações.

Quão isolados se encontravam os empreiteiros dos outros atores igualmente interessados no desenvolvimento do urbanismo? Em outros termos, pergunta-se pelo grau de envolvimento entre o empresariado de obras e os outros participantes do processo de decisão que acarretou o aparecimento das avançadas práticas estatais de intervenção urbana. Com isso, quer-se saber como se deu o *modus operandi* das empreiteiras na defesa de seus interesses. Ora, já é sabido que algumas autoridades públicas vinham procurando realizar essa transformação das relações do homem com a cidade, quando os engenheiros, também visando um interesse bastante particular, começaram a inserir no interior da máquina burocrática estatal a fim de pressionarem os homens de decisão formais e conquistarem um espaço de onde pudessem por em andamento o cumprimento de seus objetivos. Os grupos sociais urbanos, por sua vez, notadamente a classe média, tiveram papel não menos importante na implementação do urbanismo moderno em Curitiba, porém, diferenciado, ora exigindo, de “fora”, a adoção de políticas que aumentassem o conforto e se conformassem à nova sensibilidade ora forçando seu redirecionamento de forma a atender seus interesses.

Quanto ao modo de ação dos empreiteiros, parece ter se dado de maneira bastante sofisticada e peculiar. Pois há boas razões para se pensar que suas atividades na defesa de seus interesses, no âmbito de processo, se deu nos “bastidores”, isto é, de modo escuso e indireto, porém, não menos decisivo. Percebe-se que boa parte das

famílias que detinham as empresas de obras públicas também possuíam “representantes” entre os outros agentes interessados, principalmente engenheiros. Mas isso não é tudo, pois é possível que alguns engenheiros estatais, ao defenderem e reivindicarem a atuação do Estado como promotor de políticas públicas urbanas, não estariam apenas objetivando um interesse da sua própria categoria profissional, pois pode ser que também estivessem trabalhando em proveito dos empreiteiros de obras. Em 1924, por exemplo, o eng. Henrique Jouve estava listado nas prestações de contas da Prefeitura como empreiteiro de serviços de escavação e terraplanagem<sup>236</sup>. Curioso é, porém, que alguns anos antes o eng. André Jouve havia sido Diretor de Obras municipais. O mesmo pode se dizer em relação à família Moreira Garcez. Em 1928 a municipalidade pagou 7:680\$000 de juros referentes à dívida com o empreiteiro Theófilo Moreira Garcez<sup>237</sup>, sendo que quatro anos antes um parente seu, que também tivera envolvido com a Universidade do Paraná, fôra o titular do executivo municipal.

Vê-se que um só membro da família podia estar ligado à pelo menos três grupos de interesse ao mesmo tempo. Podia fazer parte do funcionalismo estatal, ser engenheiro, e também defender os interesses do empresariado afeto ao urbanismo. As vezes essa personificação de vários interesses em apenas uma figura podia ficar ainda mais explícita. Também em 1928, quando a Prefeitura abriu concorrência pública para a execução dos serviços de calçamento que seriam feitos no próximo ano, quatro empreiteiras se dispuseram, entre elas, uma formada pelos “engenheiros civis Carlos Ross e Jorge Lothário Meissner”, este último é o mesmo que, em 1932, tornar-se-ia Prefeito da capital.

---

<sup>236</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem Enviada à Câmara Municipal* - Abril de 1924. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1924, pp. 65-105.

<sup>237</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Mensagem Enviada à Câmara Municipal* - Abril de 1928. Curitiba: Typographia do “Diário Oficial”, 1928, p. 63.

Deste modo, no plano da institucionalização do urbanismo moderno em Curitiba não apenas um interesse concorria para tal. Todo esse envolvimento de grupos muito se assemelha à um diagrama em que cada um se comporta como um conjunto cujos elementos são os interesses que lhes são específicos. Entre eles, porém, há um espaço de interseção onde ocorre a conformação e composição dos interesses e que constitui o lugar o estabelecimento das modernas intervenções urbanas. Nesse diagrama há, ainda, um elemento que traduz numa língua comum todos os interesses divergentes que compõem os diferentes conjuntos, pela qual se torna possível o entendimento entre eles. Este elemento é o engenheiro.

## Conclusão

A importância da análise do processo de institucionalização do urbanismo moderno na cidade de Curitiba se dá por diversos motivos, dentre os quais alguns devem ser salientados.

Primeiramente, a manifestação, a nível local, da crença generalizada no potencial redentor da ciência em muito contribuiu para o aumento de prestígio de determinados grupos profissionais, notadamente os engenheiros. A convicção de que a racionalidade técnica é social e politicamente neutra proporcionou a legitimação da elevação do engenheiro às instâncias decisórias, pressupondo-se que este se encontra acima do bem e do mal. Tudo, ao que parece, por um só motivo: a utilidade que sua especialidade tem. De fato, o poder que tem o engenheiro de transformar coisas sem estar comprometido com discussões políticas que propiciariam a satisfação de interesses particulares, fascinou uma boa parcela da população que aparentemente se encontrava mais disposta a ver os resultados esperados do que atentar para o processo pelo qual as coisas eram decididas.

Certamente isso levou à objetivação das políticas, isto é, à racionalização dos atos do governo. As ações estatais passaram a ser pautada mais pelas opiniões dos técnicos que pelo debate político. Por conta da crença na neutralidade da racionalidade técnica a sociedade aprovou a entrada massiva de homens com espírito científico nos departamentos de governo. Tal também se deve ao fetiche que se criou, a partir de então, em torno da figura do engenheiro. Entretanto, parece que esses especialistas tiveram um duplo papel. De um lado, agiam como representantes do ente estatal, como funcionários governamentais imbuídos de uma determinada tarefa. De outro, desempenhavam um papel legitimador de diversos interesses que gravitavam em torno

do urbanismo. Valendo-se da imagem de funcionários competentes e especializados, comprometidos unicamente com seu trabalho, os engenheiros se tornaram azes na política ao, no âmbito da satisfação de seus próprios interesses, se prestarem ao serviço de mediar e conformar os interesses de outros agentes que competiam. Mais uma vez a racionalidade técnico-científica primava pela utilidade. Utilidade que, e a análise da gênese do urbanismo moderno em Curitiba evidencia isso, não se verifica apenas na compreensão e transformação da realidade, mas também na dissimulação da busca por satisfação de interesses.

Este período, como se disse, lançou as bases do urbanismo contemporâneo, na capital do Paraná. A intensa atividade política dos técnicos promoveu a estatização das intervenções urbanas. Sob a égide governamental o urbanismo se especializou cada vez mais, foi dotado de um amplo aparato instrumental, legal e técnico, recebeu imensos recursos para o desenvolvimento de projetos e execução de obras, e obteve todo o apoio estrutural e burocrático que o aparelho estatal pode oferecer. O resultado disso foi um progressivo aprimoramento técnico das ações urbanísticas que fez de Curitiba, durante boa parte desses anos, um permanente canteiro de obras. Mas que só veio confirmar sua competência e seu preparo com a implementação do Plano Agache, nos anos 40. Em outros termos, aqui é defendida a tese de que as intervenções urbanísticas posteriores ao período analisado, como o Plano Agache e o atual Plano Diretor da cidade de Curitiba, só se configuraram enquanto realidades historicamente possíveis graças aos processos que se desenvolveram nessa área, no período de 1910 a 1940.

Finalmente, o desenvolvimento das modernas intervenções urbanas fortaleceu grandemente o Estado. Não apenas porque tal fenômeno se verificou no interior dos departamentos do governo municipal, nem pelo fato do poder estadual ter participado



ativamente deste processo. Mas porque as reivindicações pela promoção do conforto urbano não só mostraram a fragilidade e ineficiência das empresas privadas de prestação de serviços públicos coletivos, mas também por ter oferecido ao Estado um boa ocasião para se impor sobre uma sociedade em formação. De fato, desde a transformação da 5ª Comarca de São Paulo em Província do Paraná, o governo estadual vinha se debatendo na tentativa de se colocar como poder soberano sobre toda a unidade (primeiramente monárquica, depois federada). Procurou-se construir estradas para facilitar o acesso ao interior, cuja área boa parte ainda estava por ser colonizada. Durante a República esta procura por se fazer mais presente em todo o território do Estado se fez mais forte. Porém, as reivindicações de um lado e a incapacidade das empresas de outro, propiciaram ao Estado a encampação de diversos serviços como água e esgotos, força e luz. Deste modo, a importância e a presença do aparato estatal tendeu a ser cada vez maior a partir de então.

## **Fontes**

### **1 - Imprensa:**

- Diário da Tarde: 1903, 1910.
- Estado do Paraná: 1971.
- Gazeta do Povo: 1920, 1930, 1995.

### **2 - Publicações Privadas de Circulação Restrita:**

- Revista Técnica / Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná, Jun-Ago, 1944.
- Almanach Paranaense: 1900.

### **3 - Publicações Oficiais:**

- Código Civil Brasileiro: 1916.
- Posturas da Câmara Municipal: 1897.
- Mensagens Dirigidas ao Congresso Legislativo: 1904, 1909, 1913, 1914, 1917, 1921, 1922, 1923, 1926, 1927, 1929, 1930, 1933.
- Mensagens do Prefeito: 1910, 1911, 1922, 1924, 1928, 1933, 1935.

## Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1962.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **O Plano Saturnino de Brito e a Construção da Cidade Moderna no Brasil**. Espaço & Debates, n. 34, 1991, pp. 55-63.
- ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- 
- \_\_\_\_\_. **Le Municipe Brésilien: exemple du Paraná a la fin du XIX<sup>ème</sup> siècle**. Université de Paris X - Nanterre, 1974.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7 ed, 1995.
- 
- \_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- ARISTOTE. **La Métaphysique**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, "Bibliothèque des Textes Philosophiques", tome I, 1991.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Editora Globo, 18 ed, 1979.
- BACON, Francis. **Novum Organum: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza**. São Paulo: Nova Cultural, col. "Os Pensadores", 1988.
- 
- \_\_\_\_\_. **A Nova Atlântida**. São Paulo: Nova Cultural, col. "Os Pensadores", 1988.
- BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. **Idéias em Confronto**. Dissertação de Mestrado em História, SCHLA/UFPR, Curitiba, 1980.
- BEGUIN, François. **As Maquinarias Inglesas do Conforto**. In: Espaço & Debates, n. 34, 1991, pp.: 39 - 54.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, Obras Escolhidas, v. III, 1989.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2 ed, 1996.

BONI, Maria Inês Mancini de. **O Espetáculo Visto pelo Alto: vigilância e punição em Curitiba - 1890/1920.** Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, São Paulo, 1985.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Lógica e Dissonância, Sociedade do Trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária.** Revista Brasileira de História, v. VI, n. 11, Set./1985 - Fev./1986.

---

**Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, col. "Tudo é História", 8 ed., 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAPUTO, David A. **Urban America: the policy alternatives.** San Francisco: W. H. Freeman and Company, 1982.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Cortez, 5 ed, 1990.

CHOAY, Françoise. **A Regra e o Modelo: sobre a teoria da Arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 1985.

---

**O Urbanismo: utopias e realidades - uma antologia.** São Paulo: Perspectiva, 3 ed., 1992.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva.** São Paulo: Nova Cultural, col. "Os Pensadores", 1996.

---

**Catecismo Positivista.** São Paulo: Nova Cultural, col. "Os Pensadores", 1996.

COQUARD, Olivier. **Marat: o amigo do povo.** São Paulo: Scritta, col. "Persona", 1996.

COSER, Lewis A. **Hombre de Ideas: el punto de vista de un sociologo.** Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1968.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** São Paulo: Brasiliense, 5 ed., 1992.

COSTA, João Cruz. **O Positivismo na República: notas sobre a História do Positivismo no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

COSTA, Odah Regina Guimarães. **A Ação Empresarial de Ildefonso Pereira Correia, Barão de Serro Azul, na Conjuntura Paranaense.** Tese de Concurso para Livre-Docência de História Contemporânea, ICH/UFPR, Curitiba, 1974.

DECCA, Egdar Salvadori de. **O Nascimento das Fábricas.** São Paulo: Brasiliense, col. "Tudo é História", 3 ed., 1985.

- DESCARTES, René. **Discurso do Método**: para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. São Paulo: Nova Cultural, col. "Os Pensadores", 1996.
- FACHINI, J. **A Significação Social do Planejamento Urbano**: estudo do caso de Curitiba. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 1975.
- FEINSTEIN, N. *et* FEINSTEIN, S. **National Policy and Urban Development**. In: Social Problems, n. 26, 1978.
- FERNANDES, A. **Planejamento Urbano de Curitiba**: a institucionalização de um processo. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, UFRJ, 1979.
- GALILEI, Galileu. **O Ensaaiador**. São Paulo: Nova Cultural, col. "Os Pensadores", 1996.
- GARCIA, Fernanda E. S. **Curitiba, Imagem e Mito**: reflexão acerca da construção de uma imagem hegemônica. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano, IPPUR/UFRJ, 1993.
- GOLDFARB, Ana Maria Alfonso. **Da Alquimia à Química**: um estudo do pensamento mágico-vitalista ao mecanicismo. São Paulo: Nova Stella / EDUSP, 1987.
- GORDON, Richard. **A Assustadora História da Medicina**. Rio de Janeiro: Ediouro, 6 ed., 1996.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao Estudo do Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 20 ed, 1997.
- HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo**. Campinas: Papirus, col. "Ofício de Arte e Forma", 1990.
- HEIDENHEIMER, A. J.; HECLO, H. *et* ADAMS, C. T. **Comparative Public Policy**: the politics of social choice in Europe and America. Chapter 8: Urban Planning.
- HILL, Christopher. **Origens Intelectuais da Revolução Inglesa**. São Paulo: Martins Fontes, col. "O Homem e a História", 1992.
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**: Europa - 1789 / 1848. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 8 ed., 1991.
- IMAP. **História Administrativa de Curitiba**: leis, decretos & atos - 1900/1920. Curitiba, v. I-II, 1993.
- IUPERJ/MINTER. **Dimensões do Planejamento Urbano de Curitiba**: o caso de Curitiba. Secretaria Geral do MINTER, 2 V., 545p., 1974.
- JAPIASSÚ, Hilton. **A Revolução Científica Moderna**: de Galileu a Newton. São Paulo: Letras & Letras, 1997.

KROETZ, Lando Rogério. **As Estradas de Ferro do Paraná: 1880-1940**. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1985.

LE GOFF, Jacques. **Mercadores e Banqueiros da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, col. "Universidade Hoje", 1991.

LEME, Maria Cristina da Silva. **A Formação do Pensamento Urbanístico em São Paulo no Início do Século XX**. Espaço & Debates, n. 34, 1991, pp. 64-70.

---

**A Formação do Urbanismo como Disciplina e Profissão:** São Paulo na primeira metade do século XX. In: PECHMAN, Robert *et* RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LINDBLOM, Charles Edward. **O Processo de Decisão Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

LUZ, Regina Maria. **A Modernização da Sociedade no Discurso do Empresariado Paranaense: Curitiba - 1890/1925**. Dissertação de Mestrado em História, SCHLA/UFPR, Curitiba, 1992.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, col. "Os Pensadores", 1996.

MARTINS, Alfredo Romário. **Curitiba de Outr'ora e de Hoje**. Curitiba: Edição da Prefeitura Municipal de Curitiba, "Comemorativa da Independência do Brasil, 1922.

MASON, S. F. **História da Ciência: as principais correntes do pensamento científico**. Porto Alegre: Globo, 1962.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio**. São Paulo: Nova Cultural, col. "Os Pensadores", v. I, 1996.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 3 ed., 1991.

OLIVEIRA, Dennison de. **A Política do Planejamento Urbano: o caso de Curitiba**. Tese de Doutorado em Ciência Política, IFCH/UNICAMP, 1995.

OLIVEIRA, Lígia Gomes de. **Desenvolvimento Urbano na Cidade do Rio de Janeiro: uma visão através da legislação reguladora da época - 1925 / 1975**. Dissertação de Mestrado, UFRJ / IPPUR, Rio de Janeiro, 1979.

OS PRÉ-SOCRÁTICOS. **Fragmentos, Doxografia e Comentários**. São Paulo: Nova Cultural, Col. "Os Pensadores", 1996.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense, v. I, 1994.

- PEREIRA, Luiz Fernando Lopes. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Dissertação de Mestrado em História, SCHLA/UFPR, Curitiba, 1996.
- PEREIRA, Magnus Roberto M. **Fazendeiros, Industriais e Não-Morigerados: ordenamento jurídico e econômico da sociedade Paranaense - 1829/1889**. Dissertação de Mestrado em História, SCHLA/UFPR, Curitiba, 1990.
- PILOTTO, Osvaldo. **Ação Urbanística em Curitiba da Quinta Comarca de São Paulo**. Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, v. VIII, 1967.
- PLATÃO. **O Banquete**. São Paulo: Abril Cultural, col. "Os Pensadores", 1983.
- POMBO, José Francisco da Rocha. **O Paraná no Centenário: 1500-1990**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 2 ed, 1980.
- QUESNAY, François. **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. São Paulo: Nova Cultural, col. "Os Economistas", 1996.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da sociedade disciplinar - Brasil 1890/1930**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.
- REALE, Giovanni *et* ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulinas, v. I, 1990.
- REIS, Trajano Joaquim dos. **Elementos de Hygiene Social**. Curityba: Typographia da Companhia Impressora Paranaense, 1894.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. **Memória, Trabalho e Resistência: Curitiba - 1890/1920**. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH/USP, 1985.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A Etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida**. São Paulo: Brasiliense, col. "Tudo é História", 3 ed., 1990.
- RIVAUD, Albert. **Histoire de la Philosophie**. Paris: Press Universitaires de France, col. "Logos", tome III, 1950.
- SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de. **Tributação e Constitucionalidade: um estudo de caso no Paraná - 1892/1918**. Dissertação de Mestrado, SCHLA/UFPR, Curitiba, 1988.
- SÊGA, Rafael Augustus. **Melhoramentos da Capital: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu - 1913/1916**. Dissertação de Mestrado em História, SCHLA/UFPR, Curitiba, 1996.
- SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, col. "Tudo é História", 1984.

- SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. **Victor Ferreira do Amaral e Silva: o reitor de sempre**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, col. "Mestres da UFPR", 1982.
- SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. **O Setor de Obras Públicas e as Origens do Urbanismo Moderno na Cidade de São Paulo**. Espaço & Debates, n. 34, 1991, pp. 71-74.
- SKOCPOL, Theda. **El Estado Regresa al Primer Plano: estrategias de análisis en la investigación actual**. Zona Abierta, n. 50, Enero-Marzo, 1989.
- SMITH, Adam. **Inquérito Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2 ed, v. I, 1987.
- TATON, René (org.). **Histoire Générale des Sciences**. Paris: Press Universitaires de France, v. II, 1958.
- TOPALOV, Christian. **Da Questão Social aos Problemas Urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX**. In: PECHMAN, Robert *et* RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (orgs.). **Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, São Paulo, 1986.
- VARGAS, Milton (Org.). **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista / Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.
- WACHOWICZ, Rui C. **Universidade do Mate: história da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba: APUFPR, 1983.
- WEIMER, Günter. **A Cidade do Positivismo**. In: PANIZZI, W. M. & ROVATTI, J. F.(Orgs.) **Estudos Urbanos: Porto Alegre e seu Planejamento**. UFRGS/PMPA, pp. 119-132.